

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NÍVEL MESTRADO

**RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
MORADORES E ADMINISTRADORES DO BALNEÁRIO CASSINO
UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

DANIELI VELEDA MOURA

RIO GRANDE - 2011

DANIELI VELEDA MOURA

**RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
MORADORES E ADMINISTRADORES DO BALNEÁRIO CASSINO
UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

ORIENTADOR: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO MINASI

RIO GRANDE - 2011

**RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE
MORADORES E ADMINISTRADORES DO BALNEÁRIO CASSINO
UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Fernando Minasi (FURG) - Orientador

Prof^a. Dr^a. Marta Regina Cézar-Vaz (FURG)

Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto (FURG)

Prof^a. Dr^a. Magda Colao (UCS)

SIGLAS UTILIZADAS NESSA DISSERTAÇÃO

ACBC – Associação Comunitária Balneário Cassino

APROFURG – Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCMAR – Centro de Convívio Meninos e Meninas do Mar

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

EDEA – Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMA – Plano Municipal Ambiental

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

PPP – Plano Político Pedagógico

PROnea – Programa Nacional de Educação Ambiental

SEC – Secretaria Especial do Cassino

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A sociedade brasileira que com seu trabalho mantém as Universidades públicas, em especial a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a qual com muito orgulho devo minha formação acadêmica.

Aos docentes, discentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA-FURG) que procuram fazer desse Programa um espaço democrático na busca por uma Educação Ambiental que não se restrinja a meros ativismos, mas em práticas o mais autênticas possíveis.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Mestrado que recebi, a qual proporcionou a condição material para minha manutenção enquanto pesquisadora sendo, portanto, fundamental para a realização desse trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora dessa Dissertação por terem aceitado nosso convite por disporem de seu tempo a fim de contribuírem com minha formação.

Ao orientador desse trabalho, Professor Dr. Minasi, a quem costumo dizer que é impossível passar um minuto junto dele sem aprender alguma coisa, agradeço toda a sua dedicação em fazer de minha formação a melhor possível, já que sua luta enquanto formador de educadores e, educadores ambientais no específico, tem sido no sentido de formar seres humanos capazes de servir as necessidades sociais de nossa época, a fim de transformarmos a realidade por meio de nossas práticas.

Aos membros do Grupo de Estudos Pão, Manteiga e Marx – Café de Sábado – Minasi, Max, Percila, Bruno, Diego, Edu, Andreisa, Sabrina, Stéfani e Ricardo – amigos queridos com os quais posso ter o prazer da convivência que nos une em busca de um objetivo comum.

Aos meus pais que sempre deram o melhor de si para que eu apesar de todas as dificuldades pudesse ter a oportunidade de uma formação superior.

Ao Christian da Silva Simões, pela dedicação e incentivo em todos os momentos.

Aos meus amados filhos – Ana Luísa e Felipe – pelo amor que nos une, o qual se constitui numa grande motivação na busca de um mundo equitativo, fraterno e, portanto, justo.

DEDICATÓRIA

Ofereço o resultado desse trabalho a todos que reconhecem nas lutas dos oprimidos sua própria luta por outro mundo possível, qualitativamente diferente do que vivemos nessa sociedade.

*Desconfiai do mais trivial,
Na aparência singelo.
E examinai, sobretudo o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
Pois em tempo de desordem sangrenta,
De confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
De humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de
mudar.*

(Nada é Impossível de Mudar – Bertold Brecht)

RESUMO

Nessa Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, apresentamos nossa investigação acerca do desvelamento das contradições existentes nas representações sociais dos moradores do Balneário Cassino (Rio Grande-RS) no que tange ao trato e destino dos resíduos sólidos domésticos, e como essas contradições se manifestam em suas práticas cotidianas, a fim de qualificarmos a sustentabilidade das relações entre Natureza, Moradores, e Meio Ambiente. Procuramos resgatar com esse estudo, o papel da Educação formal enquanto processo e espaço de aprendizagem e do Estado, enquanto Administração Pública Municipal, como gerenciadora do cuidado ambiental que precisa ter, a fim de sistematizar e organizar práticas condizentes com os anseios da população, engendrando as transformações necessárias para tornar sustentável a convivência dos cassinenses, em especial, em relação ao resíduo produzido no âmbito de suas residências. No *corpus* dessa Dissertação trazemos situações que nos habilitam a dizer que a forma como o resíduo sólido doméstico vem sendo gerenciado no Cassino é um problema de ordem global, tendo em vista que vivemos em uma sociedade de consumo e, portanto, do descarte. Isso não significa dizer que não exista solução para um tratamento adequado desde sua origem até seu destino final. Essa pesquisa buscou encontrar, assim, um modo social que compartilhe saberes e práticas que se torne senso comum na convivência dos moradores e da Administração do Cassino, por meio de um Estudo de Caso de natureza Qualitativa Dialética Marxista, realizada a partir das categorias do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico e da Economia Política. A escolha pelo Cassino se deu em virtude de apresentar nesse momento as melhores condições de desenvolvimento de nosso estudo tendo em vista, principalmente, o tempo e os recursos financeiros para sua realização. Entendemos que esse estudo nos permite compreender o modo como estamos produzindo nossa existência em sociedade, e as práticas que vimos desenvolvendo, pois só assim podemos superá-las.

Palavras-Chave: Representação Social, Resíduo Sólido Doméstico, Balneário Cassino, Administração Pública Municipal, Educação.

RESUMEN

En esta disertación a cabo en el Programa de Posgrado en Educación Ambiental de la Universidade Federal de Rio Grande, presentamos nuestra investigación sobre el descubrimiento de las contradicciones en las representaciones sociales de los residentes de la playa de Cassino (Rio Grande-RS) con respecto a las vías y destino de los residuos sólidos domésticos, y cómo estas contradicciones se manifiestan en sus prácticas diarias con el fin de calificar la sostenibilidad de las relaciones entre la naturaleza, los residentes y el medio ambiente. Trata de recuperarse de este estudio, el papel de la educación formal como un proceso y un espacio de aprendizaje y el Estado, mientras que de la Administración Pública Municipal, como encargado del cuidado del medio ambiente que debe tener con el fin de sistematizar y organizar prácticas de conformidad con los deseos de la población, generando los cambios necesarios para que la convivencia sostenible de cassinenses, especialmente en relación con los residuos generados en sus hogares. En el corpus de esta tesis traen situaciones que nos permiten decir cómo los residuos sólidos urbanos se está manejando en el Cassino es un problema de orden mundial, teniendo en cuenta que vivimos en una sociedad de consumo, y desechar tanto. Esto no quiere decir que no hay una solución a un tratamiento adecuado desde su origen hasta su destino final. Esta investigación se pretende descubrir, por lo que una manera social para compartir conocimientos y prácticas para convertirse en sentido común en la vida de los residentes y la administración del Cassino, a través de un estudio de caso de naturaleza cualitativa de la dialéctica marxista, que se celebró desde las categorías del materialismo dialéctica del materialismo histórico y economía política. La elección para el Cassino fue en virtud de este momento presente las mejores condiciones para el desarrollo de nuestro estudio con vistas, sobre todo, tiempo y recursos financieros para su realización. Creemos que este estudio nos permite entender cómo estamos produciendo nuestra existencia en la sociedad y las prácticas que hemos desarrollado, porque sólo así podemos superarlos.

Palabras clave: Representación Social, los residuos sólidos domiciliarios, Playa de Cassino, Administración Pública Municipal, Educación.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS.....	16
1. INTRODUÇÃO	19
2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATO E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS	33
3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO GRANDE E A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO BALNEÁRIO CASSINO – UM ENFOQUE NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	50
3.1 O ESTADO BURGUEÊS COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	51
3.2 AS PRÁTICAS DO ESTADO COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO BALNEÁRIO CASSINO.....	56
3.3 TRATO, COLETA E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO.....	65
4. MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO: A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	73
5. EDUCAÇÃO LIBERTADORA: EMANCIPAÇÃO DA SENSIBILIDADE DOS SENTIDOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADANIA AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	126
ANEXOS	
Anexo 1 - Lei nº 12.305/2010	
Anexo 2 - Lei Municipal nº 5.876/2004	

Anexo 3 - Ata da Audiência Pública para Elaboração do Plano Plurianual

Anexo 4 - Jornal Agora do dia 15/01/2007

Anexo 5 - Jornal Agora do dia 18/01/2007

Anexo 6 - Jornal Agora do dia 08/02/2008

Anexo 7 - Jornal Agora do dia 19/09/2008

Anexo 8 - Jornal Agora do dia 02/03/2009

Anexo 9 - Jornal Agora do dia 10/02/2010

Anexo 10 - Jornal Agora do dia 24/01/2010

Anexo 11 - Jornal Agora do dia 05/03/2010

Anexo 12 - Jornal Agora do dia 31/03/2007

Anexo 13 - Jornal Agora do dia 03/09/2009

Anexo 14 - Jornal Agora do dia 07/02/2008

Anexo 15 - Jornal Agora do dia 06/02/2007

Anexo 16 - Jornal Agora do dia 17/11/2006

Anexo 17 - Jornal Agora do dia 30/01/2010

Anexo 18 - Jornal Agora do dia 18/09/2008

Anexo 19 - Jornal Agora do dia 13/02/2007

Anexo 20 – Lei nº 9.795/1999

Anexo 21 - Jornal Agora do dia 04/11/2006

Anexo 22 - Jornal Agora do dia 22/11/2006

Anexo 23 – Plano Municipal Ambiental

Anexo 24 - Jornal Agora do dia 06/02/2007

Anexo 25 – Lei nº 2.606/1972

Anexo 26 - Jornal Agora do dia 04/11/2006

Anexo 27 - Jornal Agora do dia 02/02/2010

Anexo 28 – Lei nº 3.514/1980

Anexo 29 – Lei Orgânica do Município do Rio Grande

Anexo 30 – Lei Municipal nº 5.773/2003

Anexo 31 – Lei Municipal nº 5.876/2004

Anexo 32 – Lei Municipal nº 6.585/2008

Anexo 33 – Lei Municipal nº 6.801/2009

Anexo 34 - Jornal Agora do dia 30/01/2010

Anexo 35 - Jornal Agora do dia 11/12/2009

Anexo 36 - Jornal Agora do dia 19/11/2009

Anexo 37 - Jornal Agora do dia 04/11/2009

Anexo 38 - Jornal Agora do dia 11/01/2009

Anexo 39 – Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 133/2009

Anexo 40 - Jornal Agora do dia 30/01/2010

Anexo 41 - Jornal Agora do dia 22/01/2010

Anexo 42 - Jornal Agora do dia 23/01/2010

Anexo 43 - Jornal Agora do dia 16/06/2009

Anexo 44 - Jornal Agora do dia 09/01/2010

Anexo 45 - Jornal Agora do dia 16/01/2010

Anexo 46 - Jornal Agora do dia 21/01/2010

Anexo 47 - Jornal Agora do dia 01/12/2009

Anexo 48 - Jornal Agora do dia 10/02/2010

Anexo 49 - Jornal Agora do dia 23/01/2009

Anexo 50 - Jornal Agora do dia 26/01/2010

Anexo 51 - Jornal Agora do dia 08/04/2010

Anexo 52 - Jornal Agora do dia 10/12/2010

Anexo 53 - Jornal Agora do dia 28/12/2010

Anexo 54 - Jornal Agora do dia 08/04/2010

Anexo 55 - Jornal Agora do dia 26/01/2010

Anexo 56 – Diário Popular do dia 28/04/2007

Anexo 57 - Jornal Agora do dia 25/08/2010

Anexo 58 - Jornal Agora do dia 15/02/2007

Anexo 59 - Jornal Agora do dia 27/12/2008

Anexo 60 - Jornal Agora do dia 15/12/2008

Anexo 61 - Jornal Agora do dia 09/01/2009

Anexo 62 - Jornal Agora do dia 09/06/2007

Anexo 63 - Jornal Agora do dia 15/01/2007

Anexo 64 - Fotos

PRIMEIRAS PALAVRAS

A transformação da realidade objetiva implica primordialmente em saber que fazê-la é possível. Diante dessa afirmação, uma coisa já pode ser deduzida, ou seja, que somente nós, seres humanos somos capazes de transformar a realidade por termos consciência, ainda que em diferentes níveis de compreensão, mas mesmo assim superior ao mais desenvolvido dos animais.

Marx nos traz em sua obra *O Capital*, a capacidade humana de ideação, sua vocação criativa que está atrelada a sua capacidade de dar sentido às coisas, isto é, finalidades, ao que chamamos de teleologia e que vem a nos diferenciar radicalmente dos animais.

Acompanhando o pensar de Marx, tornamo-nos cada vez mais humanos quando produzimos livremente, independente de qualquer necessidade material imediata, ou seja, no trabalho livre, criativo e não alienado.

O trabalho está, portanto, na ontologia do ser social e o elemento teleológico funda a especificidade desse ser, permitindo que a nossa consciência se difira da do animal que permanece no universo da reprodução biológica.

Enquanto prática social, o trabalho permite o salto ontológico na qualidade do modo como estamos compreendendo o mundo, pois por meio da prática desenvolvemos cada vez mais nossa capacidade criativa de conhecimento que provém de práticas anteriores e que se materializa em outras práticas qualitativamente mais elevadas que as anteriores.

Nesse processo contínuo da unidade entre teoria e prática, nossa capacidade crítica vai sendo desenvolvida, de modo que, quanto mais conseguimos desvelar a realidade mais nos comprometemos com a transformação do mundo em que vivemos.

E, quanto mais vamos nos tornando críticos de nossa própria existência em sociedade, mais lutamos por algo que tem possibilidades de materializar como outro mundo possível, nossa utopia. Utopia esta no sentido freireano e não em

puras ilusões ou falsos sonhos, mas em projetos de luta, constituindo-se, assim, em verdadeiros atos políticos.

Dentro desse ponto, destacamos que a unidade entre o agir e o pensar humano para a transformação implicam necessariamente no desenvolvimento de um novo ser humano no sentido trazido por Plekanov em *O Papel do Indivíduo na História*.

Esse novo ser humano implica necessariamente no desenvolvimento de uma consciência crítica, libertada pela emancipação dos sentidos para a humanização do mundo e de nós mesmos. O desenvolvimento dessa consciência crítica, por sua vez, implica no desvelamento o mais aprofundadamente possível da realidade objetiva para além daquilo que se apresenta como imediato. Está, portanto, na busca da essência e fundamento dos fenômenos materiais sociais sobre os quais vimos produzindo nossa existência, visando, assim, sua superação. Superação essa que precisa estar em conformidade com a busca de formas adequadas de vida na Terra.

Nesse momento, destacamos a importância da Educação como Prática da Liberdade para o desenvolvimento humano na busca por ser mais e da luta por outra forma de conviver no mundo, pois embora sejamos condicionados pela materialidade da realidade objetiva, conduzida pela diretividade posta pela classe dominante - e sua ideologia -, entendemos que o Modo de Produção Capitalista, por ser histórico virá a se constituir, por meio da luta de classes, em outra forma - sustentável aos interesses, necessidades e anseios dos seres humanos.

A luta de classes se constitui, entre outras coisas, numa luta pela consciência do proletariado. Logo, quanto mais conhecermos sobre a nossa situação de opressão, tanto mais será possível desenvolvermos práticas sociais cuja consequência se materializará na forma de outro mundo possível e necessário.

Nesse sentido, entendemos que a contradição existente na Educação em geral e que se reflete nas práticas materializadas por nós na realidade objetiva e a Educação Ambiental em específico – principalmente aqui no caso dessa pesquisa a que trabalha as questões dos resíduos sólidos domésticos no Balneário Cassino -

está nos saberes insuficientes presentes no conhecimento praticado na sociedade capitalista.

Esses saberes insuficientes residem na luta entre o conhecimento emancipador - e, portanto, revolucionário na transformação da realidade vigente - e o conhecimento bancário, mantenedor da subjugação dos seres humanos aos interesses de classe. É esse conhecimento insuficiente para libertação que impede o desenvolvimento de práticas autênticas e revolucionárias, pois intimidam a possibilidade do ser humano de agir e pensar criticamente, contribuindo assim para a manutenção do *status quo*.

A Educação revolucionária é, então, ofuscada pela Educação reacionária (dominante) que esconde as contradições sociais existentes na sociedade de classes. Portanto, estamos certos de que a luta de classes é o ponto-chave para uma Educação Libertadora dos sentidos humanos.

Dessa forma, a Educação como Prática de Liberdade precisa ser desenvolvida de modo que promova a hegemonia da classe trabalhadora na luta por nossos objetivos comuns, pois a Educação que temos, apoiada pelos ideais do Estado - como legítimo representante da classe dominante - não vem promovendo o desenvolvimento humano, por serem esses antagônicos aos seus interesses classistas.

Promover práticas revolucionárias que instrumentalizem a população com conhecimentos que possibilitem a criação de outras condições materiais de existência, com certeza passa pela compreensão e cuidado dos resíduos da produção, consumo e distribuição de bens socialmente úteis à humanidade, visando à saúde coletiva.

1. INTRODUÇÃO

Tem sido muito comum, sobretudo nas últimas décadas, ouvirmos falar em crises sociais, ambientais, políticas, educacionais e econômicas que de certa forma sempre existiram, concomitantemente ou não, em determinados momentos da história humana, mas que ganham outra dimensão, muito mais acirrada no atual estágio de desenvolvimento da sociedade.

Em nossa análise da realidade¹ sentimos a necessidade de nos remetermos a Mészáros que em seu livro *A Crise Estrutural do Capital* está a nos alertar de que “*Estamos à beira da crise econômica – uma crise cujas consequências sociais e políticas mal começamos a vislumbrar*” (2009, p. 31).

Esse alerta transpomos para questão ambiental dizendo, de modo parafraseado que estamos à beira da crise ecológica, crise que, como a econômica, também reúne os principais dirigentes do mundo em busca de soluções para sua superação. Crise essa que nos coloca no declínio contínuo e em seus rastros a decadência social e política, e talvez a própria democracia, com a natureza lutando para sobreviver.

O desvelamento mais profundo das causas da crise ambiental, sua marca agudamente destrutiva, está ligado, segundo esse mesmo pensador, ao sistema sociometabólico do capital hoje dominante e essencialmente destrutivo para a natureza e dentro dessa também da humanidade. A lógica criada pelo modo de produção capitalista que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades auto-reprodutivas da humanidade está entre uma das responsáveis por tal crise.

¹ Consideramos nesse trabalho realidade como sendo não somente um fato concreto, mas também a percepção e a representação que os seres humanos têm dessa realidade. A realidade aqui é entendida, pois, como o mundo (realidade objetiva que existe independentemente da nossa vontade) mais a realidade subjetiva que é o modo como compreendemos esse mundo, essa realidade.

Em sua obra *O Capital*, Marx também alerta no Volume I que “*A produção capitalista, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador*” (1984, p. 579). Isso nos deixa claro que o problema do meio ambiente é real já há muito tempo, mas que por razões inerentes às necessidades do crescimento capitalista, poucos, mesmo dentro do marxismo, tenham dado a atenção necessária e concreta para sua superação.

Marx, criticando a posição idealista e abstrata com a qual Feuerbach estabelecia a relação entre natureza-homem, escreveu:

Por isso Feuerbach, em tais casos, nunca fala do mundo humano, mas sempre se refugia na natureza externa e, mais ainda, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço desse terreno, de modo que o solo que produz os exemplos de tais proposições feuerbachianas restringe-se progressivamente. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” de peixe do rio é a água de um rio. Mas essa última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência (2007, p. 46 e 47).

Essa foi uma das formas com que naquela época, Marx abordou a questão do Meio Ambiente, rejeitando a alegação de que tais formas de desenvolvimento fossem inevitavelmente inerentes à “essência humana” e que o problema consistia em saber como poderíamos nos “adaptar” a essa forma no nosso cotidiano.

Hoje, já no início do século XXI, isso se acentua, com outra contradição vital, na qual o mundo está mergulhado. Para Ricardo Antunes:

Se as taxas de desemprego continuam se ampliando, aumentam de forma explosiva os níveis de degradação e barbárie social oriunda do desemprego. Se, ao contrário, o mundo produtivo retomar os níveis de crescimento anteriores, aumentando a produção e seu modo de vida fundado na superfluidade e no desperdício, teremos a intensificação ainda

maior da destruição da natureza, ampliando a lógica destrutiva hoje dominante (ANTUNES *In* MÉSZÁROS, 2009, p.13).

Logo, numa sociedade onde o que prepondera é o lucro – mais-valia -, a solução dos problemas não está em acabar somente com o desemprego, já que é inerente à sociedade capitalista manter-se a partir das contradições existentes entre avanço e destruição, progresso e desperdício. Entendemos, assim como Mészáros em *A Crise Estrutural do Capital* (2009) que quanto mais o modo de produção econômico destrava mais libera a destruição e quanto mais produz, mais lixo gera.

Ao considerarmos essas questões como graves na organização da realidade, em que as crises econômicas que no tempo histórico se produzem, como por exemplo, a de 2008, não podemos nos satisfazer com qualquer sugestão que indique uma conjuntura política particular se quisermos encontrar uma estratégia viável para enfrentar as forças responsáveis por nossa atual “condição de perigo” humano.

Nossa existência vem sendo produzida numa sociedade baseada na produção para o lucro, onde a propriedade privada concentrada sob o poder de uma minoria determina a subjugação a esses da natureza, inclusive – e aí talvez possamos dizer, principalmente – dos seres humanos que dependem da venda de sua força de trabalho para manterem-se vivos.

O trabalho criativo, emancipador, constitui a razão de ser da humanidade, pois se trata de uma prática que nos conduz à realização humana, a constante busca de sermos mais, pois - enquanto seres inconclusos - vivemos sempre em busca da felicidade. Porém, na sociedade classista como a nossa, somos forçados a converter nossa razão de ser em sobrevivência material.

Esse trabalho é o trabalho alienado que traz sérias consequências para a forma como vimos existindo, pois além de retirarmos da natureza mais do que o necessário para vivermos qualitativamente bem, o produto do trabalho realizado não

fica com o trabalhador, mas com o proprietário dos meios de produção e da força de trabalho humano².

É nessa organização que se estabelecem as crises que tem início com a apropriação por quem detém o poder econômico e que por isso, nessa sociedade, tem grande influência em todos os demais setores como o político e o educacional, por exemplo.

Assim, como parte desse contexto, envolvidos em perspectivas que possam influenciar na criação de condições adequadas para a mudança radical da sociedade, trabalhamos em nossa dissertação de mestrado algo que, dentro de nossas possibilidades de compreensão dessa totalidade, pudéssemos começar o enfrentamento necessário e urgente contra o processo de alienação provocada pelo capital.

Mézsáros, de alguma forma nos convoca a fazer alguma coisa quando diz:

[...] para imaginar uma resposta historicamente viável para os desafios propostos pela atual fase do imperialismo hegemônico global, teremos de enfrentar a necessidade sistêmica de o capital subjugar globalmente o trabalho por meio de toda e qualquer agência social específica capaz de assumir o papel que lhe for atribuído. Naturalmente, tal confrontação só será viável por meio de uma alternativa radicalmente diferente do impulso do capital em direção à globalização imperialista, corporificado num movimento progressista de massa. Pois é somente quando essa alternativa radical se torna uma realidade irreversível – ou conforme as belas palavras de José Martí, “*pátria es humanidad*” – que a contradição destrutiva entre desenvolvimento material e relações políticas humanamente compensadoras poderá ser definitivamente relegada ao passado (2003, p. 13).

Dialeticamente é de fundamental importância o conhecimento das contradições existentes nas relações sociais, a fim de compreendermos o movimento que engendra as transformações. Estamos convictos de que conhecendo essa dinâmica poderemos participar revolucionariamente na sociedade com propostas concretas e alternativas ao atual modelo societário.

² Isso causa o estranhamento do trabalhador em relação a natureza como um todo e em relação ao produto do seu trabalho.

Por isso, na organização de projetos de pesquisa, tanto no nível de Mestrado, como é o específico desse, como também no nível de Doutorado, Minasi – Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG - insiste na necessidade de termos claro qual a teoria que o orientará, como estão organizados os estudos e conhecimentos desse fenômeno e se esse é relevante socialmente.

Delimitar o fenômeno e nele o problema de pesquisa exige de quem o faz, certa clareza teórica da forma como está compreendendo o mundo e as relações nele existentes. Assim, afirma ele que na compreensão dialética da realidade, estamos concebendo a natureza e a realidade em permanente movimento e o fenômeno estudado como uma totalidade concreta.

Esse movimento não se realiza em círculos fechados, mas como se fosse uma espiral, cada volta da qual é mais profunda, mais rica, mais diversificada do que a precedente, como do simples para o complexo, de uma forma inferior para outra superior.

Estamos dizendo, portanto, que o desenvolvimento do mundo material é um processo infinito de desaparecimento do velho e de surgimento do novo, com tudo aquilo que o velho ainda tem de útil. Na perspectiva teórica dessa pesquisa, o mundo material não só se desenvolve como também é um todo único, interligado.

O fenômeno dessa pesquisa como todos os demais que formam a realidade objetiva não se desenvolvem separados, isoladamente, mas em ligação e unidade indissolúvel com outros objetos e fenômenos. Cada um deles atua uns sobre os outros, sofrendo por vez sua influência.

Para Minasi (2005), como para nós no momento de opção teórica e metodológica de conhecer e compreender a realidade concordamos que:

A opção pela natureza dialética da pesquisa recai no fato de compreendermos que o método dialético, ao contrário de outros métodos, admite que fenômenos materiais são processos e não coisas perfeitas e acabadas, podendo contribuir para a superação da visão imediata e aparente percebida no fenômeno em prol de uma visão mediada da realidade que forma este tipo de sujeito. Buscamos, também, no uso do

materialismo dialético um de seus traços mais característicos que é seu “espírito” crítico e revolucionário (MINASI, 2005, p. 65).

O materialismo dialético, como um de nossos suportes teóricos, parte de que os conhecimentos são reflexos do mundo material:

A teoria do conhecimento materialismo dialético preconiza que a prática sócio-histórica é a base do conhecimento e o critério único, **pois todos os nossos conhecimentos não são senão o reflexo do mundo objetivo, das leis e conexões**, cognoscíveis unicamente no processo da prática (KRAPIVINE, 1986, p. 312 - grifo em negrito nosso).

Essa afirmação ratifica no estudo desse fenômeno de pesquisa a prática das pessoas como o processo de conhecimento que ao sentir a realidade objetiva pelos órgãos sensitivos, esses a fazem refletir como imagens na consciência, representadas na forma de pensamento abstrato, retornando criativamente para a prática.

O mundo exterior é apresentado na consciência sob a forma de imagens produzidas no cérebro humano pela interação do homem com esse mundo. O conjunto dessas imagens que refletem a realidade ambiente constitui o saber do homem. Utilizando essas imagens e a informação que elas contêm sobre essas ou aquelas propriedades e ligações dos objetos e fenômenos do mundo exterior, o homem chega à compreensão do que se produz em torno dele. Assim, o saber é uma forma da existência da consciência (CHEPTULIN, 1982, p.99).

Cheptulin nos ajuda a fundamentar o Estudo de Caso investigado nessa pesquisa. Nele, nos apoiamos para desenvolver nossos estudos, considerando que a compreensão do que se produz não representa nada além do saber, reflexo consequente da realidade “experienciada”. Esse saber, no específico dessa pesquisa é **a representação social que os moradores do Balneário Cassino fazem dos resíduos sólidos produzidos no âmbito de suas residências.**

No livro, cujo nome é *Fundamentos do Marxismo-Leninismo* – com muitos escritores que não são identificados, pela particularidade de seus textos, citamos algo que, dentro do interesse da pesquisa, nos aponta para um entendimento de

como os saberes desenvolvidos pelos seres humanos se organizam como consciência. Nele encontramos: “*A consciência é o produto da atividade do cérebro humano, em ligação com um conjunto complexo de órgãos dos sentidos. **Em sua essência, ela representa o reflexo do mundo material***” (1962, p. 34 - grifo em negrito nosso).

No estudo de nosso fenômeno, como no estudo de quaisquer fenômenos na natureza, nas ciências sociais ou na vida espiritual dos seres humanos, descobrem-se contradições, isto é, choques de aspectos ou tendências opostos. Em nosso fenômeno, essas contradições se apresentam como “situações limites” que podem, segundo Paulo Freire, ser superadas, no encontro do “Inédito Viável”.³

Problematizar essas contradições existentes na prática cotidiana dos moradores do Balneário Cassino significou, assim como para os autores do livro *Fundamentos do Materialismo-Leninismo*:

Compreender o desenvolvimento deste ou daquele fenômeno, é pesquisar qual a contradição se coloca como prioritária, determinante, no processo dado, quais os contrários concretos que atuam reciprocamente dentre deles, qual a forma que toma e a sua “luta” e qual o papel que nela desempenha este ou aquele aspecto da contradição (1962, p.79).

Com o intuito de verificarmos esse movimento na realidade concreta, desenvolvemos um estudo de caso de natureza qualitativa, na perspectiva da dialética materialista sobre as representações sociais, por entendermos que elas representam o conhecimento desenvolvido pelos seres humanos com base nas práticas vivenciadas em sociedade e que se materializam por meio de novas práticas.

Para nós, a prática é a expressão das representações sociais que fazemos dos fenômenos materiais sociais. E é com esse entendimento que apresentamos nessa Dissertação de Mestrado do PPGEA-FURG os estudos desenvolvidos a partir da delimitação de um **fenômeno que consiste na**

³ Ver Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*.

investigação das representações sociais que moradores do Balneário Cassino (Rio Grande-RS) fazem dos resíduos sólidos produzidos no âmbito de suas residências⁴.

E, nesse momento, torna-se necessário dizermos que as representações sociais que trazemos aqui como fenômeno investigado correspondem a um estudo fundamentado com base na dialética materialista, mais precisamente na Teoria do Reflexo trabalhado por Alexandre Cheptulin (1982).

A partir do problema de pesquisa lançado no Projeto, que visa saber que contradições existem nas representações sociais dos moradores do Balneário Cassino, no que tange ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos domésticos, e como essas contradições se manifestam na prática social desses moradores, compreendemos ser possível conhecer como estamos produzindo nossa existência em sociedade (a nossa prática social), já que todos nós produzimos esses resíduos, seja em quantidades maiores ou menores.

⁴ Nessa pesquisa trabalhamos com a representação dos resíduos sólidos domésticos, compreendendo como tais todos aqueles resíduos provenientes do âmbito das residências, que no caso específico dessa pesquisa, encontram-se situadas no Balneário Cassino. Conforme a Lei nº 12.305/2010 (anexo 1) que institui a Política Nacional de *Resíduos Sólidos*, o *resíduo sólido doméstico é especificamente chamado de domiciliar e segundo o art. 13, I, a, temos que os resíduos sólidos têm a seguinte classificação quanto à origem: resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas. Dessa forma, incluímos aí nessa compreensão inclusive aqueles resíduos que segundo a referida Lei são considerados conforme preveem respectivamente as alíneas b, c e h: b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”; h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.*

A Lei Municipal nº 5.876/2004 (anexo 2) que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos no Município do Rio Grande, em seu art. 3º define resíduo sólido como sendo os resíduos que se apresentam no estado sólido, os resíduos gasosos contidos em recipientes, os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgotos, os resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como os efluentes líquidos cujas peculiaridades tornem inviável seu lançamento final em rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam, para isto, soluções técnicas ou economicamente inviáveis. Os resíduos sólidos domésticos são classificados dentro dos resíduos sólidos comuns, os quais são considerados como sendo aqueles provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares, ou a estes equiparados, bem como os resíduos de limpeza pública e urbana. O art. 4º dessa mesma Lei qualifica os resíduos quanto à forma de gerenciamento. Assim, ele classifica na modalidade de resíduos sólidos comuns os resíduos orgânicos domésticos, de posa, capina e feiras livres; resíduos inservíveis (móveis e sucatas) de grande porte; resíduos provenientes de varrição; resíduos de limpeza de valas e drenagem pluvial; resíduos de materiais recicláveis, resíduos de comércio e/ou serviços. Já, os resíduos de construção civil, são por essa Lei e esse mesmo artigo classificados como sendo resíduos especiais.

A opção pelo Balneário Cassino como local para realização da pesquisa se deu em virtude de apresentar nesse momento as melhores condições de desenvolvimento de nosso estudo.

Nossa motivação em realizar uma pesquisa em relação ao Cassino se dá também pelo fato dele estar localizado na cidade onde nascemos, pois pensamos como Triviños, que um dos pressupostos válidos para delimitar, definir e formular um problema de pesquisa é o de *“considerar que o pesquisador esteja envolvido, direta e indiretamente, na realidade [...] que precisa ser esclarecida”* (1987, p.93).

Assim, com o objetivo inicial de estudar os problemas ambientais do Cassino fomos procurar conhecer quais eram esses problemas na perspectiva de seus moradores, escolhendo como ponto de partida de nossa pesquisa a Audiência Pública para Elaboração do Plano Plurianual (2010-2013) do Balneário e arredores, realizada em 26 de março de 2009 (anexo 3).

A escolha por essa forma de organizar Política Pública para identificação dos principais problemas ambientais do Balneário se deu pelo fato desse instrumento público basear-se numa pseudo “democracia” para a construção coletiva e participativa de planos de ação plurianual, onde estivesse expressa as reais necessidades⁵ dessa ou daquela população.

Nessa participação dos agentes sociais representativos da comunidade, mesmo que não represente democraticamente a população de cada local, é por intermédio dos presidentes de Associação de Bairro que as comunidades se fazem presente. E, na fala desses representantes é que podemos ter a noção do que mais vem afligindo a sociedade local.

⁵ Entendemos por reais necessidades humanas aquelas que permitam aos seres humanos serem mais e isto é conquistado como reflexo do trabalho criativo, pois o trabalho é a essência humana e o que constitui o seu ser genérico, auto-realizador que no modo de produção capitalista é convertido em mera sobrevivência material.

Ricardo Antunes (1999, p. 136) em *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho* diz que o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está, assim, no centro do processo de humanização do homem. Logo, o reino da liberdade humana não pode estar no modo de produção capitalista, pois *“O trabalho, a atividade vital, a própria vida produtiva aparece ao homem apenas como um meio para satisfação de uma necessidade, a necessidade de preservar a existência física”* e complementa *“[No Capitalismo], a própria vida aparece apenas como um meio de vida”* (EAGLETON, 1999, p. 23).

Inicialmente não tínhamos a intenção de trabalhar com o tema resíduos sólidos domésticos, mas esse foi o ponto mais referenciado pela população e quando não era esse o problema para o qual reivindicavam solução, eram situações que a esse problema estavam relacionados.

Nosso fenômeno partiu dos moradores do Balneário Cassino, por considerarmos que a comunidade local é a que mais conhece os seus problemas, e de alguma forma já tem alternativas para solucioná-los. Entendemos que por isso, precisam assumir seu papel na solução ou amenização de seus problemas.

Chegamos ao fenômeno e a problemática de pesquisa a partir também de observações livres; críticas e comentários de moradores na mídia local e regional, por estudantes, críticos da área do meio ambiente, pesquisadores da realidade ambiental, entre outras representações empíricas de expressar as relações dos moradores e da Administração do Balneário com o seu meio ambiente.

Nessa pesquisa utilizamos os noticiários do Jornal Agora⁶, principalmente as Cartas de Leitores e Seção Rápidas que manifestam as reações dos moradores do Balneário em relação ao resíduo sólido doméstico aí existente. Utilizamos também, das reportagens e entrevistas que denotam as compreensões e atitudes da Administração Pública Municipal, assim como aquelas referentes a ações consideradas como educativas, pois entendemos que a Administração Pública e dentro dessa também a Escola como parte do que queremos tratar da Educação fazem parte da totalidade de nosso fenômeno de pesquisa.

Optamos por fazer essas análises com base nas pesquisas no referido Jornal a partir do ano de 2006 até o ano de 2010. A opção por esse recorte de tempo refere-se ao fato do tema resíduo sólido doméstico como problema ambiental presente no Balneário Cassino se dar em virtude da Audiência Pública para Elaboração do Plano Plurianual 2010-2013, onde um dos principais problemas para os quais os moradores reivindicaram soluções foi para a situação desse em todo o Bairro.

⁶ A escolha pelo Jornal Agora como material empírico a ser analisado e não outro Jornal de circulação na cidade, é que o mesmo além de ser publicado diariamente, tem circulação impressa e virtual, possibilitando, assim, uma maior abrangência do público.

Dessa forma, entendemos que se em 2009 essa era uma das reclamações, e a Audiência Pública era para o Plano Plurianual 2010-2013, queríamos saber se na vigência do Plano Plurianual anterior, ou seja, 2006-2009, a situação do lixo já era uma constante, o que nos levou a procurar a Ata da Audiência junto à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Secretaria Especial do Cassino, para conhecermos seu teor.

As informações colhidas no ano de 2010 para essa pesquisa se deu porque a Audiência Pública 2010-2013 foi uma das principais fontes para a realização desse estudo, logo 2010 é o ano em que a Prefeitura Municipal do Rio Grande precisaria politicamente buscar soluções aos problemas referidos pelos moradores. Assim, a pesquisa se estende a esse ano para podermos compreender qual foi o nível de atenção dado pela Administração Pública às necessidades da população.

No Balneário Cassino, o destino dos resíduos sólidos domésticos assume diversas formas de seu proprietário se “livrar” deles. Pela forma como se encontra a compreensão social, oriunda do modo como vivemos e da Educação desenvolvida, torna-se comum encontrarmos móveis e utensílios, restos de podas de árvores, entulho de obras e outros objetos terem seus destinos nas dunas da praia, em terrenos baldios ou mesmo em esquinas esquecidas propositalmente pelo recolhimento público desses resíduos.

Essas práticas que não possuem um nível sustentável de qualidade causam um aspecto de abandono em relação ao Bairro, além de caracterizar uma agressão ambiental oriunda de comportamentos inadequados, quer dos moradores que não destinam adequadamente esses materiais, quer do Poder Público por não dispor de serviços eficientes relacionados ao recolhimento, seleção e destino desses resíduos (CARVALHO, 1999, p. 08). E, de certa forma, também dos processos educativos que não vêm cumprindo o papel de formar seres humanos críticos.

Jaqueline Brião de Carvalho, em 1999 denunciava a questão da má gestão do lixo no Balneário. Assim descreve a autora sobre a realidade ainda hoje existente:

Em passeios pelo Cassino é perceptível o acúmulo de resíduos sólidos de toda a natureza pelas vias e passeios públicos, terrenos baldios e praia, [...].

Fato esse que compromete a qualidade ambiental do balneário (CARVALHO, 1999, p. 08).

Nesse trabalho nos propomos a encontrar e a sugerir formas adequadas que possibilitem tornar o Balneário Cassino um local ambientalmente saudável aos moradores e seus visitantes, procurando assim, melhorar a qualidade de vida dessa população, o que consideramos ser a relevância desse trabalho. A busca de um desenvolvimento sustentável para o Balneário Cassino seria, talvez, o esforço de por todos os fatores integrantes da realidade: fatores físicos, bióticos, abióticos, humanos, históricos, culturais, na busca de um bom ambiente de vida para todos.

Entendemos, assim, que a função das pesquisas está em recompor o pensar e o agir, isto é, estabelecer a unidade entre teoria e prática, colaborando para a formação de uma concepção de mundo hegemônica, de modo que a Educação que se busque seja a Educação Libertadora e, portanto, emancipadora dos sentidos humanos.

Isso nos remete ao papel dos intelectuais no processo de organização da sociedade civil e política. São esses que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe consciência de seu papel, transformando-a em concepção de mundo. Por isso, ressaltamos a importância da unidade entre o pensar e o agir para a transformação, o que exige um processo de trabalho consistente e persistente da Escola que pense criticamente a realidade, organizando os seres humanos para a revolução social.

Ao conhecer o modo como compreendemos o ambiente e nele as relações desenvolvidas quanto ao trato, coleta e destino do resíduo sólido doméstico, procuramos desvelar a partir das representações dos moradores do Cassino, bem como da Administração Municipal e da Educação – partes dessa totalidade - as contradições existentes entre teoria/prática, causa/efeito dessa realidade para podermos nos lançar em busca de outro nível de qualidade ambiental.

No caso desse estudo, a forma da produção, consumo, trato e destino do resíduo doméstico pelos moradores do Cassino, bem como os cuidados que o Poder

Público oferece para seu recolhimento e destino são em nossa perspectiva teórica o reflexo da compreensão que esses moradores e essa Administração possuem como “o certo”, embora não corresponda ao que sentimos como necessário. Nesse sentido, nossa pesquisa buscou desvelar as causas da insustentabilidade das práticas desenvolvidas no Balneário, por parte dos moradores, que embora se sintam no direito de viver em um ambiente saudável, o desconhecem.

Procuramos compreender também a representação social da Administração Municipal, como gestora das condições de sustentabilidade do meio ambiente, ao providenciar o recolhimento e destino do resíduo sólido doméstico aí produzido, a fim de trazermos a discussão de que forma ela vem atendendo às necessidades da população do Balneário Cassino em específico.

Destacamos também, a questão da Educação, por meio do papel da Escola em especial, como um espaço propício ao ensino-aprendizagem para uma Educação como prática de liberdade, que pressupõe para tanto a preconização da emancipação dos sentidos humanos⁷. Dessa forma, nos dedicamos a compreender a forma como estão sendo desenvolvidos os processos educativos referentes aos resíduos sólidos no Cassino, como conteúdo didático socioambiental.

Na produção capitalista, o controle da acumulação dos saberes (capital humano) incapacita as pessoas a influenciar no desenvolvimento da sociedade e de grupos sociais, principalmente em seus costumes, tradições e em sua formação cultural. Nesse estudo, tanto a consciência do Administrador como dos moradores do Balneário Cassino são também moldadas por sua relação dentro do processo de produção que mantém a sociedade. Essa relação determina o desenvolvimento social dos indivíduos e seus “estilos” de vida que nessa pesquisa se refere à forma como vem se dando o trato do resíduo sólido doméstico no Balneário Cassino.

No pensamento marxista, os indivíduos e as instituições sociais são produtos históricos do desenvolvimento da formação social e das relações de

⁷ A emancipação dos sentidos humanos está associada ao maior desenvolvimento possível de uma consciência crítica, o que nos possibilitará fazermos a história conscientes de nosso “quefazer”, isto é, de nosso compromisso com o mundo, nas exigências e nos desafios que se nos apresentam para o desenvolvimento conjunto - no sentido de sermos mais - de nós, seres humanos e do mundo que vivemos.

produção. Por isso, problematizar a reprodução e a transformação social nos fez pensar que toda a sociedade tem de resolver o desafio de “reproduzir-se” de uma geração para outra com outro nível, qualitativamente superior das relações e instituições sociais, políticas e econômicas de produção.

Transpomos para nosso estudo a compreensão de Freire (2001) a respeito da ação cultural e reforma agrária, afirmando que no processo de transformação social qualquer postura ingênua em face desse processo, da qual resultem quefares igualmente ingênuos pode conduzir a erros e equívocos funestos. Um desses equívocos pode ser o de reduzir a ação transformadora a um simples ato mecânico. Por isso é que dizemos que o processo de transformação precisa ser permanente.

Em *O Caminho se faz Caminhando: Conversas sobre Educação e Mudança Social*, Paulo Freire diz que após a chegada ao poder, a nova Educação é tão política quanto a anterior e que embora a Educação não seja mais, nesse momento, aquele modelo tradicional, é preciso trabalhar arduamente para não a tornar uma espécie de doutrina. É preciso, pois, “*criar uma educação que aumente e amplifique o horizonte de entendimento crítico das pessoas, criar uma educação dedicada à liberdade*” (FREIRE, 2009, p. 206).

Para conhecermos a sociedade na qual vivemos; que tipo de conhecimento temos ou qual o tipo de conhecimento nos é permitido ter, é preciso nos dedicar o mais profundamente possível na investigação das relações sociais e da representação que fazemos do mundo a nossa volta.

Sendo assim, conceber o certo ou o errado em termos desse assunto está sendo nesse estudo, descrever as práticas do cotidiano dos moradores, da Administração Pública, e da Educação sobre como concebem os processos que requerem de todos uma compreensão próxima, uma vez que o ambiente social está intimamente ligado ao ambiente natural, ambos como espaços de convivência para todos.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATO E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

Os estudos da legislação e das políticas públicas municipais ganharam relevância na busca da essência de nosso fenômeno para que pudéssemos compreendê-lo em sua totalidade, em suas ligações e relações com outros fenômenos materiais sociais.

Assim, em uma de nossas hipóteses lançadas no Projeto da pesquisa foi estabelecido que **a legislação existente e as políticas públicas municipais desenvolvidas no Balneário Cassino não conseguem atender às reais necessidades da população aí residente em relação à gestão do resíduo sólido doméstico.**

No Balneário Cassino, as leis e políticas públicas são aquelas desenvolvidas para a cidade do Rio Grande em seu todo. Procuramos encontrar nas leis e políticas públicas da Cidade explicações para a hipótese que aqui levantamos, a fim de conseguirmos compreender as causas geradoras de nosso fenômeno de pesquisa.

Em primeiro lugar, destacamos a Lei nº 2.606 de 22 de maio de 1972 (anexo 25) que promulgou o Código de Edificações do Município do Rio Grande e que revogou o até então vigente Código de Construções. O que nos chamou a atenção em relação a essa Lei é que embora ela trate da questão dos licenciamentos das construções feitas no Município, ela se omite em relação à questão ambiental, exceto num único artigo que expressa:

Art. 63º - Os terrenos não edificados serão mantidos limpos, capinados e drenados, podendo a Prefeitura determinar o aterro daquele que não tiverem meios de fácil escoamento da água.

Mas, como podemos observar na realidade concreta, a lei não vem sendo respeitada pela população, nem tampouco pela Administração que não promove

eficazmente seu cumprimento. Prova disso são as constantes reportagens denunciando a situação dos terrenos baldios no Cassino, fruto das permanentes reclamações dos moradores do Balneário que se sentem prejudicados em seu direito de viver em um ambiente propício à sadia qualidade de vida, pela atitude insensata de alguns e pela inércia da Administração Pública em fazer valer o que é previsto em lei:

As más condições dos terrenos baldios, com vegetação alta, galhação e até lixo se constituem em outro problema reclamado. Ontem, a reportagem do Agora registrou dois casos: um na rua Bahia com a rua Vaz Dias e outro na rua Santa Vitória. Neste segundo, a vegetação avançou sobre o espaço de calçada. As pessoas que passam por ali precisam andar pela via pública. O advogado Fausto Moita, que tem casa ao lado deste terreno, contou que ontem uma cobra invadiu seu pátio, provavelmente vinda do terreno ao lado, que favorece a ocorrência de insetos e ratos.

Moita disse que já pediu várias vezes à SEC a limpeza do terreno. Há oito anos, chegou a levar o assunto ao Ministério Público e este determinou à Prefeitura que o mantivesse limpo. A Prefeitura fez a limpeza e intimou o proprietário a cercar a área, segundo ele. No entanto, a cerca já não existe mais. Ele destaca que, se o Cassino tem objetivos turísticos, a primeira preocupação tem que ser com a estrutura e limpeza. Fausto Moita está morando em Caxias do Sul, mas mantém a casa no Cassino.

Ele falou que estimulou outros moradores de Caxias a visitarem o balneário rio-grandino. Alguns vieram e gostaram, porém observaram que o Cassino precisa melhorar em termos de manutenção da limpeza. Renato Albuquerque explicou que os proprietários têm o dever de cuidar dos seus terrenos baldios, de cercar e limpar. E quando não o fazem, são notificados e devem pagar multa diária no valor de 300 URMs. Ontem, ele iria verificar com o setor de fiscalização qual era a situação do terreno da rua Santa Vitória.

(Carmem Ziebell, *Terrenos baldios*, reportagem do Jornal Agora do dia 04/11/2006 – anexo 26)

Reportagens como essa, que denotam a situação do resíduo sólido doméstico no Balneário Cassino, demonstram que essa situação não pode mais ser ignorada. A Secretaria Especial do Cassino para não parecer totalmente alheia aos problemas divulga no Jornal alertas como:

A Secretaria Especial do Cassino (SEC) faz um alerta aos proprietários de terrenos baldios situados em várias regiões do balneário. O alerta é no sentido de que esses locais devem ser limpos e cercados. "O descumprimento da medida acarreta multa", observou o titular da pasta, secretário Irajá Pellegrini. A Secretaria divulgou ontem, 1º, a relação dos

terrenos e seus respectivos endereços. A partir desta data, os proprietários têm o prazo de dez dias para regularizarem sua situação, caso contrário, estão sujeitos às medidas cabíveis. A medida está prevista no Código de Posturas do Município. O objetivo da determinação é dar mais segurança a esses locais, além de evitar danos à saúde pública da comunidade, tendo em vista que esses terrenos propiciam o acúmulo de lixo e de insetos. Outro ponto destacado pelo secretário é o fato de que locais abandonados acabam por prejudicar o aspecto visual do Cassino, a maior praia do mundo em extensão.

A relação dos terrenos baldios pode ser consultada através na página da Prefeitura na internet (www.riogrande.rs.gov.br).

(SEC faz alerta a proprietários de terrenos baldios do Cassino, reportagem do Jornal Agora do dia 02/02/2010 – anexo 27)

As contradições existentes entre o teórico – lei/alertas municipais – e a prática existente no Município quanto à fiscalização e o cumprimento da legislação é próprio da política administrativa do grupo dirigente do Poder na Cidade. Para exemplificar esse comportamento da Administração Municipal em torno da legislação vigente, trazemos a Lei nº 3.514 de 24 de julho de 1980 (anexo 28) que institui o Código de Posturas do Município que no seu Título I, Capítulo I, reza:

Artigo 1º - Este Código contém as medidas de Polícia Administrativa do Município em matéria de ordem pública, segurança, costumes, higiene, funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais, **estabelecendo as relações entre o poder público local e os munícipes.**

No corpo dessa Lei, é possível destacar algumas questões importantes dentro da questão dos resíduos sólidos, específico do nosso estudo. O primeiro deles está no Título III, Capítulo I – Dos Logradouros Públicos que em seu art. 21 diz:

Artigo 21 - É proibido nos logradouros públicos:

[...]

III - obstruir ou concorrer, direta ou indiretamente, para a obstrução de valor, calhas, bueiros ou bocas de lobo, ou impedir, por qualquer forma, o escoamento das águas;

Pena: multa de quatro a seis Unidades de Referência Padrão (U.R.P.)

IV - despejar águas servidas, lixo, resíduos domésticos, comerciais ou industriais nos logradouros públicos ou terrenos baldios;

Pena: multa de uma três Unidades de Referência Padrão (U.R.P.)

[...]

VI - transportar argamassas, areia, aterro, lixo, entulho, serragem, casca de cereais, ossos e outros detritos em veículos inadequados ou que prejudiquem a limpeza;

Pena: multa de um a cinco Unidades de Referência Padrão (U.R.P)

[...]

XII - depositar lixo em recipientes que não sejam do tipo aprovado Município;

Pena: multa de dois décimos a uma Unidade de Referência Padrão (U.R.P.).

Vemos que o inciso IV se refere aos terrenos baldios ao qual comentamos anteriormente quando falávamos sobre o Código de Edificações da Cidade. No mesmo Título I, do Código de Posturas do Município, destacamos o Capítulo II intitulado *Da Higiene das Habitações*, que também se liga ao proposto no inciso IV do art. 21 do mesmo Código e que, por sua vez, se relaciona principalmente com o previsto no art. 63 do Código de Edificações do Município do Rio Grande. Assim, diz o artigo 25:

Os proprietários ou inquilinos serão obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os quintais, pátios, cercas, muros, prédios e terrenos.

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Pensamos aqui que tanto a Lei nº 2.606 de 22 de maio de 1972 (Código de Edificações do Município do Rio Grande) como a Lei nº 3.514 de 24 de julho de 1980 (Código de Posturas do Município) mostram que o meio ambiente enquanto bem público, passível de necessária tutela jurídica, passa realmente a receber alguma consideração mais razoável, ainda que por vezes somente no papel da Lei, a partir da nossa Constituição Federal de 1988.

É a partir da Constituição Federal de 1988 que avançamos a nível federal nas políticas públicas e legislações ambientais. Ainda que esparsas, essas certamente contribuíram para com o desenvolvimento de políticas públicas e legislações a nível estadual e municipal.

Dentre as leis e políticas públicas municipais, em especial as que se referem direta ou indiretamente aos resíduos sólidos destacamos a Lei Orgânica do Município do Rio Grande promulgada no ano de 1990 (anexo 29). Assim, ressaltamos na referida Lei, a Seção II – *Da Política Urbana* que em seus artigos diz entre outras coisas que:

Art. 94 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público, conforme diretrizes fixadas pela Constituição Federal e por lei complementar municipal têm como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Esse artigo nos permite a crítica ao antagonismo entre o que diz a lei e o que se passa na prática. Para nós, não há dúvidas de que isso é reflexo da Ideologia dominante que utiliza o Estado – na figura da Administração Pública Municipal – para manter a sociedade em seu *status quo*, onde a sociedade vive sob a égide de uma democracia abstrata, ou seja, uma democracia que não sai do papel.

A realidade a que chegamos a partir da empiria de nosso estudo nos revela que a política de desenvolvimento urbano da Cidade, executada pelo Poder Público não tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, quanto mais garantir o bem-estar de seus habitantes⁸.

⁸ A preocupação da Administração Municipal do Rio Grande tem sido sempre – e aqui estamos dando ênfase ao período de tempo relativo ao recorte de nossa pesquisa (2006/2010) – as questões que envolvem grande capital e captação de recursos que não retornam a população.

Prova disso está no Plano Estratégico Municipal do Rio Grande 2005-2010 que apesar de não ser foco desse nosso estudo - por realmente ter aberto mão de sequer se preocupar com as questões relativas ao meio ambiente -, precisa aqui ser resgatado. Isso porque, embora ele em sua definição se propusesse a ser um Plano de desenvolvimento local sustentável de revolução da estrutura econômica e social do Município, pouco ou nada podemos ver a respeito da questão social.

O que podemos sentir foi uma proposta que praticamente colocou Rio Grande a venda, com ofertas na internet do por que se deve investir em Rio Grande. Esse projeto visou entre outras coisas, o fortalecimento do setor portuário e da indústria madeireira – grande causadora de problemas ambientais na região.

Propôs-se a divulgar o turismo como forma de arrecadação, mas sem dar a infraestrutura necessária à cidade, causando o inchaço que corrobora para a caótica situação para a população local quanto, por exemplo, ao setor de habitação, transporte, saneamento, entre outros. Isso certamente contribui para o agravamento da situação dos resíduos sólidos na Cidade e, conseqüentemente no Cassino, pois esse acaba sendo um dos principais pontos de concentração das pessoas que vem de outras cidades, seja em função do turismo/trabalho/estudos, já que o restante das principais zonas urbanas da Cidade encontram-se lotadas.

As práticas da Administração Municipal vão contra ao que a sua própria Lei Maior prevê. Consideramos esse fato um abuso e, portanto, um desrespeito às necessidades da população que vive os mandos e os desmandos de uma Administração que além de não se preocupar com a sociedade, faz da Cidade o que “bem entende”, como se a Lei Orgânica nunca tivesse existido. Aliás, ela existe naquilo que possa convir aos interesses da Administração Municipal, interesses que atendem prioritariamente ao modo de produção capitalista.

É interessante notarmos que é no contexto alienador do capital que a Lei Orgânica ironicamente ressalta que uma das preocupações da Educação no Município é com a preservação do meio ambiente:

Art. 153 - O sistema municipal de ensino compreende a educação pré - escolar e o ensino fundamental, geridos pelos órgãos do Poder Executivo responsável pela formulação da política educacional e sua administração, em consonância com os sistemas federal e estadual.

Parágrafo único - O Município desenvolverá política para o ensino fundamental, com orientação e formação profissional, visando:

I - a preparação de recursos humanos para atender às necessidades do mercado de trabalho nos diferentes setores da economia;

II - à preservação do meio ambiente;

[...]

Ignoram assim que há um antagonismo entre teoria e prática por parte da Administração Municipal. O desrespeito vai não só ao meio ambiente enquanto o ambiente natural, - conforme podemos observar que é a forma como a lei o trata - como aos seres humanos que fazem parte desse meio, na medida em que esses só servem como máquinas a produção do capital⁹.

Quanto à preocupação do Município com o Meio Ambiente, a Lei

⁹ É chocante e ao mesmo tempo indignante para nós, enquanto graduados na área do Direito, vermos que nosso ensino jurídico não trata a questão social da forma como hoje podemos compreendê-la por meio da formação continuada em Educação. A lei mascara as reais intenções classistas como se estivesse preocupada com o emprego dos cidadãos para uma vida digna, enquanto na verdade, o que pretende é formar mão-de-obra barata de acordo com as necessidades não humanas, mas do mercado de trabalho, conforme as palavras do próprio inciso I do art. 153.

Orgânica do Município reforça que esse fará parte dos conteúdos dos currículos do ensino fundamental em suas Escolas, o que vem sendo executado pelo Projeto Quero-Quero de Educação Ambiental, responsável pelas “ações” de confecção de brinquedos com o lixo, troca de garrafas com mensagens dentro, exposição de trabalhos com desenhos “conscientizadores”, coletas simbólicas, entre outras tantas atividades ingênuas.

A realidade que se vivencia no Município está em desacordo com o que prevê a Lei, em especial aqui, a Lei Maior do Município, que é a Lei Orgânica que tem inclusive um Capítulo destinado ao Meio ambiente, onde faz uma paráfrase ao art. 225 da Constituição Federal:

Art. 195- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.

O parágrafo único do referido artigo como forma de assegurar a efetividade desse direito previsto no art. 195, diz entre outras coisas em seus incisos que incumbe ao Poder Público: propor programas que visem a implementar a política de meio ambiente no Município e supervisionar sua execução; propor projetos de legislação ambiental, fiscalizar o cumprimento das normas pertinentes e aplicar penalidades; desenvolver atividades educativas visando à compreensão social dos problemas ambientais; prestar serviços pertinentes à consecução de suas finalidades; promover a criação de mutirões ambientais, compostos de entidades civis com finalidades ambientalistas, credenciados e supervisionados pelo órgão ambiental municipal.

Em relação ao exposto acima, podemos dizer que esses itens preconizados nos incisos do parágrafo único do art. 195 da Lei Orgânica do Município do Rio Grande são, de certa forma, realizados. **O problema está, em nosso entendimento, na qualidade com que esses vêm sendo executados e com que finalidade estão sendo exercidos, o que acaba por descaracterizar a essência dos incisos.**

Ainda dentro das leis e políticas públicas do Município que se referem de à questão do meio ambiente – em especial aos resíduos sólidos temos algumas leis. Dentre essas, podemos destacar a Lei nº 5.773/2003 (anexo 30) que dispõe sobre a recepção de resíduos sólidos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, além da Lei nº 5.876/2004 (anexo 31) que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos no Município, seus princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos.

Quanto às Políticas Públicas podemos destacar que em 2006 passamos a contar com o Plano Ambiental Municipal, que é um conjunto de medidas administrativas e operacionais para implementação da política ambiental local e regional, enfocando programas e projetos voltados a proteção e recuperação do meio ambiente.

Já em 2008, passamos a contar com a Lei nº 6.585 de 20 de agosto de 2008 que institui o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano municipal (anexo 32).

E, em 2009 foi promulgada a Lei nº 6.801/2009 (anexo 33) que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município, da concentração de lotes de lixo em via pública, mesmo que para posterior recolhimento, já que muitos sacos de lixos acabam sendo rasgados ou ficam por muito tempo em locais inapropriados, conforme vemos na reclamação feita no Jornal Agora:

VERANISTA, moradora da Rua Henrique Buhle, no Cassino, reclama das falhas do recolhimento do lixo no balneário. "Não há uma frequência de recolhimento, tanto que o lixo fica por dois ou três dias na lixeira. Quando é recolhido, volta a mesma tática do **acúmulo do lixo nas esquinas até a passagem do caminhão**. O resultado é sempre o mesmo: os animais rasgam os sacos e espalham os resíduos pelas ruas e estes não são recolhidos", diz a veranista.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 30/01/2010 – anexo 34)

A fiscalização que precisa ser feita pelas Secretarias da Fazenda e de Serviços Urbanos parece não estar ocorrendo de forma eficiente, permitindo que mais uma vez a legislação exista só formalmente, já que a realidade nos mostra que as práticas incorretas em relação ao trato e destino dos resíduos sólidos nas vias públicas, no Cassino e na Cidade como um todo, continuam acontecendo.

“São inúmeras as reclamações por parte da comunidade no sentido de que os funcionários que fazem a coleta do lixo passam antes do caminhão, quando concentram os lotes de lixo em determinado local para, posteriormente, realizarem o recolhimento” disse o autor da Lei em entrevista ao Jornal Agora do dia 11/12/2009 (anexo 35). Acrescentou que o fato causa transtornos à comunidade quando o serviço de coleta demora a passar, o que sabemos ser bem comum acontecer, uma vez que os cães espalham o lixo na rua e este não é recolhido pelos empregados da Empresa responsável.

Essa atitude do recolhedor de não juntar o lixo que cai do saco rebentado, bem como a forma de jogá-lo no caminhão sem o devido cuidado mostra a qualidade dos serviços prestados e das concepções dos gestores quanto a esse serviço básico de saúde pública. Isso já se tornou uma anormalidade normal na Cidade e no Balneário, já que o lixo esparramado ou posto de forma adequada na lixeira, sem estar acondicionado no saco plástico não tem sido recolhido. Segundo o autor da lei, com sua promulgação, o serviço de recolhimento se dará mediante o acompanhamento do caminhão coletor, reduzindo a incidência de lixo em via pública, o que até agora não podemos observar.

Em 19/11/2009 o Jornal Local, noticiou a reunião ocorrida na Associação Comunitária do Balneário Cassino (ACBC), cujo objetivo foi discutir alguns problemas do Balneário. Em relação ao lixo, o titular da SMSU explicou que no Município, a coleta é feita diariamente em todos os bairros e são coletados materiais em cerca de 30 caçambas todos os dias. O Secretário Municipal de Serviços Urbanos disse na ocasião, que na temporada de veraneio o serviço deve ser reforçado no Balneário, mas a comunidade deve se conscientizar (anexo 36).

Encontramos nas análises da linguagem das autoridades municipais publicadas nos jornais, um distanciamento da sociedade, justificando nas falas, que a possível inoperância dos serviços de recolhimento do lixo no Município, e do Cassino, é devido a não conscientização da população para o devido cuidado – acondicionamento do resíduo sólido.

A participação intermitente de todos em processos continuados é o que aprofunda a democracia, ao mesmo tempo em que melhoram o modo de considerar as mais diferentes formas de viver existente na sociedade. O Estado, enquanto administrador do público e a Sociedade Civil, enquanto público, precisam reconhecer-se como uma para a outra. Precisamos compreender o lugar do Estado na Sociedade e o lugar da Sociedade no Estado, hoje em situação inversa.

Isso nos faz reconhecer que nas convivências de diferentes tipos de compreensão de “estar no mundo” não podemos desconsiderar nenhuma delas. A Administração Pública buscando sempre um “bode expiatório” ¹⁰ para sua inoperância arrisca dizer na fala do Secretário dos Serviços Urbanos: *“Rio Grande é uma das poucas cidades que faz a coleta diária em todos os bairros, na maioria dos Municípios o serviço é intercalado”* (Jornal Agora de 19/11/2009). Portanto, em Rio Grande e Cassino a culpa da forma como o recolhimento do lixo é tratado é somente da população que não sabe cuidar de seus resíduos.

Os moradores, de qualquer lugar que seja, e no Cassino não é diferente, embora tenham o mesmo direito de votar em governantes, não têm todos o mesmo direito de habitar um lugar saudável. Todos se sentem no direito de viver em um ambiente que proporcione qualidade de vida agradável, dele participando realmente como cidadãos.

Em estudos sobre “Gestão ambiental urbana” chegamos à compreensão de que *“não há democracia se não falamos do lugar onde vivemos”*. Marilena Chauí (1995), em seu livro *Convite a Filosofia* nos alerta que democracia é um processo que ao se construir dá continuamente identidade ao povo e ao lugar que habita.

¹⁰ Expressão comumente usada quando queremos encontrar um desculpa “frágil” para algo que não aconteceu como o desejado, por não se ter organizado as condições necessárias para tal, então culpamos alguém pelo não ocorrido.

Essa fala de Chauí nos faz pensar que não há como tomar decisões sobre o lugar em que vivemos sem que cada um que decida tenha conhecimento do lugar em que vive. Em nosso entendimento, sem esse conhecimento não podemos construir nossa identidade cultural em respeito ao lugar.

Assim, além do conhecimento do espaço geográfico, como espaço público, torna-se necessário um conhecimento político da forma como as relações sociais acontecem nesse mesmo espaço.

Em um texto de Rualdo Menegat e Gerson Almeida, publicado em 2004, pela Editora da UFRGS, eles se expressam destacando o papel da Educação/Conhecimento e informação para o exercício do pensar, decidir e participar sobre as questões da cidade, que no caso de nossa pesquisa se trata do Balneário Cassino, de modo que as preocupações de todos os moradores possam interagir originadas pelo seu local de moradia.

Assim, entre muitas outras coisas que acontecem paralelamente no contexto social do Cassino/Rio Grande torna-se necessário conhecermos para melhor compreendermos a forma como a Administração Pública Municipal, como gestora das condições de sustentabilidade desse ambiente, vem promovendo, entre outras coisas, o recolhimento e destino do resíduo sólido doméstico aí produzido.

Sabemos que a Prefeitura dispõe de alguns serviços para atender à comunidade em relação à coleta e destino do lixo como a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, a coleta de resíduos sólidos dos serviços de saúde (COMDEMA 2002/2003), a destinação de pneumáticos (Convênio Reciclanip/2006), o aterro sanitário (2009), entre outros. Mas, embora haja a disponibilização desses serviços, ainda há muitas reivindicações sobre a qualidade com que são prestados.

Quanto ao destino, no que diz respeito à cidade no seu todo, há o aterro sanitário, construído em 2009, afastado das zonas urbanas do Município, localizado na BR 392, onde segundo o Secretário de Serviços Urbanos do Rio Grande, *“são recolhidas no Município 120 toneladas de lixo doméstico por dia. Apenas os resíduos de construção civil e galhação ainda continuarão sendo depositados ao*

lado do Lixão Municipal, situado no bairro Carreiros” (Jornal Agora de 04/11/2009 – anexo 37).

Conforme reportagem intitulada *A nova destinação do lixo doméstico do Rio Grande*, escrita por Ziebell no Jornal Agora do dia 11/11/2009 (anexo 38), desde o dia 03/11/2009 os resíduos são coletados e levados até o antigo lixão onde são descarregados em área impermeabilizada e transferidos para uma carreta na qual seguem para o aterro sanitário localizado na BR 392, onde são depositados, espalhados e compactados, recebendo uma cobertura de argila para evitar o forte odor que ocorria no antigo lixão.

De acordo com a entrevista dada pelo supervisor da Rio Grande Ambiental, empresa responsável pela Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, a célula de disposição dos resíduos é toda impermeabilizada, visando a evitar o contato com o solo e lençol freático, e preparada para captação de biogás (gás de aterro) objetivando futura utilização mais nobre desse gás.

Diante dessas colocações percebemos a intenção explícita do Poder Público Municipal na construção de uma usina de biogás. O que era apenas intenção constituiu-se em Projeto de Lei do Executivo de nº 133 (anexo 39), atualmente temporariamente suspenso¹¹, mas que até 03/02/2010 ainda encontrava-se em tramitação na Câmara Municipal.

Tal Projeto visa alterar o inciso V do art. 11 da Lei Municipal nº 5.876/2004 que instituiu a Política Municipal de Resíduos Sólidos em Rio Grande, já que com a revogação desse inciso, o Município do Rio Grande poderá importar resíduos sólidos de outras cidades.

[...] parece que a prefeitura do Rio Grande não vê o lixo como um problema que precisa de soluções baseadas em planejamento e ações responsáveis. Senão, porque está querendo alterar a Lei 5876 de 2004, que proíbe o recebimento de lixo de outras localidades?

¹¹ O referido Projeto encontra-se desde o dia 01/02/2010 suspenso por decisão tomada pelo Prefeito Municipal que alega que o Projeto foi mal interpretado pelos riograndinos. Tal Projeto desde que se tornou público, quando foi pauta de discussão na Câmara dos Vereadores em 11/01/2010, vem promovendo críticas ferrenhas ao governo municipal. Sendo, assim, o Prefeito alega que será aberta Audiência Pública para discussão do mesmo, conforme noticiado no Jornal Agora do dia 04/02/2010.

(Jornal Agora do dia 30/01/2010, artigo – anexo 40)

Já temos dificuldade de fazer a gestão do nosso lixo. O aumento da quantidade de resíduos vai potencializar os impactos que temos em áreas baixas, de banhados e mananciais. O Nema trabalha com a posição de que quanto menos lixo, melhor para gerenciar. Se produzirmos menos, menores serão os gastos com coleta e mais tempo de vida útil terá o aterro sanitário.

(Jornal Agora do dia 22/01/2010, por Carmem Ziebell – anexo 41)

A verdade é que Rio Grande mal consegue gerenciar o lixo produzido aqui, quanto mais os resíduos vindos de fora, que nem mesmo sabemos qual a origem. Mais uma vez, os interesses políticos falam mais alto que os interesses da comunidade.

(Jornal Agora do dia 23/01/2010, Carta do Leitor – anexo 42)

Esses recortes de cartas, artigos e matérias, entre outras, publicadas no Jornal Local ratificam nossa posição da necessidade e importância da sociedade conhecer as decisões do Poder Público constituído com referência a temas e assuntos que estão diretamente associados ao nosso bem estar.

Quando afirmamos que a população é que conhece seus problemas e que precisa ser consultada como parte dos processos de decisões, queremos dizer que tanto melhor será a solução dos problemas comuns quanto mais informações sobre as políticas públicas a serem implementadas estejam disponíveis aos cidadãos em lugares próprios para esse tipo de informação¹².

A prática como critério de verdade, tem possibilitado análises sobre as posições contraditórias da Administração Pública do Município, quando há desencontro de falas entre seus pares de governo, no que tange aos discursos, e na ação cotidiana do atendimento das reivindicações da população em detrimento ao atendimento de interesses de grupos minoritários.

O foco principal da construção de um novo aterro não é a questão ambiental, mas o interesse de retorno econômico, ou seja, a construção da usina de

¹² Como lugares próprios para esse tipo de informação estamos considerando, como por exemplo, as Associações de Moradores, os Sindicatos, as Escolas, os Clubes de serviço, as Instituições Públicas, entre outros existentes.

biogás, tendo em vista entrada de receita para o Município e não melhoria da qualidade de vida.

Além do aterro sanitário, a Prefeitura dispõe do serviço de coleta seletiva de lixo, cujo caminhão está programado para passar uma vez por semana nos diferentes bairros da cidade, os quais são posteriormente encaminhados a associações de reciclagem de acordo com a zona recolhida.

Em relação especificamente ao Balneário Cassino, também conforme notícia do Jornal Agora de 16/06/2009 podemos conhecer os serviços que a Prefeitura dispõe em relação ao lixo:

A SEC lembra aos moradores do Cassino que continua à disposição **a área própria para descarte de entulhos de construção civil, galharia, resíduos de poda e materiais recicláveis**. Já os resíduos sólidos residenciais (lixo doméstico) devem ser adequadamente acondicionados em sacos plásticos e dispostos na via pública para o devido recolhimento pelo serviço de coleta domiciliar. O abandono de resíduos de qualquer espécie nas vias e logradouros públicos caracteriza-se como transgressão ao Código de Posturas do Município e é passível de multa. (grifo nosso – anexo 43)

Segundo informações obtidas no site da Prefeitura, esses locais elencados na citação acima, funcionam junto ao lixão do Cassino onde são depositados os lixos domésticos recolhidos no Balneário. Este lixão está localizado nas proximidades do Bairro Querência, o que dificulta muito aos moradores o transporte desses materiais, embora a Prefeitura também disponha de uma Central de Carroceiros¹³ para fazer esse transporte. Mas, mesmo para estes trabalhadores associados à Central, a distância é muito grande devido ao meio de transporte por eles utilizados e também ao valor pago pelo serviço. Porém, isso não justifica a perpetuação da grande quantidade de podas de árvores, restos de gramas e da construção civil abandonados nas vias e logradouros públicos do Balneário.

¹³ Para o titular da SEC, a central de carroceiros existente no Cassino, é uma possibilidade para os moradores resolverem os problemas de seus resíduos, uma vez que os carroceiros conveniados com a Secretaria estão à disposição para atendimento quando for necessário que seja feito recolhimento de entulhos. Segundo ele, basta as pessoas ligarem para a Central e solicitarem o serviço. Porém na origem desta informação não conseguimos saber se há algum tipo de pagamento do usuário pelo serviço.

Quanto ao serviço de coleta seletiva de lixo, o caminhão que faz o recolhimento dos resíduos sólidos “aproveitáveis” passa no Balneário nas manhãs das sextas-feiras. Conforme Chaves (2007) traz em sua Monografia de Especialização do Curso de Ecologia Aquática Costeira da FURG:

De modo geral, e embora de maneira incipiente, a comunidade do Cassino vem fazendo a separação dos recicláveis e sabe que existe a coleta seletiva, entretanto **não dispõe de informações suficientes a respeito do sistema**. Dessa forma, surgem certa insatisfação e desestímulo da população nas práticas de separação. Esse fato se confirma quando se pergunta às pessoas que não separam o motivo pelos quais elas não o fazem. **Alegam que estão desacreditadas do sistema, que ele é muito desorganizado, que não têm informações exatas e não sabem ao certo como funcionam**, outras dizem não separar os recicláveis dos outros tipos, onde acomodar, quando e como utilizar os serviços da prefeitura. Também afirmam não conhecer o galpão de reciclagem e por isso acabam destinando os resíduos (quando separam) aos carroceiros que passam nas ruas (CHAVES, 2007, p. 59 - grifos nossos).

Vemos, portanto, que o recolhimento dos resíduos sólidos recicláveis, enfrenta a “descrença” da população quanto à qualidade com que tal serviço é realizado. Conforme podemos observar nas considerações trazidas por Chaves com base no relatado por seus entrevistados, a realidade do problema dos resíduos sólidos no Balneário Cassino é uma questão diretamente relacionada à qualidade dos serviços prestados – principalmente aqui em relação ao recolhimento e destino dos resíduos sólidos – independentemente de serem recicláveis ou não.

No período de maior fluxo no Balneário – período de verão – a Prefeitura do Município dispõe de outro serviço que é a Central Praia Viva¹⁴. Como já vimos relacionando ao longo desse estudo, a pouca participação da população nas decisões da “coisa” pública, impedem a criação de outros hábitos culturais e sociais. As iniciativas da Administração Pública no Cassino não conseguem superar a mera fase de “consultas” sem o poder de incidir sobre a gestão governamental e a formação de políticas públicas.

¹⁴ Este serviço começou a funcionar no dia 04 de janeiro de 2010 tendo como eixos temáticos: trânsito na praia, som automotivo, **resíduos sólidos destinados de forma inadequada**, cuidados especiais com as dunas costeiras e saúde/bem-estar.

Assim é concebido pela Administração Municipal o projeto “Central Praia Viva”, conforme trecho da entrevista da Coordenadora do Projeto e Secretária Municipal do Meio Ambiente publicada no Jornal local:

[...] a Central Praia Viva tem como proposta tomar ações pró-ativas e integradas na busca da qualidade socioambiental. A finalidade é garantir o acesso à população com relação a informações e esclarecimentos, bem como colher **as inúmeras denúncias ou queixas da comunidade** para tentar sanar os problemas. Uma vez filtradas, as denúncias são encaminhadas aos órgãos competentes, parceiros da iniciativa.

(Por um verão saudável e uma praia mais viva, Jornal Agora do dia 09/01/2010 - grifo nosso – anexo 44)

Na leitura desse trecho da reportagem podemos observar que são inúmeras as reclamações de serviços no Balneário Cassino e o fato do Projeto se destinar também ao Lixo, revela mais uma vez que ele é um dos problemas mais reclamados no Balneário. Mas mesmo assim, as reclamações em relação aos resíduos sólidos ainda continuam nos noticiários do Jornal local:

LEITORA pede providências com relação à remoção de um cão morto, jogado em uma valeta próximo ao portão do viveiro de mudas do Nema, junto ao Horto Municipal do Cassino. Segundo ela, há cinco dias o corpo do animal está na valeta, ocasionando forte mau cheiro e aparecimento de moscas nas casas próximas. A leitora salienta que já tentou contato com a Secretaria Especial do Cassino, mas, até ontem, o problema ainda não havia sido resolvido.

(Jornal Agora, 16/01/2010 – anexo 45)

Nessa reivindicação feita por meio do Jornal, podemos observar que a forma como o cão morto foi jogado em via pública nos revela como as práticas em relação ao lixo vêm sendo desenvolvidas pelos moradores, bem como a ineficiência da Administração Pública em solucionar esses problemas. Outras reclamações podem ser destacadas diariamente nesse mesmo Jornal:

LEITORA reclama do acúmulo de lixo pelas ruas do Cassino e nos contêineres disponibilizados para recolhimento que já não dão conta da quantidade de resíduos. Ela sugere que os administradores repensem uma solução, talvez em turnos, para dar vazão ao crescimento de lixo depositado

pelos veranistas todos os dias nas ruas do balneário. Diz ainda que as lixeiras transbordando são um péssimo cartão de visitas para o Cassino.

(Jornal Agora do dia 21/01/2010, Seção Rápidas – anexo 46)

Logo, existe uma incoerência entre o dito e o feito – entre a teoria e a prática, o que a Prefeitura diz que faz e os serviços que realmente realiza. Por um lado, as reclamações dos moradores e suas práticas na disposição adequada do lixo, bem como as leis e políticas públicas municipais e, por outro, a frágil ou inexistente fiscalização.

Esse estudo nos faz ver a existência de infraestrutura que possibilita uma melhor prestação do serviço pela Administração Municipal e a possibilidade de uma melhor adequação do resíduo sólido doméstico pelos moradores. A lei está vigendo – existe de certa forma. O que falta é o interesse de que realmente sejam efetivadas. Em nosso entendimento, portanto, o que falta é o interesse em despertar nos seres humanos o conhecimento, a vontade de emancipação e, portanto, o direito a liberdade.

3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO GRANDE E A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO BALNEÁRIO CASSINO – UM ENFOQUE NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na busca da essência de nosso fenômeno de pesquisa, a fim de compreendê-lo em sua totalidade, em suas relações e ligações com outros fenômenos materiais sociais foi que sentimos a necessidade de nos atermos não só ao que a população – em especial dos moradores do Balneário Cassino – tem de representações sociais acerca dos serviços prestados pela Administração Pública Municipal quanto ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos domésticos, como também à forma como a Administração Municipal compreende as práticas que vêm mantendo no que diz respeito aos serviços de limpeza no local.

Na totalidade possível desse estudo, juntamos a perseguição de nossa terceira hipótese elencada em nosso Projeto de Pesquisa que afirmava que **não há por parte do Estado, na figura da Administração Municipal do Rio Grande, uma fiscalização eficaz do cumprimento da legislação e das próprias Políticas Públicas propostas em relação à gestão dos resíduos sólidos domésticos no Balneário Cassino.**

Para tanto, julgamos ser necessário de antemão fazermos algumas breves considerações a respeito do Estado enquanto Instituição regulamentadora dessa sociedade, já que nosso Estudo de Caso serve para observarmos na realidade concreta as contradições que permeiam as relações sociais, a fim de problematizarmos o modo como vimos existindo em sociedade.

Posteriormente, então, faremos uma análise da representação da Administração Pública Municipal do Rio Grande quanto aos serviços por ela prestados no Balneário Cassino, em relação aos resíduos sólidos domésticos e o reflexo dessas representações enquanto práticas que desempenham.

Dentro desse contexto que nos propomos a trabalhar nesse capítulo, pensamos que seria fundamental resgatarmos a importância do desenvolvimento da consciência crítica e seu desdobramento no desenvolvimento da consciência de

classe as quais consideramos fundamentais no processo de transição da sociedade rumo a outro mundo possível.

3.1 O ESTADO BURGUEÊS COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Esse estudo nos possibilita compreender o papel do Estado na tutela e garantia de nossos direitos – direito esse que nesse estudo de caso pode ser considerado como o de se viver num ambiente sustentável propício a uma sadia qualidade de vida.

Assim, desvelar que Estado é esse que é evocado como o guardião social, sendo o representante de nossos interesses e necessidades - o Estado Democrático de Direito - leva-nos a perguntar se podemos falar em Democracia e em Direito nessa sociedade? É possível afirmar que vivemos sob a égide de um Estado Democrático de Direito em uma sociedade capitalista?

Temos a convicção de que a forma como se desenvolve nossa sociedade, não nos é garantida a possibilidade de afirmar que vivemos um Estado Democrático de Direito. Esse Estado de Direito é somente a nossa utopia. Utopia pela qual precisamos lutar muito.

Dizer que todos são iguais perante a lei é uma falácia, tanto nessa sociedade, quanto noutro mundo possível pelo qual lutamos, pois nenhum ser humano é igual ao outro e, portanto, suas necessidades também não são iguais. Logo, uma sociedade democrática será aquela que sabe respeitar as diferenças, atendendo cada um conforme suas necessidades.

Em nossa compreensão de mundo, estamos entendendo que numa sociedade onde a desigualdade, em todas as suas formas, se faz presente, a democracia só existe no direito, na teoria e nas doutrinas.

Por outro lado, a democracia que se restringe praticamente ao voto, nos faz eleger representantes de nossas necessidades que se configuram como o

Estado. Mas, em nosso entendimento, é aí que a “pseudo-democracia” revela que o Estado que realmente temos não é o Estado Democrático de Direito, mas um Estado burguês, classista, mantenedor da ordem vigente do capital.

Engels em *Anti-Duhring* (1979) diz que é incontestável que os povos deram a si mesmos chefes para defender sua liberdade e não para subjugar-los. Ressalta que essa é a máxima fundamental de todo direito político. Entretanto, esses chefes tornam-se os opressores dos povos e reforçam essa opressão até o ponto em que a desigualdade, levada a extremos, se transforma no seu oposto, tornando-se causa da igualdade, aquela ele se refere da seguinte maneira: “*diante do déspota todos são iguais, isto é, iguais a zero*”.

Transpondo isso para nosso tempo presente, só precisamos substituir déspota por lei – expressão do Estado. Assim, Engels completa:

É esse o último degrau da desigualdade, e o ‘ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de onde partimos’: é aqui que todos os particulares tornam-se novamente iguais, porque nada são, e que os súditos não tem outra lei a não ser a vontade do senhor (ENGELS, 1979).

Luciano Gruppi, autor que nos baseamos nesse estudo, nos diz que não há uma teoria científica que explique como nasce o Estado, por quais motivos e sua verdadeira natureza, o que temos é a justificção ideológica disso. Para Gruppi (1980), só pode começar a existir uma visão científica do que é Estado quando desenvolvermos consciência do conteúdo de classe do mesmo.

Gruppi ressalta o mesmo que Marx já havia ressaltado em *Glosas Críticas* (2010), quando diz que a burguesia – classe dominante – não pode desenvolver tal consciência, pois isso significaria denunciar que o Estado mesmo em sua forma “democrática” corresponde à dominação de uma minoria contra a maioria. Seria admitir que essa liberdade não se estende a todos, que a igualdade é apenas forma, isto é, não real para a maioria dos cidadãos. Eis porque a concepção de Estado na sociedade capitalista está condenado a ficar apenas numa visão ideológica da realidade.

Concordamos com os ensinamentos de Gruppi e Marx e aproveitamos para fundamentar que estamos trabalhando com a compreensão de Estado a partir do pensamento materialista dialético, com base principalmente em Marx, Engels e Gramsci.

Certamente é a partir de Marx que a visão crítica do Estado se desenvolve. Considera ele que a estrutura econômica está na base do próprio Estado. Com Marx, Engels defende que o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente mais forte – isto é, a que detém os meios de produção decisivos nessa sociedade – afirma todo o seu poder sobre a sociedade inteira.

O Estado é, então, reflexo da dominação de uma classe sobre a outra, sendo criado com base numa necessidade de se regulamentar juridicamente a luta de classes, de manter determinados “equilíbrios” entre as classes em conformidade com a correlação de forças existente, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante.

Dessa forma, o Estado ao mesmo tempo em que é expressão da dominação de uma classe é o equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação, pois seu objetivo é ocultar as divergências entre classes para parecer que não existe conflito, para que a classe dominada não tome ciência de sua opressão e se rebele contra essa realidade (GRUPPI, 1980).

Marx e Engels em sua obra *Manifesto do Partido Comunista* (2008) nos dizem que a história de todas as sociedades até o presente, movimentou-se em torno de antagonismos de classe que, em cada época, se apresentavam de forma diferente. Diante desse “retrato” social descrito por eles, podemos dizer que quaisquer que tenham sido essas formas de exploração de uma parte da sociedade por outra, é um fato comum de nosso passado e presente, mas que não pode ser perpetuado.

Mas, o fato de até esse momento vivermos essas contradições, nos faz pensar que a consciência social de todas as épocas apesar de suas diferenças se

movimentem segundo formas comuns, conforme o pensamento dominante de determinado momento histórico.

Estamos certos de que essas formas de consciência, condicionadas a uma determinada classe só se dissolverão com o desaparecimento dos antagonismos de classe, onde o livre desenvolvimento de cada um passa a ser o livre desenvolvimento de todos. Para isso, é preciso que no interior da velha sociedade se formem os elementos de uma nova sociedade e que a abolição das velhas ideias acompanhe a supressão das velhas condições de vida.

Braverman (1981), analisando o papel do Estado na sociedade capitalista monopolista afirma ser ele o *“penhor das condições das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja”* (p. 242). E completa:

Tendo o Estado o poder de decretar impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas, e o encargo da administração pública, tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais.

Mas, com o capitalismo monopolista este papel é grandemente ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada (BRAVERMAN, 1981, p. 242).

Assim, é que o modo de produção é marcado não só pela esfera econômica especializada e pelos modos econômicos de extração de excedentes, mas por um Estado com um caráter público. Assim, é que, como já dissemos, o Estado serve aos interesses de classe, pois aparentemente desvinculado da economia ele nela intervém e utiliza-se do sufrágio universal para parecer ser de todos, ou seja, o Estado Democrático de Direito.

É, pois, impressionante a forma como o capitalismo concentra a luta de classes no âmbito da produção, transformando as lutas em torno da apropriação em disputas aparentemente não políticas. O que significa que quando há confrontações violentas, estas geralmente não se dão entre capital e trabalho e assim: *“Não é o*

capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta” (WOOD, 2003, p. 47).

Marx (2008) nos diz que a forma de organização da sociedade civil sob a égide do capitalismo é marcada pela divisão entre público e privado, pela oposição dos seres humanos entre si pela exploração, dominação, egoísmo, afã de poder, que exige para sua própria reprodução a instauração de nossa igualdade jurídico-política, nos transformando em cidadãos, o que não elimina, mas antes de tudo consolida a desigualdade social, por meio do Estado que existe em função da propriedade privada, sendo, portanto, a forma de organização a que se submetem a classe proprietária para garantia de sua propriedade e de seus interesses.

Diante disso, destacamos uma citação de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007) que diz:

Uma vez que o Estado é a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, deduz-se daí que todas as instituições comuns se objetivam através do Estado e adquirem a forma política através dele. Daí, também, a ilusão de que a lei se fundamenta na vontade e, ademais, na vontade desgarrada de sua base real, na vontade livre. E, do mesmo modo, o direito é reduzido à lei (2007, p. 89).

Nessa sociedade há uma relação essencial de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil. Marx, afirma que o Estado tem a sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil (caracterizada pela vida privada, pelos interesses particulares).

Assim, o Estado é incapaz de eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração e os seus meios e possibilidades sem eliminar a si mesmo, uma vez que ele próprio repousa sobre essa contradição entre vida pública e privada, entre os interesses gerais e os particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder (MARX, 2010, p. 60).

3.2 AS PRÁTICAS DO ESTADO COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO BALNEÁRIO CASSINO

Buscamos nesse estudo compreender na realidade concreta a forma como a Prefeitura Municipal do Rio Grande vem atendendo às necessidades da população do Balneário Cassino, especificamente, em relação a gestão dos resíduos produzidos no âmbito das residências, tão reivindicados pela população local, tanto na Audiência Pública para elaboração do Plano Plurianual quanto nos noticiários do Jornal local.

Assim, ao nos dedicarmos a compreender o que os representantes da Administração Municipal dizem de seu governo e aquilo que realmente são e fazem há que distinguirmos “[...] *mais entre as frases e o que os partidos imaginam e o seu organismo efetivo e os seus interesses efetivos, entre a representação que tem e a sua realidade*” (MARX, 2008, p. 243).

Dessa forma, elencamos aqui uma das reportagens exibida no Jornal Agora, mostrando que a preocupação da Administração Municipal quanto à limpeza e manutenção do Balneário Cassino se restringe praticamente ao verão onde são feitos “Mutirões”, “Blitz do Lixo”, “Arrastão Ecológico” e outros tantos nomes que são dados a essas práticas, conforme podemos ver na reportagem e já evidenciada em análises anteriores:

A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) inicia, a partir desta terça-feira, 1º, no balneário Cassino, um mutirão de limpeza de ruas que deve durar de sete a dez dias. O objetivo é realizar ações integradas junto à Secretaria Especial do Cassino (SEC) a fim de preparar o balneário para a temporada de verão, cuja abertura oficial está marcada para o dia 19 de dezembro.

Inicialmente o trabalho de corte de grama e limpeza vai acontecer em toda a extensão da avenida Rio Grande e da avenida Atlântica (desde o riacho até a entrada da Querência). Segundo o titular da SMSU, Paulo Rogério Mattos Gomes, para a operação serão utilizados 12 servidores que atuarão em dois tratores roçadeiras e dez máquinas manuais. Quando o serviço estiver na metade, mais uma equipe de dez trabalhadores será mobilizada para fazer a varrição e o recolhimento da grama.

Logo após, terá início a segunda etapa do mutirão, quando um trator escova vai realizar a limpeza nas ruas pavimentadas do balneário que formam o

anel viário, que são a Rio de Janeiro, a Lisboa, a Júlio de Castilhos e a São Leopoldo. Este trabalho deve durar de quatro a cinco dias. Já na semana anterior à abertura da temporada de verão, a SMSU vai realizar uma extensa operação de recolhimento de lixo e entulho nas ruas do balneário.

O mutirão também conta com o apoio da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) no nivelamento e patrolamento de ruas.

(Balneário Cassino recebe mutirão de limpeza, reportagem do Jornal Agora do dia 01/12/2009 – anexo 47)

Como podemos ver, o mutirão de limpeza no Balneário Cassino estava previsto para iniciar em 01/12/2009, com duração prevista de sete a dez dias. Isso, com certeza não é uma limpeza como outra qualquer de manutenção de algo que com frequência vem sendo limpo, pois como dito na própria reportagem, o objetivo desse Mutirão é preparar o Balneário Cassino para a temporada de verão que foi aberta em 19/12/2010.

Podemos observar também nessa reportagem, a representação do serviço prestado pela Prefeitura na fala do Secretário Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) e que denota o porquê o problema da limpeza – especialmente os resíduos sólidos domésticos - no Balneário Cassino é uma constante.

Primeiro diz ele que o corte de grama (outro fator muito reclamado no Balneário) e a limpeza aconteceram na extensão das Avenidas Rio Grande e Atlântica, ou seja, nas duas principais ruas do Balneário. Fizeram o serviço doze trabalhadores, sendo que apenas dois usavam máquinas, enquanto dez trabalharam manualmente. Porém, chama atenção, como algo extraordinário, é que somente quando o serviço se encontrasse pela metade, outra equipe de trabalhadores iniciaria a varrição e recolhimento da grama.

É comum nas práticas de limpeza da Cidade vermos amontoados de sujeira, entulhos, lixos a espera de limpeza/recolhimento. Isso gera as diversas reclamações da população que fica com os resíduos na frente de suas casas, pelo fato de que até a posterior limpeza/recolhimento, esses resíduos acabam sendo espalhados novamente pelas ruas devido à ação, por exemplo, dos ventos e dos animais.

Noutra reportagem a respeito das ações quanto aos resíduos sólidos no Cassino, destacamos mais uma ação com vistas à limpeza da Praia no verão, mas agora realizadas pelo Pelotão da Polícia Ambiental da Brigada Militar:

O Comando Ambiental da Brigada Militar e a Secretaria Estadual da Saúde (SES), através da Casa de Governo do Cassino, estarão participando nesta quarta-feira, 10, a partir das 9h30min, da Blitz do Lixo na Praia. O evento promovido pela Estação Verão SESC, sairá da estátua de Iemanjá e percorrerá a beira da praia do Cassino, onde darão orientações aos veranistas e realizarão o recolhimento de lixo. De acordo com o comandante do Comando Ambiental, [...], a participação da Brigada Militar se dará através de uma viatura e de uma patrulha composta por cinco policiais militares que percorrerão a beira da praia passando aos veranistas informações sobre a importância de cuidar do ambiente onde estão inseridos. "O Comando sempre estará apoiando ações como essa que promovem a educação ambiental e auxiliam na prevenção de infrações", [...]. De acordo com a coordenadora do Estação Verão do SESC, Fernanda [...], o objetivo da atividade, que deverá reunir mais de 50 pessoas, é alertar a população sobre a necessidade de ter consciência ecológica. Na beira da praia o SESC estará distribuindo panfletos e o manual de bom comportamento na praia, além de realizar a coleta de lixo e distribuir lixeirinhas para automóveis. Já a SES estará entregando aos veranistas o folder "Viva o Verão com Mais Saúde - Siga as Dicas que Podem Salvar Vidas", garrafinhas plásticas para água e preservativos.

(Comando Ambiental e SES participam de mutirão de limpeza no Cassino, reportagem do Jornal Agora do dia 10/02/2010 – anexo 48)

Outra atividade que acontece todos os anos no Balneário desde 2006 é a Patrulha Ambiental Mirim da Brigada Militar que embora nesse ano da reportagem abaixo citada (2009) tenha realizado tarefas mais interessantes em comparação as realizadas em anos anteriores, é importante frisar a título do que se propõe nosso trabalho – a realização de uma gincana ecológica que conforme a reportagem, contemplou tarefas como coletar lixo reciclável, água e conchas e convidar pessoas que estavam na praia a ir até o local de concentração deles para receber instruções sobre preservação do meio ambiente. Segundo, a mesma reportagem a proposta dessas atividades é promover a conscientização sobre a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente, por meio da multiplicação de informações ambientais.

Entendemos essas práticas desenvolvidas na Praia, e aqui em especial essas duas últimas envolvendo a Brigada Militar são ações um tanto reacionárias. Assim, nos utilizamos aqui das palavras de Freire sobre os seres humanos reacionários, onde ele diz que: *“o que o move, em última análise, através de ações e reações, é ajudar a ‘normalização’ da ‘ordem estabelecida’ que serve aos interesses da elite do poder”* (2001, p. 45) e complementa essa fala dizendo *“O trabalhador social que faz esta opção pode, e quase sempre tenta, disfarçá-la, aparentando sua adesão à mudança, ficando, porém, nas meias mudanças, que são uma forma de não mudar”* (FREIRE, 2001, p. 45).

Na manhã de ontem, as crianças que participam da primeira turma do projeto Patrulheiro Ambiental Mirim, da Brigada Militar, no Cassino, tiveram uma atividade prática à beira-mar, próximo da guarita central. Eles participaram de uma gincana ecológica, a qual teve tarefas como coletar lixo reciclável, água e conchas e convidar pessoas que estavam na praia a ir até o local de concentração deles para receber instruções sobre preservação do meio ambiente. A água e as conchas recolhidas foram devolvidas ao ambiente.

Nesta atividade, estiveram presentes 19 crianças, pois algumas que tinham faltado nos primeiros dias frequentaram o projeto ontem. A realização da gincana teve apoio de oito dos Patrulheiros Ambientais Mestres formados no Cassino nesta temporada e na anterior. Nesta sexta-feira, às 9h, os patrulheiros ambientais mirins irão visitar o Museu Oceanográfico da Furg, localizado na área central do Rio Grande. Lá, eles irão conhecer o Centro de Recuperação de Animais Marinhos (Cram), onde receberão informações sobre o trabalho desenvolvido e sobre os animais que lá são recebidos. Amanhã, 24, dia de encerramento do curso para este grupo, os meninos e meninas terão atividades com o SESC e assistirão a uma palestra ministrada pelo oceanógrafo e professor da Furg Antonio Libório Philomena. Os trabalhos com esta primeira turma foram iniciados na última terça-feira. O projeto Patrulheiro Ambiental Mirim é promovido pela Brigada Militar, por meio do seu Pelotão de Policiamento Ambiental em Rio Grande. **A proposta é promover a conscientização sobre a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente**, por meio da multiplicação de informações ambientais.

(Carmem Ziebell, *Cassino: Patrulheiros Ambientais Mirins participam de gincana ecológica*, reportagem do dia 23/01/2009 – anexo 49)

Numa reportagem do Jornal Agora publicada em 26/01/2010 está relatado que a:

Associação Comunitária do Bairro Cassino (ACBC) reuniu-se com o prefeito do Rio Grande, Fábio Branco, e o titular da Secretaria Especial do Cassino

(SEC), Irajá Pellegrini. A intenção foi apresentar os integrantes da entidade ao Executivo Municipal e informar que os componentes da Associação estão imbuídos do propósito de ajudar no desenvolvimento sustentável do Cassino e colocam-se à disposição do Poder Executivo para um trabalho em parceria, intermediando as reivindicações da comunidade cassinense.

(Carmem Ziebell, *Cassino: Associação de Moradores solicita melhorias ao Executivo*, reportagem do Jornal Agora do dia 26/01/2010 – anexo 50)

Isso reforça o que em outro momento colocamos a respeito de que a própria população local é a que mais conhece seus próprios problemas e assim provavelmente já tenha possíveis soluções para os mesmos. Nessa reportagem vemos a iniciativa da Associação.

Em outro trecho da reportagem diz que foi relatado ao prefeito que a Associação, ouvindo moradores e também os turistas, verificou que faltam algumas ações da SEC e, no caso do período de veraneio, como o auxílio das secretarias municipais em geral, para promover melhorias nas ruas do balneário, como patrolamento; corte de grama nas diversas praças existentes; recolhimento de resíduos sólidos (devido ao lixo depositado deseducadamente em locais inadequados) e reposição de lâmpadas queimadas na rede de iluminação pública.

Foi salientado pela diretoria da ACBC ao prefeito casos que atestam a necessidade dessas reivindicações da população do Cassino, uma vez que esses problemas prejudicam a vida dos moradores e a imagem do Balneário para os turistas e veranistas. A tudo isso, o Prefeito fez a seguinte ponderação ***“Nosso trabalho é dobrado para atender o balneário e estamos fazendo o possível, dentro da estrutura e do trabalho de planejamento que possuímos, para melhor atender a população”***.

Podemos trazer para essa fala do Prefeito, as palavras do Dr. Dieter Wartchow (UFRGS) no Seminário Regional: O saneamento e a Gestão Pública dos Resíduos Sólidos¹⁵ que ressalta que quanto à limpeza pública e a gestão de

¹⁵ Evento importante, o qual reuniu diversas autoridades, das quais destacamos os Prefeitos da metade sul do Rio grande do Sul. Esses que no último dia do evento, reuniram-se para discutir rumos quanto à questão dos resíduos sólidos no âmbito de seus municípios frente às exigências da Lei

resíduos em geral há escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes e para promoção da reestruturação do prestador dos serviços. Ele lembra que os recursos financeiros aparecem quando algo se torna prioritário, logo se não há recursos para tais serviços é porque esse não vem sendo prioridade para tal Governo.

Essa reunião da qual falamos anteriormente, referente à fala do Prefeito aconteceu em 25/01/2010. Já no dia 07/04/2010 em nova reunião a respeito do balanço geral da temporada de verão 2009/2010, conforme reportagem noticiada no Jornal Agora do dia 08/04/2010, o secretário municipal do Cassino diz que o maior desafio encontrado pela Administração no Balneário foi quanto ao serviço de manutenção de praças e ruas:

O recolhimento do lixo em todo o balneário foi a nossa maior dificuldade, pois, aos finais de semana, o Cassino recebeu em média 250 mil pessoas, e mesmo aumentando a estrutura, a demanda foi muito alta. A limpeza da praia também foi tratada como prioridade. Diariamente os servidores da SEC percorreram 16km da orla, desde os Molhes da Barra até 5km antes do navio encalhado recolhendo o lixo em 240 tonéis.

(Reportagem do Jornal Agora do dia 08/04/2010 – anexo 51)

Aqui uma primeira coisa que nos chama a atenção é quanto aos números das pessoas que circularam no Balneário Cassino. Não há convergência quando a sequer um número aproximado de frequentadores do Balneário durante a temporada, pois o prefeito na reportagem anterior estimou que fossem mais de 100 mil, enquanto que nessa reportagem o secretário estimou em 250 mil e na reportagem do dia 10/12/2010 o mesmo secretário diz: *“a Casa de Governo no ano passado estimou que em 71 dias mais de 5 milhões de pessoas passaram pelo Cassino. A expectativa para esse ano é de que o número de veranistas seja superior*

Federal nº 12.305, promulgada em 2010, e que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Destacamos que nesse evento realizado em nossa Cidade e de sua relevância tendo em vista todas as problemáticas em relação aos resíduos sólidos na Cidade e, especificamente no caso de nossa pesquisa, do Balneário Cassino, o Prefeito do Rio Grande não se fez presente no evento, mandando representantes que se quer uma vez se pronunciaram durante a realização do mesmo.

a 6 milhões” (Cassino à espera do verão, reportagem do Jornal Agora do dia 10/12/2010 – anexo 52).

Ainda nos utilizando da fala do Dr. Dieter, ele disse que a arte de planejar inicia por um diagnóstico, um problema que tem causas e consequências, o que pensamos estar na mesma linha de pensamento de Maquiavel quando esse dizia que um bom governante é aquele que sabe antever os problemas, antecipando-se com soluções para esse.

Transpondo essa análise para a gestão dos resíduos sólidos no Balneário Cassino, vemos que esse talvez esteja sendo um dos maiores problemas da Prefeitura do Rio Grande que é o de saber administrar com qualidade a função pública de acordo com as necessidades da população. Vemos, pois, aqui um grande problema de gestão, organização e administração, e talvez poderíamos incluir também de interesse e vontade política.

Essa incompetência na administração da função pública faz com que aconteçam coisas como a narrada por Moacir Rodrigues em reportagem do Jornal Agora do dia 28/12/2010:

[...] A temporada balneária teve início oficial no dia 18, com a presença do grupo de salva-vidas da Brigada Militar e todo aparato, assim deveria ser, colocado à disposição pelos órgãos oficiais do Município e do Estado, para o máximo conforto dos veranistas. No entanto, segundo algumas famílias que estiveram no Cassino, no final de semana, o veranista está sentindo a falta de lixeiras e principalmente dos banheiros móveis na beira da praia.

Em princípio, não se pode acreditar que a Prefeitura, através da Secretaria do Cassino, tenha cometido essa falha, não providenciando a instalação de banheiros públicos e de tonéis na praia para o recolhimento do lixo, para que este não termine acumulado na beira da praia. Caso as reclamações sejam verídicas, é inconcebível que, quando tanto se trabalha no sentido de manutenção da praia limpa, através de campanhas para que os veranistas não deixem restos de alimentos, sacolas plásticas, jornais, garrafas e outros objetos atirados sobre a areia branca, a municipalidade deixe de cumprir a sua parte, com o oferecimento de condições para que o lixo da praia encontre locais de recepção por quem quiser colaborar com a ausência de poluição a beira-mar.

(Moacir Rodrigues, Jornal Agora do dia 28/12/2010 – anexo 53)

Na versão *online* do Jornal Agora, podemos verificar a veracidade do ocorrido, a partir dos comentários tecidos pela população seja ela turista, veranista ou moradora do Balneário Cassino¹⁶. Assim, citamos alguns desses comentários aqui a título de ilustração:

Também estive na praia no final de semana. Não havia lixeiras, banheiros, nem mesmo demarcação para os veículos estacionarem. Era um aglomerado de pessoas, carros e trailers. Não me lembro de ter visto cena igual em anos afins. Uma vergonha e um descaso com veranistas e turistas sem tamanho!

Tudo bem que nem sempre temos um latão para colocarmos lixo na beira da praia, mas, nesse caso, poderíamos juntar numa sacola e levarmos para casa, não? Na segunda-feira, dia 27/12, de manhã, bem cedinho, voltei da cidade pela praia e era vergonhoso ver a sujeira. Devemos fazer a nossa parte...

É uma vergonha! Neste último final de semana fui á praia como milhares de riograndinos para descansar, com o tradicional churrasco na beira da praia sempre sobram resíduos, sacola, lata de cerveja, garrafa de refrigerante; ao procurar uma lata de lixo para poder dispersar em um local adequado não achei nenhum latão. É inadmissível acontecer um fato desse! Fica aqui minha indignação e esperamos providências rápidas se não a praia vai virar lixão, devido a pessoas que deixam seu lixo a beira mar.

É interessante notarmos também que ainda na reportagem do Jornal Agora do dia 08/04/2010, o prefeito tenha falado da importância da avaliação da temporada 2009/2010 para comparar os dados registrados com a temporada anterior e, principalmente, identificar os pontos positivos e negativos. Assim diz ele:

O objetivo do levantamento é conhecer a realidade do funcionamento do Cassino nos meses de verão e, a partir disso, elaborar estratégias para melhorar as nossas ações. Este verão foi atípico, com clima bastante favorável e um número recorde de pessoas na praia, mas, mesmo com todos os desafios, o saldo foi positivo.

(Reportagem do Jornal Agora do dia 08/04/2010 – grifos nossos – anexo 54)

¹⁶ Embora o lixo na praia não seja o foco do nosso trabalho, ele permeou todo nosso estudo, tendo em vista que sua má disposição indiscutivelmente afeta a qualidade do Balneário Cassino em seu todo.

Se ele diz que o objetivo de tais reuniões é conhecer a realidade do Cassino no verão para assim elaborar estratégias para melhorar suas ações, pensamos que essas reuniões não estão funcionando, pois o tratamento em relação aos resíduos sólidos na praia nesse veraneio começou muito mal.

Assim, diante de tais depoimentos pensamos que o problema da Prefeitura não está tanto nas Políticas desenvolvidas pelo Estado, mas na vontade e no interesse de realmente as fazer valer. Temos uma Lei Municipal sobre Resíduos Sólidos, um aterro sanitário, uma coleta seletiva semanal e uma coleta de resíduos sólidos domésticos diária, além de outras políticas desenvolvidas como a Central de Carroceiros, a Central Praia Viva e as Cooperativas de Recicladores.

No entanto, a realidade visível na cidade e no Balneário Cassino em específico é bem diferente daquilo que se poderia esperar de uma cidade que tem essas políticas instaladas. Pensamos que o mais difícil já foi feito, e assim, o que resta é por em prática uma Educação que qualifique os serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos (coleta, triagem, tratamento, disposição final, impactos, etc.).

Isso também precisa ser estendido a toda população, mas não com projetos que visam às chamadas consciências ecológicas, mas uma Educação ampla, consistente e engajada no processo de transformação e que, portanto, não considere a questão dos resíduos sólidos desconexa de todas as demais relações sociais por nós desenvolvidas.

Frente aos fatos, pensamos que em relação ao manejo dos resíduos sólidos e a limpeza pública existe uma baixa capacidade institucional e de organização da Prefeitura Municipal no que tange a prestação dos serviços disponibilizados. Assim, há uma ausência de planejamento, regulação, fiscalização e controle social na prestação dos serviços; bem como falou o Dr. Dieter no Seminário sobre Resíduos Sólidos, **há uma ausência de inteligência instalada no âmbito municipal para com os instrumentos legais em encontrar soluções técnicas e financeiras adequadas para solução dos problemas.**

É espantoso que apesar de todas as reclamações dos moradores do Balneário Cassino em relação ao destrato por parte da Prefeitura Municipal que nos

deparemos com notícias como a publicada no dia 26/09/2010 sobre os cortes nos recursos destinados ao Cassino.

Estranho é que o Executivo Municipal ainda frisa sempre as potencialidades do Balneário Cassino para o turismo, para o qual esperam nessa temporada mais de seis milhões de pessoas. Se com o orçamento normal não se dá conta da população que se tem, como com redução se vai conseguir criar as condições necessárias para que o Balneário Cassino se mantenha num bom nível de qualidade para a população que o habita e seus visitantes?

Ouvindo tantas reclamações da população em relação à forma como se encontra o Balneário, o Jornal Agora :

[...] foi buscar nos números dos relatórios orçamentários as explicações para tamanho desinvestimento, que apontam que o enxugamento de repasses pode ter uma relação direta com o rombo de R\$ 11,4 milhões havido no final de 2008, apontado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) na análise da gestão do ex-prefeito Janir Branco. Pellegrini iniciou sua gestão à frente da SEC em janeiro de 2009, juntamente com o mandato do atual prefeito, Fábio Branco.

De lá pra cá, brinca ele, os fios grisalhos em sua cabeça começaram a ficar mais visíveis, em função do volume de atribuições que cabem à pasta que comanda. **"É uma área muito extensa, e fazemos aqui todos os serviços que são divididos por secretarias específicas no resto da cidade"**, lembra. Ele exemplifica, dizendo que lá cabe à SEC fazer o que, no município, é dividido entre Serviços Urbanos, Obras e Viação ou Turismo, por exemplo.

Em conversa franca com a reportagem, ele admite as dificuldades e lamenta não poder fazer mais. "A gente atalha", dizendo que muitas vezes tem que optar por atender os casos mais graves, deixando de lado outras queixas dos moradores. Pellegrini diz que os problemas do Cassino aumentaram em função do próprio crescimento populacional e das atividades no balneário.

(Germano S. Leite, *Corte nos recursos prejudica o Cassino*, Jornal Agora do dia 26/01/2010 – anexo 55)

3.2 TRATO, COLETA E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO

Nessa sociedade não temos efetivamente um Estado Democrático de Direito como nos é colocado. O real é a existência de um Estado burguês que é o aparato utilizado pelas classes dominantes para defender, num determinado momento histórico, seus interesses pessoais, o que faz dele o reflexo do resultado de antagonismos sociais.

O Estado, portanto, não representa a Democracia nem a justiça, já que não há que se falar em Democracia e Justiça sob o Estado Capitalista, pois ele surge como um meio de aprovação do excedente e talvez como bem coloca Wood *“como um meio de intensificar a produção para aumentar os excedentes”* (2003, p. 37). Sendo o Estado o meio direto e dominante de apropriação de excedentes, ele é o senhor supremo da sociedade, cuja soberania consiste no uso privado da terra que se encontra concentrada sob controle de poucos em escala mundial.

Por isso, dissemos que existe um equívoco em tomar a esfera da política que é parte da totalidade social como fundamento da inteligibilidade dos fenômenos sociais, tendo em vista sua limitação pelo fato de partir de uma classe cujo horizonte é limitado. Isso porque para a burguesia, *“admitir o trabalho como raiz ontológica do ser social teria como consequência a identificação da própria burguesia como responsável fundamental pelos males sociais”* (TONET In MARX, 2010, p. 16).

Mas, como Marx diz: *“nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio de sua vida, na essência da sua vida, em circunstâncias externa à sua vida”* (MARX, 2010, p. 61). A consequência é que a raiz dos males sociais é buscada em todos os lugares, menos onde efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca de revolução.

Dentro desse contexto é que podemos compreender o porquê de certas situações da sociedade – como, por exemplo, a questão dos resíduos sólidos no Balneário Cassino – ser sempre alvo de reivindicações. Nessa parte em especial desse nosso estudo trazemos outros recortes do Jornal Agora que mostram como a população em geral e os moradores do Balneário Cassino em específico estão compreendendo as práticas desenvolvidas pela Administração Municipal no que diz respeito ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos no Cassino.

Assim, ao selecionarmos as Cartas dos Leitores e as reivindicações feitas na Seção Rápidas do Jornal Agora, aquela nossa curiosidade desenvolvida desde o Projeto e que retomamos na introdução dessa Dissertação que consiste em saber por que diante de todo esse contexto que se repete ano após ano na Cidade do Rio Grande e especificamente no Balneário Cassino, temos a permanência da mesma governança municipal nas mãos do mesmo partido e da mesma família.

Embora sejamos cientes de que a questão dos resíduos sólidos como um problema ambiental não atinja somente nossa Cidade e o Balneário Cassino, nesse caso em específico o que nos chama a atenção é o fato de há 14 anos a Cidade no estado em que se encontra permanecer sob a mesma gestão, cujas práticas não estão atendendo com qualidade às questões básicas de interesse da população no que diz respeito ao direito de viver num local propício à sadia qualidade de vida.

Sabemos que a Administração dispõe de várias legislações e políticas públicas quanto aos resíduos sólidos, mas nos interessou saber a efetividade e qualidade desses, pois se não são postos em prática de nada adiantarão.

A essas nossas dúvidas/curiosidades, pudemos encontrar algumas possíveis respostas em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx, onde no primeiro capítulo, primeiro parágrafo ele escreveu:

Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa. Caussidière por Danton, Lois Blanc por Robespierre, a Montagne de 1848 a 1851 pela Montagne de 1793 a 1795, **o sobrinho pelo tio** (MARX, 2008, p. 207).

Essa citação, em especial o sobrinho pelo tio, transpomos para a realidade atual de nossa Cidade no que tange a Administração Municipal do Rio Grande. Sentimos que essa manutenção do poder pelo PMDB e da família Branco na Administração tem uma forte ligação com o tipo de cultura, de Educação, compreensão que temos em relação ao atendimento das nossas necessidades.

Em 1997 assumiu a Prefeitura Municipal do Rio Grande Wilson Mattos Branco, pescador e agricultor da Ilha dos Marinheiros, que por sua simplicidade conquistou o carisma dos riograndinos. Após sua morte repentina no ano de 2000, o

PMDB tratou de promover a campanha de Fábio de Oliveira Branco, sobrinho de Wilson, o qual foi eleito.

Já em 2004, Fábio Branco não pode se candidatar a reeleição, pois foi julgado culpado pelo TRE em função de envolvimento pelo uso político em campanha de recebimento de ambulâncias para a Cidade. Com a condenação em primeira instância, Fábio decidiu renunciar a candidatura e o Partido indicou o então deputado estadual e líder do governo Janir Branco, filho de Wilson e primo de Fábio (Diário Popular do dia 28/04/2007, anexo 56).

Nas eleições de 2008 Janir Branco¹⁷ não se candidatou e então Fábio Branco novamente é eleito em 2009 e continua até o presente momento. Em relação à “dinastia” que vem se desenvolvendo em Rio Grande, Marx diz:

¹⁷“Recente decisão da pretora da 1ª Vara Criminal do Rio Grande revelou uma contradição dentro do Ministério Público. O ex-prefeito Janir Branco, denunciado pelo promotor de Justiça Especializada José Alexandre Zachia Alan, ficou livre da ação penal, após o promotor criminal Marcelo Nahuys Thormann, em sentido inverso, pedir à Justiça a rejeição da denúncia. Ainda que de forma elegante e respeitando o Estado de Direito, Zachia Alan bateu pé: “É uma questão de ponto de vista”. Faz parte do sistema e da democracia. Mas continuo convencido de que cabia a ação penal”, declarou.

A pretora, Cristina Regio dos Santos, foi sucinta em sua decisão favorável ao ex-prefeito: “Acolho o minucioso e elucidativo parecer do ilustre Promotor de Justiça [Thormann], o qual adoto, na íntegra, como razões de decidir.”.

A rejeição desta denúncia não esvazia a questão maior. Ainda há um passivo de R\$ 11,38 milhões na gestão de Janir, apontado por auditoria do Tribunal de Contas. O objeto da ação, agora extinta, era somente uma ponta deste iceberg, e questionava apenas os gastos com horas extras além dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se Direito é interpretação (e é), as entrelinhas do parecer que pediu a nulidade da tal ação penal entregam muito mais do que a princípio se lê (tanto quanto as linhas que não foram escritas). Nahuys Thormann defendeu que o ex-prefeito teria justificado suficientemente os gastos, por se enquadrarem no conceito de “situação emergencial”. E disse ainda que estaria embasado em leis municipais de 2006 e de 2007. Nas entrelinhas, se lê que as duas leis foram promulgadas exatamente durante a gestão do próprio ex-alcaide (nem por isso menos válidas, é verdade). Mas no que não foi escrito (e o Agora resgatou), lembra-se que alguns servidores aparecem nos registros como tendo cumprido até 300 horas extras no mês!

Por último, o promotor responsável por demandar ações criminais encerra seu pedido de rejeição com uma estocada vigorosa, porém passível de causar algum grau de autoflagelação: o crime, se havido, estaria prescrito! Mesmo motivo, aliás, que levou o primo, hoje prefeito, a escapar de uma condenação penal, o que lhe permitiu concorrer ao atual cargo e hoje estar aí a propor ideias interessantes, como a importação de lixo das cidades vizinhas e a tão comentada Integração Tarifária.

A decisão, no entanto, segue a tradição jurídica brasileira que, via de regra, não condena agentes políticos.

Até então, com atuação modestíssima na vida pública, os dois prefeitos rio-grandinos mais recentes pegaram carona na popularidade de um parente ex-prefeito e no clima de comoção gerado pela morte do mesmo para se elegerem. Neste sentido, seriam eles “free riders”

A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para com esse disfarce de velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal. (MARX, 2008, p. 207-208)

A totalidade dessas relações sociais constitui a estrutura da sociedade, a base sobre a qual se eleva todas as situações que podemos observar por meio das representações sociais expressas no Jornal Agora, as quais correspondem determinadas normas sociais de consciência.

Freire (2001) diz:

Problematizar a palavra que veio do povo significa problematizar a temática a ela referida, o que envolve necessariamente a análise da realidade que se vai desvelando com a superação do conhecimento puramente sensível dos fatos pela razão de ser dos mesmos (2001, p. 20).

Na transposição da compreensão de Freire em buscar nas palavras dos educandos a leitura que eles fazem do mundo, para a investigação do universo vocabular que compõe os recortes do Jornal Agora fomos compreendendo a representação social que a população vem tendo da qualidade dos serviços prestados pela Administração Municipal. A análise dessas representações nos possibilitou sentir a *visão focalista da realidade produzida pelos moradores do Balneário Cassino, segundo a qual para Freire são parcialidades de uma totalidade vistas não integradas entre si, na composição do todo, mas isoladas e fixas* de uma realidade aparente. (FREIRE, 2001, p. 23).

Assim, selecionamos aqui três recortes do Jornal Agora, dois referentes à Seção Rápidas e uma Carta do Leitor. Nas três podemos observar que o problema está na qualidade com que o serviço vem sendo prestado:

MORADORA da rua Eurico Bianchini, no Cassino, reclama de frequentes falhas no recolhimento do lixo naquela rua. Diz que mesmo após sucessivos

(expressão que, *data permissa*, tomo emprestada de uma recente palestra do mesmo promotor Alan citado anteriormente)? [...]”.

(Germano Leite, Jornal Agora do dia 25/08/2010 – grifos do autor – anexo 57).

contatos com o órgão responsável, o problema persiste, pois o lixo não recolhido acaba sendo alvo da ação de animais e de catadores que espalham os resíduos em frente às residências.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 15/02/2007 – anexo 58)

MORADORA do Cassino reclama da forma do recolhimento do lixo, com o material sendo retirado das lixeiras e colocado em montes nas esquinas até a chegada do caminhão. Ela diz que essa prática oportuniza que cães, em busca de comida, rasguem os sacos, esparramando o lixo pela rua, tendo os moradores que juntar tudo de novo.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 27/12/2008 – anexo 59)

Venho através deste conceituado espaço manifestar a minha indignação quanto ao recolhimento de lixo no balneário Cassino. Talvez com o propósito de acelerar a coleta, passa um gari juntando o lixo de várias residências e depositando-o na frente de uma casa qualquer, escolhida por ele, para ser a fiel depositária do mesmo, até que passe o caminhão para pegá-lo. Só que isto pode demorar muito, como vem acontecendo, dando chance para que os cães de rua espalhem todo o lixo, que posteriormente não é recolhido.

Então eu pergunto aos senhores responsáveis por este serviço: quantas vezes eu terei de colocar o mesmo lixo na rua para poder ser recolhido? Isto que é um verdadeiro "looping". Os cães espalham o lixo, eu junto e ponho na lixeira, os garis tiram da lixeira, os cães espalham, eu volto a juntar e colocar na lixeira. Até quando?

Eu sugiro ao responsável por este serviço que pelo menos oriente os seus servidores a não retirar o lixo que está depositado em lixeira, que para mim é o local correto para depositá-lo e não no chão.

(Recolhimento de lixo? Onde? Carta do Leitor, Jornal Agora do dia 15/12/2008 – anexo 60)

Nos dois últimos recortes em especial podemos reiterar nossa posição quanto à necessidade de uma Educação ampla e de qualidade também do trabalhador. Embora esses recortes datem de 2008, ano anterior à aprovação da Lei Municipal nº 6.801/2009 que proíbe os lotes de lixo, sabemos que o mesmo continua a acontecer na Cidade como um todo.

Já na reivindicação abaixo temos um recorte da Seção Rápidas, o qual foi feito por uma veranista que pede a colocação de lixeiras na Querência. Precisamos notar que tal reivindicação ocorreu em pleno janeiro, época em que a Prefeitura e a Secretaria Especial do Cassino mais priorizam as campanhas ditas de "Educação

Ambiental”, as quais vimos ao longo desse trabalho. No entanto, ao que parece o atendimento restringe-se mesmo a zona central tanto da Praia quanto do Balneário.

VERANISTA sugere que os toneis para colocação de lixo na praia do Cassino também sejam disponibilizados no sentido da Querência, estimulando as pessoas a não deixarem resíduos ao longo da orla.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 09/01/2009 – anexo 61)

Interessante observamos também que embora essa reivindicação seja de 2009, agora em 2010, as reclamações por lixeiras continuam ocorrendo como pudemos observar no item 5.2 desse trabalho, na reportagem do dia 28/12/2010.

Destacamos também uma Carta do Leitor e uma reivindicação feita na Seção Rápidas quanto a solicitação de fiscalização:

Sou morador do Cassino há 7 anos e amo de paixão esse balneário e, apesar de não ser gaúcho, encontrei nesse local o que procurava para o conforto e segurança de minha família.

Porém, infelizmente, tenho notado uma constante degradação das áreas próximas aos bares e boates que se instalam no verão e algumas que, vez por outra, realizam alguma atividade noturna no Cassino, degradação essa que consiste no lixo jogado ou acumulado sem cuidado nenhum com o meio ambiente em volta, bem como com os moradores próximos, e a poluição sonora, situação esta que ocorreu recentemente com a realização de uma festa Rave.

Tomei conhecimento de pessoas que passaram mal por causa do volume do som, pessoas que tiveram seu descanso prejudicado pela simples falta de bom senso e falta de respeito às leis. Não sou contra a diversão, pois tenho filhos adolescentes. Mas penso que tudo deve ser dentro do seu limite e de seu direito. Infelizmente não sei a quem recorrer: ao fazer contato com a polícia, fui informado de que nada poderiam fazer. E, quem pode então? Onde está a fiscalização? Quem é o responsável em evitar esses abusos? Venho lhe fazer essas perguntas, pois espero que esse desagradável fato não venha a ocorrer novamente e que seja mais enérgica a fiscalização nos bares, restaurantes e casa de shows no Cassino.

(Carta do Leitor, Jornal Agora do dia 09/06/2007 – anexo 62)

MORADORES do Cassino reclamam da falta de fiscalização da Secretaria Municipal do Cassino com relação ao lixo colocado nas ruas pelos veranistas. Também alegam a falta de corte do capim na rua Pelotas, que está bastante alto.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 15/01/2007 – anexo 63)

Embora nessa parte de nosso estudo não vamos nos ater muito a questão das representações, pensamos em trazer esses recortes a título de ilustração daquilo que vimos falando ao longo de todo o trabalho, pois estamos certos de que *“em certas circunstâncias, uma espécie de ‘manha da consciência’ prefere-se à aceitação do real, como é, a sua ocultação, ficando-se com o ilusório, o que se transforma em real”* (FREIRE, 2001, p. 25).

Parece que é isso que vem ocorrendo de certa forma com a Administração Municipal que apesar de fazer questão de mostrar tudo que dispõe de serviços à população, - em especial aqui em relação aos resíduos sólidos domésticos – não oferece um serviço que realmente atenda às necessidades da população nem faz valer as leis destinadas ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos com o fim de possibilitar aos seres humanos, habitantes da Cidade do Rio Grande e do Balneário Cassino em especial, poder viver num local sadio com uma boa qualidade de vida.

Com isso não queremos eximir de responsabilidades a população sobre o cuidado com o ambiente. Mas, ressaltamos que o conhecimento crítico de práticas sociais inadequadas às exigências do momento que se vive, associa a aprendizagem da história (enquanto ato criador) ao exercício de novas práticas. Logo, temos a convicção de que uma Educação como prática da liberdade, que emancipe os sentidos humanos por meio de saberes críticos, certamente contribuirá em muito para uma mudança radical no modo de efetivar nossas relações com a natureza, sociedade e meio ambiente.

4. MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO BALNEÁRIO CASSINO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A prática considerada como critério de verdade é responsável pelo conhecimento que temos da realidade e esse conhecimento se materializa na realidade por meio de novas práticas. É em razão disso que estamos sendo aquilo que conhecemos e é na realidade objetiva – ambiente/ sociedade – que esses conhecimentos se apresentam por meio das práticas sociais que desenvolvemos.

Não conseguimos pensar, assim, noutra maneira de iniciar esse capítulo a não ser começando pela prática. Destacamos nesse momento, o texto *Prática: Fundamento e Fim do Conhecimento* – escrito por Minasi (2009) que inicia sua reflexão dizendo que o conhecimento do mundo com suas contradições e desenvolvimento tendo em vista a sustentabilidade do Planeta como questões da ecologia política e do meio ambiente, entre outros saberes necessários, oferece imensa satisfação ao pesquisador e frequentemente constitui um dos sentidos da sua vida.

Continua ele dizendo que o saber possibilita aos seres humanos uma força enorme no trabalho cotidiano e na luta com a natureza, na vida social, em todas as questões práticas das quais depende a existência de cada um de nós e de toda a sociedade. Logo, a ciência e o conhecimento se originam, em geral, das exigências da prática, e isto revela que a prática constitui uma condição necessária do conhecimento, ao mesmo tempo em que é a sua base.

As possibilidades do conhecimento são tão mais amplas, quanto mais rica e variada é a nossa prática, assim, a prática sempre foi e continua a ser o mais profundo fundamento do conhecimento, seu principal motivador e impulsionador.

O problema da verdade, então, é o problema central da teoria do conhecimento. Uma vez que o mundo objetivo existe independentemente da consciência, no processo de conhecimento, nossas representações, ideias e teorias necessariamente precisam corresponder à realidade.

O fim do conhecimento é encontrar o mais aprofundadamente possível a verdade. Essa se desenvolve juntamente com o processo de desenvolvimento humano de conhecer, embora suas propriedades e relações não dependam dos seres humanos. A teoria marxista do conhecimento, como teoria do reflexo, considera, pois, o conhecimento como reflexo da realidade no cérebro dos seres humanos.

Ao investigarmos as representações sociais dos moradores do Balneário Cassino em relação aos resíduos sólidos domésticos, enquanto formas materializadas na prática e expressas nos noticiários do Jornal Agora – reportagens, entrevistas e, principalmente, as cartas dos leitores - buscamos compreender o modo como nossas relações sociais estão sendo desenvolvidas nesse espaço do Planeta Terra.

Eagleton (1999) em *Marx e a Liberdade* nos diz que o lugar onde a consciência e a prática social convergem mais obviamente é na linguagem. A linguagem surge como uma dimensão necessária do trabalho coletivo (prática social). Conforme Marx em *A Ideologia Alemã*:

[...] a linguagem é a consciência prática, real, que existe igualmente para todos os homens, e apenas assim existe para mim também; a linguagem, como a consciência, somente emerge a partir da carência, da necessidade de interação com outros homens (MARX, 2002).

Isso significa dizer que cada nova necessidade humana exige o aparecimento de meios para satisfazê-la e um desses meios é a linguagem. Com ela, a consciência humana recebe uma forma material de existência correspondente a sua natureza social.

Os seres humanos por sua capacidade de agir e refletir sobre o mundo podem transformar a realidade em uma forma qualitativamente diferente, por meio do reflexo da realidade - abstração feita em sua consciência – que retorna a realidade objetiva com práticas que expressam a compreensão social da realidade.

Conforme Cheptulin (1982), não há dúvida que a consciência está ligada a processos que se desenvolvem no cérebro, mas esse só tem condições de se engendrar se o possuidor do cérebro está vivendo uma vida humana social, o que pressupõe que os processos fisiológicos do cérebro fazem nascer a consciência apenas em sua ligação com as atividades sociais, executadas pelos sujeitos. Ela é, portanto, enquanto representação social da realidade um resultado de interações sociais, uma forma social do movimento da matéria, que encerra em si, sob uma forma anulada, todas as outras formas (física, química e biológica) anteriores do movimento.

Compreender como estão sendo desenvolvidas as representações sociais acerca dos resíduos sólidos domésticos no Cassino por seus moradores nos permitiu analisar a forma como estamos nos relacionando com a natureza em seu todo, pois da maneira como tratamos o resíduo produzido no âmbito de nossas residências, pudemos compreender a relação que temos com o outro e com o lugar onde vivemos.

No recorte de uma reportagem do Jornal Agora, a linguagem escrita expressou uma prática comum existente no Cassino:

A existência de terrenos baldios, no balneário Cassino, vem sendo alvo de reclamações por parte de moradores, posto que essas áreas terminam sendo utilizadas, muitas vezes, para a colocação de lixo orgânico, servindo para a proliferação de ratos, moscas e outros insetos que se espalham pelas casas periféricas, além do mau cheiro que exalam.
(Responsabilidade geral, reportagem do Jornal Agora do dia 15/01/2007 – grifos nossos – anexo 4)

As denúncias publicadas mostram com nitidez a contradição interna presente nas representações sociais dos moradores do Balneário Cassino, e extensivamente da sua Administração, anunciando o conhecimento que possuem e sua compreensão sobre o cuidado do ambiente em sua totalidade. Compreensão essa que tem se apresentado frágil em sua materialização.

É preciso compreender que o desenvolvimento de uma consciência crítica desenvolve práticas sustentáveis às necessidades humanas. Em relato do Jornal

Agora encontramos uma crítica à práticas humanas insustentáveis e que precisam ser refletidas não só pela população como pela Administração Pública:

[...] muitos turistas e moradores do balneário [...] continuam largando lixo na beira-mar e pelas dunas das ruas de acesso à praia. Na Querência, por exemplo, duas das principais vias de acesso à praia estavam tomadas pelo descaso: pneus, pedaços de móveis, restos de roupas e comidas, galhações, além de sacolas e garrafas plásticas. Com o movimento das dunas, o lixo troca de lugar e espalha-se pela vegetação. Perto destes locais, é possível avistar diversas latas de lixo, o que não foi suficiente para que o lixo fosse depositado corretamente. Além da praia, alguns terrenos da Querência também estão abandonados, o que facilita e contribui para o abandono de lixo e outros resíduos por parte da comunidade [...].

(NEMA, *Lixo na praia é reflexo do descaso*, Reportagem do Jornal Agora do dia 18/01/2007 – anexo 5)

Conforme Cheptulin (1982) a consciência existe não apenas sob a forma de conhecimentos, mas igualmente sob a forma de emoções, sentimentos, vontade, etc. Essa anormalidade que vem se tornando normal (senso comum) em nossa sociedade, se estende à própria Administração Pública que precisaria ser o representante dos interesses da sociedade que a escolheu.

A fala do Secretário do Cassino abaixo, expressa outra realidade, diferente da vivenciada pelos moradores e veranistas, sendo irônico e arrogante em sua fala recheada da ideologia burguesa que só vê aquilo que lhe convém:

Prefeitura diz que praia está limpa

Mesmo com estes problemas, o secretário especial do Cassino [...] diz que o balneário possui uma infraestrutura invejável, o que inclui uma praia limpa. A avaliação foi feita baseada na primeira quinzena de ano. "A atual temporada está sendo uma das melhores. Além do tempo, que colaborou à situação positiva, os trabalhos realizados pela administração municipal durante todo o ano priorizaram o balneário", conta. [...] observa ainda que as notícias negativas costumam chamar mais atenção, mas ele diz que não há o que se falar do Cassino. "Aqui a praia está limpa, o balneário está iluminado, as ruas patroladas, existe tranquilidade, limpeza e mutirões. Vamos falar do quê? Melhor do que falar é aproveitar", comenta ele.

(NEMA, *Lixo na praia é reflexo do descaso*, Reportagem do Jornal Agora do dia 18/01/2007 – anexo 5)

Aqui fazemos um adendo ao trecho recortado da reportagem, onde o Secretário do Cassino diz que os trabalhos realizados pela Administração Municipal durante todo o ano (de 2007) priorizaram o Balneário Cassino. É fato que o problema dos resíduos sólidos não é uma situação presente somente no Balneário, mas também em toda cidade do Rio Grande, mas priorizar o Balneário em detrimento da Cidade é equívoco político da Administração Municipal.

O problema sempre é desviado como responsabilidade do outro:

BOCAS-DE-LOBO atulhadas de lixo diverso, sacolas plásticas e garrafas pet chamam a atenção. Tanto no Balneário Cassino quanto na cidade. Assim fica complicado um bom escoamento de água em dias de chuva. **Se o povo não se conscientiza de que causa seu próprio mal, o caso é penalizar aqueles que são infratores....**

(Jornal Agora do dia 08/02/2008, Seção Rápidas – grifos nossos – anexo 6)

As políticas públicas municipais – tanto de Educação como de cuidado com o meio ambiente são inocentadas para culpar a população:

Entra ano e sai ano, mas uma parcela da população ainda não se conscientizou da gravidade que representa a colocação de lixo em locais indevidos, como nos mostra a reportagem do Jornal Agora sobre a utilização das dunas, na praia do Cassino, como depósito de lixo.

(*Depósitos de lixo*, Reportagem do dia 19/09/2008 – grifos nossos – anexo 7)

O ser humano não é bom nem mau, ele é aquilo que as circunstâncias o fazem. O marxismo traz uma resposta decisiva à questão apresentada pela forma burguesa de pensar essa realidade. Será preciso dizer que são as ‘más instituições’ que tornam mau o ser humano ou que a maldade desses perverte as “Instituições”? Naturalmente que nem uma nem outra, mas sim o Capitalismo que perverteu o ser humano.

A existência de um novo ser humano só pode se formar com uma nova consciência, em condições de vida nova, o que significa a realização dessas novas condições pela ação transformadora da realidade social, o que significa dizer que se

o ser humano é formado pelas circunstâncias, é preciso formar humanamente as circunstâncias.

É lamentável que fatos dessa natureza aconteçam, não somente no Cassino, mas também no próprio centro urbano e periferias da cidade, considerando que aqueles que atiram lixo na rua, não se dão conta de que, além de estarem servindo de agentes contrários ao bem-estar comunitário, tornam-se incentivadores da proliferação de ratos, baratas, moscas e outros insetos que, especialmente na temporada quente infernizam os lares.

Outro fato que deve ser considerado como importante é que, em meio ao lixo comum, são jogados fora (como o caso das dunas no Cassino) restos de latas e vidros quebrados que, misturados à areia, tornam-se perigosos para os que passam pelos locais e que podem ser vítimas de graves ferimentos.

Evitar o lixo nesses locais, além de colaborar para a preservação da saúde pública, serve como preservação do cordão de dunas e garantia de uma praia saudável [...].

(*Depósitos de lixo*, Reportagem do dia 19/09/2008 – grifos nossos – anexo 7)

A classe dirigente – em nosso estudo, a Administração Municipal e do Balneário Cassino - inovam a “cultura do povo”, para nele descarregar suas irresponsabilidades quanto ao desleixo do meio ambiente. Mas, se a população age dessa maneira com seus resíduos – lixo – foi porque as Administrações Públicas se recusaram e continuam se recusando a gastar – usar o orçamento - para sanar esse tipo de prática equivocada dos moradores. É a política da classe dirigente do Município do Rio Grande, nessa especificidade e não o povo a causa determinante da situação socioambiental em que vivem os moradores do Balneário Cassino.

Nos recortes do Jornal Agora¹⁸ pouco podemos observar de trabalho de limpeza no Cassino durante o ano inteiro porque são priorizados mutirões de limpeza no período de veraneio, atendendo ao interesse econômico visado com o turismo, deixando evidente que o Município não tem política de cuidado com o

¹⁸ Estamos cientes de que o Jornal Agora, como instrumento midiático de expressão, também é um meio ideológico de manipulação. Assim, embora estejamos o utilizando como material empírico de nossa pesquisa, procuramos dentro do possível trabalhar com o material, no qual estivesse expressa de forma clara a representação dos moradores do Balneário Cassino e da Administração Pública em relação aos resíduos sólidos domésticos, como também dos processos educativos, sobretudo, os relativos à Educação Ambiental.

espaço público, ficando a mercê de grupos ou projetos a eventualidade de atividades de limpeza do Balneário no seu todo.

O último final de semana da temporada de verão teve o sábado de sol voltado à conscientização ecológica. A Operação Golfinho 2009, por meio do Grupamento de Salva-vidas do balneário Cassino, promoveu no último dia de fevereiro, sábado, 28, o Arrastão Ecológico. A atividade realizada em mutirão pelos salva-vidas e voluntários, com o apoio da Secretaria Especial do Cassino (SEC), SESC - Estação Verão e do 3º Comando Regional de Bombeiros consistiu em uma limpeza nas dunas da praia. Reunidos na guarita 10 dos bombeiros, localizada atrás do monumento à Iemanjá, à beira-mar, salva-vidas e voluntários recolheram o lixo espalhado na direção do Molhe Leste e na direção da Querência. O material recolhido em sacos de lixos foi repassado à SEC, que encaminhou os resíduos ao devido lugar. Os salva-vidas que atuaram nesta atividade encontravam-se em folga.

Em sua primeira edição, o Arrastão Ecológico objetiva, não só o recolhimento dos resíduos na praia, mas sim chamar a atenção sobre a importância da preservação do cordão de dunas costeiras, que serve de abrigo para diversos animais e plantas, além de proteger a área urbana do balneário nos casos de ressacas. As dunas também evitam a salinização do lençol freático. Segundo o soldado Sandro Rodrigues, do Grupamento de Salva-vidas do Corpo de Bombeiros, este tipo de ação, além de deixar a praia mais limpa, serve como um alerta aos banhistas e visitantes do balneário sobre a importância da preservação do meio ambiente. "Essa ação é muito importante para manter a limpeza do local e conscientizar quem visita o balneário", afirmou.

(Joana Bendjouya, *Salva-vidas e voluntários promovem arrastão ecológico no balneário*, reportagem do Jornal Agora do dia 02/03/2009 – anexo 8)

O Comando Ambiental da Brigada Militar e a Secretaria Estadual da Saúde (SES), através da Casa de Governo do Cassino, estarão participando nesta quarta-feira, 10, a partir das 9h30min, **da Blitz do Lixo na Praia**. O evento promovido pela Estação Verão SESC sairá da estátua de Iemanjá e percorrerá a beira da praia do Cassino, onde darão orientações aos veranistas e realizarão o recolhimento de lixo.

(*Comando Ambiental e SES participam de mutirão de limpeza no Cassino*, reportagem do Jornal Agora do dia 10/02/2010 – grifos nossos – anexo 9)

O mundo material ao qual pertencemos - perceptível pelos sentidos - é a única realidade. Logo, as condições que circundam os moradores do Balneário Cassino fazem parte de sua realidade. Os textos publicados na mídia local enfatizam a necessidade da população tomar consciência dessas circunstâncias e tentar mudá-las, como por exemplo:

De acordo com a coordenadora do Estação Verão do SESC, [...] é [necessário] **alertar a população sobre a necessidade de ter consciência ecológica. Na beira da praia o SESC estará distribuindo panfletos e o manual de bom comportamento na praia, além de realizar a coleta de lixo e distribuir lixeirinhas para automóveis [...]**.

(Comando Ambiental e SES participam de mutirão de limpeza no Cassino, reportagem do Jornal Agora do dia 10/02/2010 – grifos nossos – anexo 9)

“O que vocês acharam em maior quantidade nas dunas?”, foi a pergunta. De forma unânime e em coro, todos apontaram o “plástico” como o resíduo mais encontrado. A constatação foi realizada durante o **Arrastão nas Dunas**, desenvolvido na manhã de ontem, 23, no balneário Cassino, pelo Estação Verão SESC no Litoral Sul. Cerca de 70 pessoas participaram da limpeza das dunas no trajeto iniciado próximo à estátua de Iemanjá e percorrido até a passarela ecológica.

De acordo com a coordenadora do Estação Verão, [...] **o objetivo é alertar a população sobre a necessidade de ter consciência ecológica. “Esta é uma ação simbólica para sensibilizar as pessoas. Queremos criar uma sementinha. Cada um deles deve disseminar esses ensinamentos [...]**.

[...]

A aposentada [...] de 61 anos, salientou a importância de participar do arrastão. **“Se todos fizessem a sua parte, seria bem melhor”**.

[...]

(Lorena Garibaldi, Ação recolheu lixo depositado nas dunas do Cassino, reportagem do Jornal Agora do dia 24/01/2010 – grifos nossos – anexo 10)

A ideia segundo a qual a consciência é a forma do ser não significa absolutamente que a conscientização seja por natureza um ato revolucionário em si. O conteúdo que forma a consciência humana e, portanto, dos moradores do Balneário Cassino tem como única fonte as particularidades objetivas apresentadas pelas condições exteriores em que vivem e que são dadas nas sensações.

Logo, realizar mutirões ou algo do gênero para manter limpo o ambiente, ou mesmo dar tratamento e destino adequado aos produtos poluentes do meio, significa o fenômeno motivador de que o comprometimento está situado fora de cada um de nós. Isso significa apenas que a conscientização de algo é produto do desenvolvimento histórico, é o reflexo do movimento da matéria no cérebro dos seres humanos.

Dizer isso é duvidar das políticas públicas do Município, do processo pedagógico das Escolas e do comprometimento da população com a natureza, uma

vez que as representações sociais como um todo estão refletindo o inverso do humano necessário.

Após a limpeza das dunas, foi realizada uma oficina de reciclagem [...]. [...] a intenção é de fazer uma escultura com o lixo encontrado e deixar à mostra para a conscientização. Além disso, a partir do final da próxima semana, haverá um ponto de coleta seletiva, como plástico e vidro, no Estação Verão. Segundo ela, outro mutirão de limpeza deve ser realizado no final de fevereiro.

(Lorena Garibaldi, *Ação recolheu lixo depositado nas dunas do Cassino*, reportagem do Jornal Agora do dia 24/01/2010 – grifos nossos – anexo 10)

A atividade em uma oficina de reciclagem a nível de conscientização é algo, nessas propostas pedagógicas, feito de forma pouco pensada, na forma de metodologias artísticas e não radicalmente com a intencionalidade de chocar-se com a compreensão ainda bastante ingênua da população. Organizar técnicas educativas como atividades que visem à conscientização de grupos, precisa ser impactante de modo que quem as assiste ou dela participa se sinta protagonista daquilo que querem representar.

A arte como Educação ou a Educação como arte, no Materialismo Dialético, precisa fornecer a necessidade de uma percepção e compreensão do que está na escultura representado. A obra de arte – a escultura com o lixo encontrado – precisa criar um público sensível ao problema e capaz de sentir – se protagonista da mudança. Isso vai significar segundo Marx que a arte enquanto produção não cria apenas uma representação social na subjetividade dos sujeitos, mas principalmente um sujeito para aquele objeto refletido na consciência (MARX, 1983).

No restante do ano, a situação do Cassino, assim como a da cidade é caótica, não só pelas práticas insustentáveis da população como também pela qualidade do serviço prestado pela Administração. Embora essa faça questão de frisar os serviços de limpeza disponibilizados aos riograndinos - e aqui, em especial aos cassinenses -, não trabalha uma Educação que realmente leve a população a compreender a necessidade de ser educado ambientalmente, evitando as ações paliativas dos mutirões.

Em 05/03/2010, um leitor do Jornal Agora escreveu reclamando do destrato em relação ao ambiente praiano por parte daqueles a quem ele chamou de frequentadores da Praia e mais adiante veranistas, do que se pode logo pensar serem moradores da cidade do Rio Grande ou até turistas.

Caros leitores utilizo este espaço para **demonstrar minha indignação com o desrespeito de muitos frequentadores da nossa praia do Cassino**. Outro dia, passei na praia com minha família. Dia perfeito com muito sol, água morna e clara. No início da noite, deixei a praia e fiquei estarecido com a **quantidade de lixo deixada na praia pelos "veranistas"**. Incontáveis sacolas plásticas abandonadas da Barra até a Iemanjá.

Ora, será que as pessoas pensam que o lixo sumirá como por mágica? Absurdo o desrespeito com a natureza e com o próximo. Se colocam em sacolas, levem o lixo e depositem nas lixeiras ou até mesmo em casa. Falta educação às pessoas ou, no mínimo, consciência social e ambiental. Fica o alerta para que a fiscalização atue rigorosamente e para que as pessoas passem a ter vergonha dos seus atos. Preservem o Cassino.

(Carta do Leitor, Jornal Agora do dia 05/03/2010 – grifos nossos – anexo 11)

Embora ele não tenha se referido aos moradores do Cassino, pensamos que esses também podem estar no rol daqueles que degradam o ambiente em questão, pois por não disporem adequadamente dos resíduos provenientes de suas residências, esses acabam muitas vezes tendo seu destino nas dunas e mar seja, por exemplo, pela ação dos ventos ou dos animais.

Podemos observar nessa Carta do Leitor, a utilização novamente da categoria filosófica consciência, como se essa se desenvolvesse de forma simples enquanto que na verdade sabemos que a consciência é a compreensão do que se produz na realidade (ambiente) por meio da prática. O mundo exterior é representado na consciência sob a forma de imagens produzidas no cérebro humano pela interação do homem com esse mundo.

O conjunto dessas imagens que refletem a realidade constitui o nosso saber que quando articulado com todas as propriedades e ligações dos objetos e fenômenos do mundo exterior permite compreender o que se produz em torno de nós. Assim, a tomada de consciência de certos momentos da realidade efetua-se

nos conceitos e representações correspondentes, dos quais dispomos logo, a consciência manifesta-se como conhecimento da realidade.

As representações sociais vividas pela Administração Pública no Município, não se difere da de seu público. Terceirizando o recolhimento dos resíduos e organizando seus catadores as reclamações se mantêm no mesmo nível. Temos na Seção Rápidas do dia 31/03/2007 a reclamação de uma moradora:

MORADORA do Cassino reclama que, na Rua Henrique Bulle onde mora, o lixo não é recolhido desde a última segunda-feira, 26, ficando exposto aos **catadores que rebentam as sacolas para apanhar materiais recicláveis** e a cães que se encarregam de espalhar o lixo pelas ruas. **"O recolhimento acontece apenas duas vezes por semana e, mesmo assim, ainda há falhas.** A Secretaria Especial do Cassino tem que estar atenta ao fato de que, além dos moradores do balneário, muita gente ainda aproveita o tempo quente para passar o fim de semana na praia", alerta a leitora.

(*Rápidas*, Jornal Agora do dia 31/03/2007 – grifos nossos – anexo 12)

Duas distintas compreensões sobre os resíduos sólidos e seu recolhimento. Primeiro quando é somente duas vezes por semana, segundo porque muitas pessoas aproveitam o tempo quente para passar o fim de semana na Praia. Logo, a relação lixo-morador-veranista é vista pela moradora como necessária para recolher o lixo do veranista.

Encontramos o alerta de outros moradores ainda na Seção Rápidas que reclamam dos serviços de recolhimento dos recicláveis por parte da Administração Municipal:

MORADORA do Cassino reclama da falta de continuidade no recolhimento do lixo limpo no Cassino. "A coleta deveria acontecer todas as sextas-feiras, mas com frequência juntamos o lixo reciclável toda a semana, colocamos de véspera na rua e o recolhimento não acontece, obrigando-nos a dar-lhe o mesmo destino do lixo descartável, sem o que ficamos com acúmulo de lixo por quinze dias em casa", afirma a leitora.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 03/09/2009 – anexo 13)

RECOLHIMENTO de lixo limpo "é para inglês ver?", pergunta uma moradora cassinense. Ela quer saber o cronograma do recolhimento, se é que o serviço existe no Cassino. Mas quem sabe, pegando-se no gancho

dessa questão, o cronograma do recolhimento do lixo limpo na cidade também possa ser divulgado.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 07/02/2008 – anexo 14)

O recolhimento dos resíduos recicláveis está planejado para ser realizado uma vez por semana. Já, o recolhimento dos resíduos sólidos não recicláveis precisa, por motivos sanitários, ser recolhido diariamente. Mas, pelas reclamações publicadas, isso não acontece no Balneário Cassino:

VERANISTA reclama que, apesar da Prefeitura Municipal ter anunciado que haveria coleta de lixo durante o feriado do último dia 2 no Cassino, o serviço não foi executado na rua Paulino Modernell e adjacências. Ele também critica a falta de um cronograma de recolhimento. “Nunca sabemos a hora em que haverá a coleta”. Se colocamos o lixo na rua às 23h, o recolhimento passa às 22h. Se colocamos mais cedo, o recolhimento atrasa e os sacos de lixo acabam sendo abertos por catadores e os resíduos acabam sendo jogados na frente das residências.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 06/02/2007 – anexo 15)

MORADORES da rua Caçapava, no balneário Cassino, reclamam que o recolhimento de lixo na rua é falho. Na véspera de feriado 15, por exemplo, as lixeiras ficaram lotadas de lixo juntando moscas e outros insetos.

(Seção Rápidas, Jornal Agora do dia 17/11/2006 – anexo 16)

Frente à proposta da Administração Municipal de importar resíduos de outros municípios para processamento e venda de biocombustível, uma leitora do Jornal Agora além de reclamar do serviço prestado pela Empresa de recolhimento de resíduos, estende a forma pela qual o serviço vem sendo feito – qualificação do serviço prestado:

LEITORA [...] pergunta: "como querem receber lixo de outras cidades se não conseguem manter o da própria cidade nas lixeiras? Nunca vi o Cassino tão sujo, de dar nojo. Pior é a infraestrutura dos garis que outro dia faziam a "limpeza" da Avenida Rio Grande. Eles catavam com as mãos, sem vassouras ou pás. Luvas? Sim, de borracha, aquelas de lavar louça. Estão querendo o título de lixão do RS? De cidade mais imunda da Região Sul? Que orgulho de ser rio-grandina!!!".

(Rápidas, Jornal Agora do dia 30/01/2010 – anexo 17)

Se a Administração Pública assim permite acontecer o recolhimento “oficial” dos resíduos produzidos domesticamente no que tange ao particular, a compreensão da política encontra-se quase no mesmo nível. Em relação aos moradores e carroceiros, procuram se livrar dos entulhos domésticos não respeitando minimamente o outro e a natureza em seu todo, como podemos ver na reportagem de Nádia Fontes do Jornal Agora:

Garrafas plásticas, latas e cascos são frequentemente encontrados pelos moradores que transitam nas ruas do balneário Cassino que dão acesso à praia, próximo ao cordão das dunas. Problema que prejudica não só a beleza do balneário, mas também causa impacto ambiental. O coordenador de projetos do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), Renato Carvalho, afirma que até mesmo móveis como sofá e eletrodomésticos como geladeiras já foram vistos próximo às dunas.

[...]

“É uma questão de consciência, pois a praia é o local de lazer das pessoas e o ato de colocar entulho nas dunas é como se estivessem depositando lixo no sofá da sala”, [...]. Muitos desses entulhos, são despejados por carroceiros que em vez de depositar o lixo na Associação de Catadores e Separadores de Lixo (Ascalixo) do balneário optam pelo depósito nas dunas. Outros são abandonados pelas próprias pessoas que usufruem da beira da praia e ao retornar para a casa recolhem todos seus pertences, porém esquecem-se do lixo.

(Nádia Fontes, *Cassino: Dunas servem como depósito de lixo e entulhos*, reportagem do Jornal Agora de 18/09/2008 – anexo 18)

Questionar essa prática e não questionar a teoria que a sustenta é negar a Escola, as Instituições Sociais Educativas do povo. A ausência de uma Educação comprometida com o meio ambiente e a necessidade de uma Educação verdadeiramente crítica não vão ao encontro de uma Educação Emancipadora dos sentidos humanos.

A Educação como a prática da liberdade humana precisa ser desenvolvida em todos os setores da sociedade, desde a população em geral e aos trabalhadores em específico que precisam fazer do seu trabalho uma prática social, um meio de transformação do mundo, o que se constitui num trabalho emancipador e não num trabalho alienado, ausente de crítica, próprio do mundo capitalista.

Falamos isso com base nas queixas da população que se estendem a questão da conscientização da população e em relação à qualidade dos serviços prestados em relação ao recolhimento e destino dos resíduos sólidos domésticos.

Paulo Freire na defesa de uma Educação como prática de liberdade trabalha com a questão da conscientização como o aprofundamento da consciência crítica que é o conscientizar-se sobre a realidade a ponto de sermos capazes de transformá-la, já que a consequência da conscientização é o compromisso dos seres humanos com o mundo, uma vez que criticamente conscientes de nossa realidade de opressão, somos capazes de realizar uma ação que vise sua superação.

Para Freire, existem três níveis de consciência¹⁹ não estanques, mas classificadas em níveis para que possamos compreender de forma clara que o desenvolvimento da consciência crítica não é tão simples assim como algumas práticas realizadas em Educação Ambiental sugerem ser. A reportagem abaixo pode ser sentido o processo de conscientização como algo mágico: refletir, sensibilizar, tomar consciência.

No final de semana que passou, o balneário Cassino recebeu a campanha Lixo em Movimento, da Fundação Gaia. A campanha ocorreu sábado e domingo, sendo que no sábado foi contemplada a área central da praia. **Foram expostas no local 30 bandeiras brancas com imagens alternadas de alguém praticando atos de consciência ambiental. A campanha também incluiu a instalação de três placas junto a lixeiras, com os dizeres: "Faça do ato de preservar um exercício".**

¹⁹ Os três níveis de consciência a que Paulo Freire se refere em suas obras *Conscientização* (1979) e *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* (2001) são respectivamente: a consciência *semi-intransitiva*, na qual os seres humanos encontram-se circunscritos na esfera do ser enquanto ser biológico e não enquanto ser existencial, histórico, não conseguindo estabelecer relações que visem transformar o mundo. É, portanto, um primeiro nível de consciência, uma consciência dominada que procura respostas às situações e acontecimentos de suas vidas em explicações míticas. Num segundo estágio, Paulo Freire nos fala sobre a consciência *transitiva ingênua*, na qual os seres humanos começam a compreender que podem e precisam transformar a realidade, embora essa ainda seja uma consciência simplificada que não procura aprofundar seus questionamentos por preferir explicações de ordem metafísicas. Nesse sentido, tal consciência ainda é muito frágil e passional. Num terceiro estágio, estaria a consciência *crítica* que é o estágio mais avançado da consciência, onde se tem um aprofundamento da tomada de consciência pela prática e, portanto, um compromisso com o mundo na sua transformação. É o desenvolvimento dessa consciência crítica que defendemos nesse nosso trabalho.

De acordo com a presidente da Fundação Gaia, Lara Lutzemberger, a campanha está ocorrendo em várias praias e tem como proposta **sensibilizar as pessoas e provocar a reflexão sobre o impacto do lixo, buscando conseguir que elas adotem atitude mais eco-cidadã em seu dia-a-dia.**

(Fim de semana teve campanha "Lixo em movimento", reportagem do Jornal Agora do dia 13/02/2007 – grifos nossos – anexo 19)

Essa reportagem nos faz lembrar os ensinamentos de Porto-Gonçalves (2006), em *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Diz ele que o debate ambientalista se torna cada vez mais um debate com fortes conotações esquizofrênicas, onde a gravidade dos riscos com que o Planeta se defronta, contrasta com as pífias e tímidas propostas do gênero 'plante uma árvore', 'promova a coleta seletiva de lixo' ou 'desenvolva o ecoturismo', ou mesmo provocar reflexões, como a campanha Lixo em Movimento da Fundação Gaia.

Com base nisso, pensamos no que Porto Gonçalves (2006) traz sobre o Ecologismo ingênuo, que embora muitas vezes bem intencionado, é também fortemente manipulado pela mídia que nos convida a cuidar do lixo nosso de cada dia como se a parte de cada um na injustiça ambiental que impera no mundo fosse igual. A isso que Porto Gonçalves fala a respeito da mídia transpomos aqui às práticas de alguns movimentos ambientalistas como o referido na reportagem do dia 13/02/2007, anteriormente citada.

Longe de dizer que o cuidado com o resíduo sólido produzido não é nossa responsabilidade, queremos chamar a atenção para a forma como a questão da conscientização sobre Educação Ambiental é utilizada de forma alarmista, desconsiderando, ou melhor, vulgarizando o real sentido da conscientização proposta por Freire como uma forma de Educação para prática da liberdade humana. Assim, propostas como a de expor bandeiras e placas para sensibilização e provocação de reflexão são consideradas equivocadamente como processos de Educação Ambiental que visam conscientizar.

Essas ações intimidam a possibilidade do ser humano de agir e pensar criticamente, contribuindo assim para a manutenção do *status quo*, uma vez que ignora que o "problema ambiental" é um problema de ordem social, que está

presente em nossas próprias relações sociais e que advém da forma como se dá a produção de nossa existência em sociedade.

Ignoram que a realidade concreta da forma como ela está organizada é um espaço concreto de lutas e, portanto, de disputas sociais. Enquanto isso não fizer parte do processo de Educação, não estaremos desenvolvendo processo de conscientização crítica, e sim, no máximo o que essa campanha se propôs, ou seja, a buscar que adotemos uma **atitude mais eco-cidadã em nosso dia-a-dia**.

O fato da questão ambiental ser muitas vezes objeto de práticas acríticas faz com que pela fragilidade dos conceitos oriundos da Educação Ambiental, muitas vezes esses sejam utilizados de maneira dúbia e até mesmo antagônicas, esvaziando o real sentido dos termos, assumindo certos modismos – inadequados para a compreensão humana.

Esse modismo no trato da Educação Ambiental, próprio da divergência política e teórica dos autores que trabalham com Educação Ambiental, como também, muitas vezes, pela fragilidade da própria legislação ambiental que além de não ser corporificada num código, pode ter seus conceitos e princípios facilmente interpretados de diversas maneiras.

No sentido do que estamos expondo, destacamos como exemplo, a conclusão feita pelo autor de várias obras de Direito Ambiental, Paulo de Bessa Antunes a respeito da Lei nº 9.795/1999 (anexo 20) que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, onde ele diz o seguinte:

A lei da Política Nacional da Educação Ambiental é uma norma jurídica expressamente confusa e de difícil compreensão. Os seus termos são pouco claros e pecam pela absoluta ausência de técnica jurídica. As suas gritantes falhas, certamente, serão um entrave para a implantação de uma necessidade ambiental das mais sentidas, que é uma política clara e estável de educação ambiental. **Lamentavelmente, a lei não logrou atender às enormes expectativas da sociedade** (BESSA ANTUNES, 2010, p. 262 – grifos nossos).

Pelo fato da questão ambiental crítica não ser senso comum, seus conceitos são muitas vezes articulados pela ideologia dominante, onde os termos

ecológico, ambiental, sustentável e outros tantos, são utilizados sabiamente pela mídia na defesa dos interesses burgueses que a mantém pelo próprio interesse do capital, o qual se apodera dessa divergência em seu favor, já que o “ecologicamente correto” virou equivocadamente “moda”, sendo, portanto, incorporados como atitudes eco-cidadãs, termo utilizado na reportagem ora citada.

Em relação à cidade do Rio Grande e em especial, o Balneário Cassino, é interessante notarmos como até mesmo ações advindas da comunidade universitária adotam essa compreensão “invertida” ou equivocada de ecológico, assim como possuem um conhecimento limitado do que seja a Educação Ambiental e como agregam termos a conscientização de modo a satisfazer o modismo que vem se tornando hegemônico.

Destacamos aqui em práticas universitárias o “famoso” Trote Ecológico promovido pelo Curso de Oceanologia da FURG, evento característico anualmente nas reportagens do Jornal Agora.

Neste domingo, a partir das 14h, em frente ao monumento à Iemanjá, os alunos do curso de Oceanologia da Furg realizam mais uma edição do Trote Ecológico na Praia do Cassino. O evento é organizado pelo Centro Acadêmico Livre de Oceanologia (Calo) e a pela Empresa Júnior de Consultoria Ambiental e Oceanografia (Ecoservice) da Furg, **para chamar a atenção da comunidade em geral para a educação ambiental e a conscientização ecológica.**

A atividade está voltada ao incentivo às práticas de separação e reutilização de resíduos sólidos, considerando que apenas 2% do lixo produzido em Rio Grande é separado e disponibilizado para a reciclagem. E apesar de pequena, esta parcela gera cerca de 20 empregos diretos.

[...] haverá palestra abordando o tema lixo e atividades de limpeza na praia.

Os organizadores chamam a atenção da comunidade para o fato de que nem tudo o que é jogado fora é imprestável ou sem valor. “Muito do que julgamos ser lixo ainda pode ser reutilizado ou reciclado, reduzindo gastos com materiais e energia, **ajudando o meio ambiente** e melhorando nossa qualidade de vida”, observam. Conforme eles, para que isso possa acontecer, **o lixo deve ser acondicionado de forma adequada: deve-se lavar o lixo antes de entregá-lo à coleta seletiva.**

E informam que no Cassino esta coleta acontece às sextas-feiras, pela manhã, além de **existirem lixeiras específicas para material reciclável distribuídas ao longo da Avenida Rio Grande.** “**Não podemos esquecer que é necessário estarmos conscientes de que nossos recursos são finitos e que melhor do que reciclar é reduzir**”, alertam.

Carmem Ziebell, *Oceanologia realiza trote ecológico no domingo*, reportagem do Jornal Agora do dia 04/11/2006 – grifos nossos – anexo 21)

Na reportagem podemos ver que o *Trote Ecológico* promovido com a intenção de **chamar a atenção da comunidade em geral para a educação ambiental e a conscientização ecológica** e que a **atividade está voltada ao incentivo às práticas de separação e reutilização de resíduos sólidos**. Chamamos a atenção para o fato de que as ações ditas de Educação Ambiental vêm sempre no sentido de reciclar e o pior é quando essa reciclagem vem atrelada a concepção de se estar **ajudando o meio ambiente** e melhorando nossa qualidade de vida.

O meio ambiente por si só não precisa de ajuda, ele mantém seu equilíbrio, sua sustentabilidade. Nós, seres humanos que somos parte do meio ambiente é que precisamos de ajuda, pois por meio da lógica social de mercado em que vivemos, estamos nos constituindo com práticas insustentáveis para o desenvolvimento de um bom nível de qualidade de vida.

Chamamos de insustentáveis a essas práticas pela forma como se apresenta as condições materiais de vida na Terra, muito embora compreendamos como Ramon Folch i Guillén (2004) que tudo que perdura ao longo do tempo é sustentável e dessa forma precisamos admitir que os diversos métodos de que tem se valido a humanidade até aqui tem sido aceitáveis como sustentáveis.

Porém, ressaltamos que a sustentabilidade Para Ramon Folch i Guillén (2004) está sendo empregada no sentido semântico da palavra. Mas, se o considerarmos como a sustentabilidade para uma sadia qualidade de vida, como um direito dos seres humanos, como vem afirmando nossa Constituição Federal essas práticas, isto é, o modo como o ambiente está organizado, sobretudo, em suas relações, é insustentável.

Nesse sentido, e buscando também retomar o termo adjetivado da consciência, empregado em tal reportagem como consciência ecológica,

destacamos a compreensão do renomado constitucionalista José Afonso da Silva - a qual também é a nossa compreensão - e que diz assim:

O que é importante [...] é que se tenha **consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do Homem, é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente**. Cumpre compreender que ele é um fator preponderante, que há de estar acima de quaisquer outras considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como a da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente. É que **a tutela da qualidade do meio ambiente é instrumental no sentido de que, através dela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida** (SILVA, 2010, p. 70 – grifos nossos).

Em contrapartida a essas nossas considerações, é preciso destacar que em nossa compreensão os trabalhos sobre resíduos sólidos são de suma importância, pois caso não pensássemos assim, não estaríamos trabalhando com esse tema.

O tema dos resíduos sólidos domésticos tratado em nossa pesquisa foi delimitado a partir dos anseios reclamados pela própria sociedade do espaço escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, logo se parte da sociedade a delimitação de um problema que lhe aflige, é necessário o desenvolvimento de pesquisas, políticas públicas, enfim uma movimentação no sentido de transformar aquilo que está sendo prejudicial a população.

Mas, consideramos também que os trabalhos que destacam a importância de uma Educação no trato, coleta e destino dos resíduos sólidos é fundamental e nesse contexto, o apreender sobre a importância da reciclagem torna-se indispensável.

Porém, como a educação que defendemos é uma educação crítico-social, pensamos que a questão dos resíduos sólidos além de não poder ficar somente a nível da reciclagem, como normalmente fica, quando tal não pode, por exemplo, ficar somente na fabricação de “brinquedos” para sensibilização.

Nesses trabalhos que dão prioridade a reciclagem, consideramos importante que seja destacada o “como”, o “por que” e “para que” reciclar. É pelo menos nisso que diz essa reportagem que pensamos estar talvez algum mérito dessa prática do *Trote*, pois como Ziebell (2006) relatou:

Muito do que julgamos ser lixo ainda pode ser reutilizado ou reciclado, reduzindo gastos com materiais e energia, **ajudando o meio ambiente** e melhorando nossa qualidade de vida [...]. [...] para que isso possa acontecer, **o lixo deve ser acondicionado de forma adequada: deve-se lavar o lixo antes de entregá-lo à coleta seletiva.**

Carmem Ziebell, *Oceanologia realiza trote ecológico no domingo*, reportagem do Jornal Agora do dia 04/11/2006 – grifos nossos – anexo 21).

Duas coisas que precisamos ter atenção nessa reportagem é para o fato de que a própria reportagem destaca que existem **lixeiras específicas para material reciclável distribuídas ao longo da Avenida Rio Grande**. Ora, o Balneário Cassino, sendo hoje considerado o maior bairro da cidade do Rio Grande, com uma população média de 30.000 habitantes no período fora da temporada de verão, possuía em 2006 assim como ainda é hoje, lixeiras específicas para material reciclável apenas na Avenida Rio Grande, muito embora existam outros serviços prestados em relação aos resíduos sólidos, independentemente de discutirmos aqui, nesse momento, a sua qualidade.

Quanto à afirmação **“Não podemos esquecer que é necessário estarmos conscientes de que nossos recursos são finitos e que melhor do que reciclar é reduzir”**, concordamos com ela e entendemos ser válida para o Balneário Cassino, muito embora saibamos que em uma escala global quem realmente p quantidade significativa de resíduo não é o indivíduo no particular.

Por isso, perguntamos sobre as responsabilidades das indústrias e das empresas produtoras do que consumimos têm na produção desses resíduos? Será que é simples assim resolver a questão? Pensamos que a Lei nº 12.305 de 2010 não vem trazer muitas contribuições nesse sentido.

5. EDUCAÇÃO LIBERTADORA: EMANCIPAÇÃO DA SENSIBILIDADE DOS SENTIDOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADANIA AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Quanto mais temos analisado as relações dos seres humanos com a natureza e a sociedade, em qualquer de seus níveis, parece que mais podemos nos convencer que essas relações apresentam um caráter especial e marcante do papel da Educação em suas práticas cotidianas.

Parece-nos, agora com um olhar mais voltado a ecologia e com base no estudo que desenvolvemos que há uma quase enfermidade²⁰ nessas relações. Primeiro, pela ausência de projetos políticos pedagógicos que reconheçam nos seres humanos a possibilidade de aprender e se educar com práticas ditas “humanas”. Segundo, pela falta de políticas públicas que garantam uma educação integral aos indivíduos.

Políticas Públicas e projetos políticos pedagógicos (PPP) precisam estar voltados à emancipação humana para poderem criar as devidas condições de sustentabilidade do Planeta, o que implica uma garantia paradoxal de convivência de “conflitos harmoniosos” entre as práticas existentes na sociedade.

Por conflito, estamos entendendo como Gadotti (1989) que é o momento quando as contradições existentes no interior de uma sociedade rompem os laços orgânicos que as mantinham em equilíbrio. Para nós, toda a sociedade vive graças ao equilíbrio de forças opostas. Na natureza, essas contradições (a relação entre polos opostos) se apresentam como conflitos que buscam resolver contradições que se organizam dentro de um momento histórico no qual, embora seja conflitivo, necessita ser harmonioso em seus resultados.

Quando uma sociedade passa a apresentar possibilidades de outras práticas, impedindo a mesma direção dos costumes e das tradições, e é constrangida ao uso da violência simbólica da repressão para manter-se, dizemos que está em conflito. É nesse momento que a Escola, como aparelho dessa

²⁰ Utilizamos a palavra enfermidade como sinônimo de doença, moléstia, por entendermos que é dessa forma que essas relações se encontram, uma vez que não estão atendendo às necessidades e garantias fundamentais dos seres humanos de viver em liberdade, já que nos encontramos presos ao trabalho alienante do modo de produção capitalista para nos mantermos vivos, sobrevivendo e não para existirmos, vivermos.

repressão, alimenta a manutenção de práticas alienadas e alienantes que reproduzem a sociedade vigente.

Parafraseando Gadotti, educar em uma sociedade em conflito “*é uma tarefa de partido, isto é, não se educa realmente aquele que ignora o momento político em que vive aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca*” (1989, p. 75). Com isso, queremos dizer que a Escola não pode se fazer de neutra, ou educa a favor de um ambiente sustentável ou contra ele.

O mesmo acontece com as políticas públicas de administração. Quando a Escola deixa de cumprir sua função social de educar para a liberdade, e o Estado não propõe e nem desenvolve programas emancipatórios para a população é sinal de que está se criando um desequilíbrio, pois está se rompendo, em cada novo momento histórico, a possibilidade de novas vivências e compreensões de mundo e de sociedade que nascem a cada momento. Isso é o que ocorre com as práticas educativas relativas aos resíduos sólidos realizadas no Balneário Cassino.

A Escola como promotora de espaços de sistematização e organização de saberes e práticas, bem como o Estado, a partir de seu papel de garantir os direitos dos cidadãos, por meio da elaboração de leis e políticas públicas condizentes com a realidade, precisam romper os laços orgânicos que os mantêm presos a antigas práticas dos mesmos costumes e tradições, evitando-se assim ficarmos só na aparência dos problemas e não encará-los a partir de sua essência.

Dessa forma, em nossa pesquisa, procuramos também com o estudo das contradições entre teoria (as representações sociais) e prática (tanto nos “quefazeres” dos moradores do Cassino quanto da Prefeitura) identificar o papel social da Educação²¹ na formação de sujeitos com conhecimento crítico e reflexivo, ou seja, capazes de não apenas perceber a realidade que nos circunda, mas por meio de sua compreensão formar juízos, raciocínios e conceitos.

Assim, não ficaremos submetidos às imposições de políticas ditas ambientais, sem um questionamento básico do porquê elas vêm sendo

²¹ Faz parte da função social da Educação e, portanto, também da Escola quando essas são Críticas, conhecer como os seres humanos a partir da realidade, da cultura, da classe trabalhadora, dão significado ao mundo e para além de suas próprias referências, a fim de que possam compreender a si próprios e transcenderem ao desenvolvimento de uma consciência política e de ação social.

desenvolvidas de forma tão frágil, o que não contribui para a formação social e individual dos sujeitos do processo.

Analisamos o que se está compreendendo por Educação/Educação Ambiental quanto ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos em especial e o que podemos sentir nada mais é que a reprodução dos tradicionais 3 Rs – reduzir, reciclar e reutilizar, criando-se, assim, a falsa ideia de que a responsabilidade dos danos causados ao ambiente é exclusividade de cada um e que só nossas mudanças comportamentais poderão contribuir para a manutenção da vida.

Com isso, evita-se tocar nos pontos fundamentais que tornam as práticas, relações e cultura tão insustentáveis no que se refere à qualidade de vida que temos nessa sociedade. Por isso, defendemos que a Educação para lidar com a situação ambiental precisa começar por chamar a atenção para o fato de que essa questão tem uma dimensão política no que se refere às transformações sociais.

Cabe a ela uma parte essencial na luta contra o capitalismo, indutor da crise ambiental, onde o tratamento e destino adequado do resíduo sólido produzido domesticamente sob a égide do consumo – Vedete da Sociedade do Espetáculo - de Guy Deborde, fazem parte da luta contra os diferentes metabolismos do capital.

A Escola precisa se constituir num espaço privilegiado para produção de saberes imprescindíveis que facilitem a disponibilidade de informações sobre o meio ambiente, mostrando o quanto é possível se desenvolver conhecimentos mais qualificados e específicos sobre o espaço urbano, principalmente quando esse espaço se constitui em instâncias permanentes de decisão.

A ideologia dominante faz com que a Educação acabe pecando em seus objetivos, pois combinando as várias formas de “falsa consciência” que representam as relações alienadas de produção, internalizam essa compreensão de mundo em nós como se fosse expressão natural dos nossos objetivos e desejos. Nesse sentido é que Marx em *A Ideologia Alemã* diz que:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder

material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante.

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido à classe que domina (MARX, 2002, p. 48).

Para Marx, assim como para nós, os pensamentos predominantes em determinado momento histórico são a expressão ideal das relações materiais influenciadoras da sociedade. Logo, a representação social predominante é a expressão das relações que fazemos da classe dominante por meio de sua dominação (2002, p. 48).

Apropriando-nos dos ensinamentos de Mészáros em *A Teoria da Alienação em Marx*, compreendemos que “*Nenhuma pessoa em sã consciência negaria que a educação está, hoje, em crise*” (2006, p. 273). Os reflexos dessa crise podem ser sentidos em nosso cotidiano pela forma como a produção de nossa existência vêm sendo desenvolvida em sociedade, inclusive com relação às práticas que temos no trato dos resíduos produzidos no âmbito de nossas residências.

Porém, dizer que a Educação está em crise não é suficiente, é preciso compreender qual a natureza dessa crise, já que ela não é apenas da Educação enquanto Instituição, mas da estrutura social da qual faz parte. Porém, essa compreensão está longe de ser senso comum.

A classe dominante se mantém a partir de uma aparente “normalidade social” e se utiliza dos aparelhos ideológicos do Estado como a Educação/Escola para disseminação dessa forma de pensar a fim de manter seu *status*, desumanizando os processos educacionais de modo a perpetuar a sociedade para poucos.

É nesse sentido que dizemos que os processos educativos ambientais vêm protelando a sociedade vigente, na medida em que não avançam porque não desvelam as contradições existentes no mundo e as possibilidades de mudanças realmente radicais da realidade, já que se prefere transformar garrafas em presentes e enfeites e fazer painéis sensibilizadores.

A Educação revolucionária é, então, ofuscada pela educação reacionária (dominante) que esconde as contradições sociais existentes na sociedade de classes. Portanto, é que estamos certos de que a luta de classes é o ponto-chave para uma Educação Libertadora da sensibilidade humana.

Se é a luta de classes o ponto fundamental para a transformação, as classes dominantes passam a lutar incessantemente para parecer que todo esse contexto não passe de puro e simples fatalismo, muitas vezes mitificado com expressões do tipo: Cada um tem aquilo que merece; escamoteando, assim, o real foco da desigualdade social que está na concentração da propriedade privada dos meios de produção.

Esse contexto mostra-nos que a realidade social, ou seja, o ambiente em que vivemos está a exigir de nós, novas práticas. Práticas essas que transcendem as relações sociais de produção alienadas. Está nos exigindo, portanto, uma revolução cultural dentro de uma estratégia educacional socialista, ou seja, voltada às necessidades dos seres humanos.

Diante da necessidade de romper com o paradigma do capital, pensamos que um dos principais pontos a serem levantados para o processo de transformação se refere à formação de educadores e especificamente educadores ambientais, uma vez que as práticas educativas que vem sendo desenvolvidas tem demonstrado a fragilidade da formação desses profissionais no que se refere ao enfrentamento das contradições socioambientais.

Nessa luta em defesa das necessidades humanas, precisamos estar preparados politicamente para fazer a leitura, a mais correta possível, do mundo, a fim de sermos capazes de em comunhão oferecer respostas consistentes (em conteúdo e prática) ao que realmente seja necessário à natureza em seu todo.

A realidade social e, dentro dessa, os processos educativos, clamam por profissionais aptos a atender à formação integral dos seres humanos, o que pode ser traduzido em uma consciência crítica que proporcione uma educação contextualizada, participativa, de preparo para a convivência numa sociedade democrática e não uma educação voltada para a venda da força de trabalho e de

obediência cega aos ditames da sociedade classista, ou ingênua como a que vem sendo desenvolvida quanto ao tema resíduos sólidos no Cassino.

Destacamos, portanto, o papel das Instituições formadoras de educadores, em especial as Universidades que precisam assumir um papel revolucionário, um compromisso a favor das necessidades humanas, buscando voltar-se ao desenvolvimento de condições adequadas para a formação de cidadãos críticos, de modo que esses possam como diz Minasi (2005) nomear, identificar e desenvolver etapas iniciais para transformar as fontes de sua opressão.

Esse convite à criticidade e a participação cidadã precisam ganhar espaço para além da Universidade. Porém, a formação de educadores não pode continuar sendo realizada de forma desvinculada do desenvolvimento humano em sua totalidade para que se evite projetos mantenedores do *status quo*, como ocorre no Cassino.

A reportagem do Jornal Agora nos permite identificar os limites das práticas e a gravidade dos fatos:

No último sábado, 18, foi o **Dia Municipal de Limpeza de Praias (DMLP)**, realizado pelo terceiro ano consecutivo por meio do Projeto Quero-quero: educação ambiental no Rio Grande, que é desenvolvido em uma parceria da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec) e o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Nema). [...] este ano a data foi marcada com a realização de quatro atividades principais [...].

Incluiu palestras para professores, exposição de trabalhos artísticos sobre meio ambiente, exposição de objetos confeccionados com material reciclado, caminhada nos bairros, oficinas de reciclagem e troca de garrafas com mensagens. [...] A intenção foi promover a integração entre as escolas e o conhecimento dos valores ambientais, potencialidades e conflitos das diferentes localidades em que estão inseridas. [...] **estudantes confeccionaram painéis relativos ao Dia Municipal de Limpeza de Praias, a partir da seleção e elaboração de artes. No sábado, houve a instalação simbólica de três painéis na Avenida Atlântica, feita pela titular da Smec [...]. Ontem, outros quatro painéis foram colocados na Avenida Atlântica, na quadra da Feira do Produtor. [...] os painéis simbolizam os trabalhos das escolas com as questões ambientais e trazem para a comunidade referências de valorização e preservação ambiental.**

Como símbolo da reciclagem, neste ano, antes do DMLP **os estudantes decoraram garrafas para troca entre colegas, entre escolas e/ou distribuição na comunidade. Dentro das garrafas, colocaram mensagens ou desenhos elaborados por eles, falando sobre as**

questões ambientais do lugar onde vivem. “As garrafas que virariam lixo, ganharam um novo formato, de presente e lembrança, para seguirem nas correntes humanas, formadas entre os estudantes” [...].

Carmem Ziebel, *Dia de Limpeza de Praias foi marcado com várias ações*, reportagem do Jornal Agora do dia 22/11/2006 – anexo 22)

A Educação em geral e a sua especificidade no que tange ao ambiente exigem para esse processo comprometimento com a formação integral da criança e do jovem e não práticas pontuais de projetos desvinculados de um currículo interdisciplinar.

Porém, essas práticas são as incentivadas pelas políticas municipais para que não seja evidenciado com maior clareza a falta de sensibilidade do sistema com o próprio ambiente no qual nos desenvolvemos. No Plano Ambiental do Município do Rio Grande encontramos:

[...] planejar e executar a Agenda Ambiental, envolvendo as atividades relativas às comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, do Dia Municipal de Limpeza das Praias e do Encontro Municipal de Educação Ambiental; formar um grupo de jovens multiplicadores da educação ambiental, oriundos das escolas municipais do Cassino; divulgar o Projeto Quero-Quero: educação ambiental em Rio Grande (PMA, anexo 23).

Além dessas ações, o Plano Municipal Ambiental refere-se também a sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais. Como diz Daiane Teixeira Gautério (2009) esses Projetos resumem o educar ao sensibilizar, reduzem o processo educativo de tomada de consciência ao indivíduo isolado da sociedade (visão atomística) e integrado a uma natureza abstrata e descolada da história humana. Assim, citando Pedrosa ela diz: *“esse cenário [...] sinaliza mais para a manutenção, do que para a superação da sociedade regida pela lógica da produção e do consumo visando o lucro”* (2009, p. 107).

Do mesmo modo que cabe na Universidade a formação de educadores críticos, cabe a Escola - enquanto instituição formadora - o papel de proporcionar o conhecimento emancipador, oferecendo condições adequadas de cidadania a todos, de modo que sejam capazes de intervir na realidade, estabelecendo prioridades e

definindo as reais necessidades para que se possa subverter a ordem social estabelecida, para outra qualitativamente diferente.

No caso do Balneário Cassino isso não tem sido feito – especialmente em relação aos resíduos sólidos domésticos aí produzidos - pois, muito embora hajam Projetos Político Pedagógicos e Políticas Públicas para o incentivo de Projetos de Educação Ambiental, as práticas como podem ser observadas pouco ou nada conseguem desenvolver de consciência crítica capaz de contribuir com a emancipação humana. Dessa forma, o que se tem formado são apenas reprodutores de práticas ingênuas que mantêm intactas as estruturas da lógica capitalista de dominação e manipulação da natureza e do ser humano.

Os conhecimentos organizados e sistematizados por quem se lança na luta por outro mundo possível - seja nos espaços formais ou não formais de educação -, não tem conseguido imprimir um processo de mudança social mais radical, frente não só aos dilemas que o capital tem criado para a humanidade como também pelas suas artimanhas de moldar-se, ou seja, metamorfosear-se conforme muda a sociedade.

Os projetos de ensino e aprendizagem não têm conseguido com suas práticas sustentar um papel transformador da sociedade porque aderem às metamorfoses do capital na medida em que trabalham com práticas obsoletas, que desvirtuam o foco das lutas sociais, da real essência dos problemas ambientais e das relações sociais aí estabelecidas, ainda que esses sejam cheios de “boas intenções”.

Por isso é que essas práticas - frágeis em seus conteúdos e objetivos - não conseguem ser práticas sociais inovadoras e por isso são incentivadas pelo capital. Enquanto estamos presos à ideologia da lógica do capital, compreendendo somente o imediato, ficando na aparência, não penetra-se na essência dos problemas e tudo permanece como está.

Mas, o capital não fica parado, ele sofre metamorfoses de modo a fechar toda e qualquer possibilidade de brechas para a mudança e isso ocorre também dentro das Universidades, na formação desses profissionais que formarão outras

peessoas. Como exemplo dessa metamorfose da educação citamos a Pós-Modernidade e a Educação à Distância que dia após dia vem ganhando espaço na formação de educadores.

As práticas educativas desvinculadas da historicidade dos fenômenos sociais como o que se refere ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos no Balneário Cassino preocupam-se, em sua grande maioria, com a imediatez dos problemas ambientais e isso se repercute nas Políticas Públicas desenvolvidas, uma vez que essas, em geral, não se ocupam com projetos a longo prazo e sim com aqueles que lhes garantam voto certo nas eleições seguintes.

Destacamos um trecho da obra de Mauro Iasi que consegue em poucas palavras expressar com clareza a compreensão que temos da Pós-Modernidade enquanto concepção de mundo largamente difundida na sociedade atual:

A ofensiva pós-moderna que se impôs no mundo acadêmico, e seus reflexos no campo prático da política, tenta mandar para o exílio certos temas, entre eles o da formação da consciência de classe, da força explicativa do conceito de classes, assim como a centralidade do trabalho (IASI, 2006, p. 18).

Embora não entraremos no mérito dessa concepção teórica, consideramos que ela contribui para com a manutenção do capital, na medida em que ao mesmo tempo em que ganha cada vez mais adeptos de sua simples compreensão ela não aborda as contradições sociais por lidar apenas com as manifestações particulares.

Em outras palavras, fica apenas na aparência, não penetrando na essência dos fenômenos a fim de buscar conhecê-los o mais aprofundadamente possível, almejando sua transformação. Conforme Mauro Luís Iasi:

O pensamento pós-moderno tenta resolver esse dilema decretando o fim da 'totalidade'. A verdade agora está na parte, no concreto concretamente existente, na singularidade do acontecimento. A totalidade e os fantasmas que a materializaram todos estes anos, como a história, a sociedade, o capitalismo, as classes, o socialismo, o homem, foram desmascarados como meras construções, como discursos que tentam em vão reduzir o fluxo vivo do presente em esqueletos conceituais compreensivos. Eis que

fica assim resolvido um dilema que assombrou todo o pensamento humano desde os velhos gregos: a relação entre o todo e suas partes. É na particularidade que encontramos a existência, decreta o pensamento pós-moderno, o todo nada mais seria que uma projeção defensiva na qual os seres humanos buscam fugir do jogo aleatório da existência (IASI, 2006, p. 24).

Apoiados em Iasi, estamos considerando a pós-modernidade como uma forma de eternizar o capitalismo na medida em que tal concepção não pode passar do campo das reformas. Além disso, em nosso entendimento, é inconcebível sustentar a validade atemporal da ordem política socioeconomicamente estabelecida, bem como a permanência de qualquer coisa criada historicamente.

Compreendemos que a visão de mundo pós-moderna se difere da visão de mundo materialista – nossa compreensão de mundo -, sobretudo em virtude de que para a primeira, o conceito de consciência só ganha sentido como “falsa consciência” (fazem, mas não sabem que fazem), onde os indivíduos não passam de matéria-prima moldável da história, enquanto que na visão materialista, tudo se compreende pelo sentido da ação social tendo como sujeitos os indivíduos (IASI, 2006, p. 25).

Em sua tese doutoral Minasi, a partir de Rosa Maria Torres diz que a formação de educadores pelas políticas atuais tem o objetivo de ‘equacionar os níveis de ‘qualidade’ da educação nos países subdesenvolvidos. Qualidade essa que na sociedade em que vivemos privilegia a modalidade à distância, o que evidencia propostas de cunho ideológico, visando a uma nova estratégia de atuação relacionada à crise estrutural do capital que precisa criar novos meios para operar as contradições desse.

Isso nos remete a questão da superprodução de intelectuais, no qual Mészáros em *A Teoria da Alienação em Marx* (2006) diz:

Na época de Gramsci, a *superprodução* de intelectuais, por ele observada, devia-se principalmente “às necessidades políticas da classe dominante fundamental”. A situação é hoje muito diferente. A causa principal da superprodução intelectual é hoje *econômica*, e não *política*; na verdade, ela existe a *despeito* da instabilidade política à qual está necessariamente associada.

Essa é uma questão muito importante, porque revela os limites dentro do quais o capitalismo é capaz de dominar suas contradições (p. 276).

Desse modo, entendemos que para que o processo de aprendizagem, ou seja, de conhecimento seja voltado ao atendimento das necessidades humanas é preciso reivindicarmos uma nova educação que se contrapõe a dominante. Para tanto, é preciso romper com as formas de internalização alienantes dos sentidos humanos e consolidadas a favor do capital pela própria Educação.

No próximo dia 9, às 21h, na 34ª Feira do Livro, ocorrerá o lançamento do primeiro livro do Projeto Quero-Quero, intitulado "Lixo: o que nós temos a ver com isso?". A publicação chegará às escolas da rede municipal de ensino, neste ano, com a proposta de subsidiar e complementar as ações do Sistema de Coleta Seletiva nas instituições educacionais, além de **ampliar os conhecimentos sobre a Educação Ambiental.**

Cerca de mil exemplares foram confeccionados para atender a população escolar, que conta com 63 escolas das zonas urbana e rural, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. O livro é uma realização da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura (Smec), e da Secretaria do Meio Ambiente (SMMA), com a parceria do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Nema).

Segundo a coordenadora do Projeto Quero-Quero, Berenice Vahl Vaniel, o livro aborda informações bem diversificadas sobre a história do lixo e a sua rota, bem como a parte de reciclagem, o apoio legal, como é feita a separação e a coleta seletiva nas escolas. Além disso, o material traz atividades lúdicas, receitas culinárias e informações sobre materiais recicláveis.

Para a secretária de Educação e Cultura, Sônia Tissot, o livro é o registro da trajetória da Educação Ambiental nas escolas públicas municipais do Rio Grande. "A construção da cidadania e a defesa de um mundo habitável passa pela vital conservação do que ainda temos e pelo olhar engajador de tudo que já virou cinza ou depósito de lixo. Para isso, temos que incentivar as crianças e os jovens a quererem sempre o melhor que vai além do cuidado com o lixo", diz.

Os exemplares serão entregues no dia do lançamento do livro, ocasião que contará com a presença dos professores e diretores das escolas.

(Projeto Quero-Quero lança seu primeiro livro, reportagem do Jornal Agora do dia 06/02/2007 – grifos nossos – anexo 24)

Nessa primeira reportagem destacamos alguns pontos em especial. O primeiro deles é o da consideração da publicação do livro como uma proposta que pretendia subsidiar e complementar as ações de coleta seletiva nas Instituições Educacionais, bem como ampliar os conhecimentos sobre Educação Ambiental.

Aqui, chamamos a atenção para o fato das ações de Educação Ambiental serem vinculadas às questões dos Resíduos Sólidos, mais precisamente à reciclagem. Estamos convictos de que a simples coleta seletiva, sem a devida problematização do consumo/capital/trabalho/natureza não é crítica, por isso não gera práticas transformadoras.

Se a intenção com a publicação do livro era só complementar as ações de coleta seletiva nas escolas, entendemos que a obra cumpre com esse propósito, pois como tivemos a oportunidade de lê-lo, ele traz em si o que está descrito na própria reportagem: **a abordagem de informações bem diversificadas sobre a história do lixo e a sua rota, bem como a parte da reciclagem, o apoio legal, como é feita a separação e a coleta seletiva nas escolas.**

Por outro lado, compreendemos que embora essa publicação sirva para o desenvolvimento dos conhecimentos sobre Educação Ambiental, essa compreensão da obra como possibilidade de “ampliação” dos conhecimentos em Educação Ambiental acaba por limitar a possibilidade de uma compreensão mais ampla do que vem a ser a Educação Ambiental.

Nesse sentido, entendemos ser necessário destacar aqui nossa compreensão de Educação Ambiental, não como forma de despejar conteúdos prontos, fragmentados e isolados da realidade²². Em nosso entendimento, a

²² Conforme o art. 5º da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 são objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Educação é em si mesma ambiental e precisa ser transformadora, *senão ela é qualquer outra coisa, menos educação*²³ (MINASI, 2010).

A questão de adjetivar a Educação de Ambiental talvez esteja no fato de que a Educação não está cumprindo seu papel de ser ambiental e assim com o adjetivo cria-se um aparente novo campo de discussões como se a Educação Ambiental fosse algo inovador e apartado da Educação. Assim, enquanto ficamos nos micro projetos de intervenções ambientais ditas transformadoras, o real mecanismo para o desenvolvimento de uma consciência crítica para a libertação humana continua sendo cada vez mais desestruturado.

Em nosso ver, desfragmentar a Educação Ambiental da Educação é contribuir para o enfraquecimento do processo educativo como um todo, perpetuando, assim, a estrutura social vigente. Defendemos, portanto, o que preconiza a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental que diz:

Art. 2º: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Sendo assim, vemos que a Educação Ambiental precisa ser desenvolvida enquanto Educação que envolva em si a totalidade dos fenômenos materiais sociais que estão presentes na natureza. Mais uma vez nos utilizando de Minasi destacando de sua fala no II Edea que consideramos de suma importância no que diz respeito à compreensão sobre o que é Educação Ambiental. Assim, ele enfatiza:

O conhecimento do que venha a ser educação ambiental e, mais precisamente, educação ambiental transformadora, vem a ser o conhecimento do lugar que elas ocupam na totalidade da própria realidade.

Assim, situar a prática da educação fora do ambiente, fora da natureza que envolve a sociedade, o meio geográfico, com seu clima, seus recursos naturais, suas facilidades de comunicação, seu solo, é sem dúvidas, não ter

²³ Essa fala foi feita pelo Professor Minasi no II Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental, realizado no dia 08 de abril de 2010.

as condições necessárias e permanentes para que se desenvolva a vida material da sociedade.

É o conhecimento do lugar que a educação ocupa na realidade concreta que receberá os adjetivos que atribuímos, pois ao contrário do que pensam os idealistas que a influência do meio ambiente é determinante, nos contrapomos dizendo que o regime social é que é determinante para a modificação do meio geográfico – do meio ambiente – da realidade objetiva.

Diante disso, entendemos que compreender a Educação Ambiental como algo a parte da Educação não leva em conta que a Educação precisa ser desenvolvida enquanto processo histórico social que é, necessitando ser desenvolvida, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Na reportagem *Projeto Quero-Quero lança seu primeiro livro*, chamamos a atenção para a fala da secretária de Educação e Cultura, para quem a publicação do livro representa o registro da trajetória da Educação Ambiental nas escolas públicas municipais do Rio Grande. Assim, diz ela:

A construção da cidadania e a defesa de um mundo habitável passa pela vital conservação do que ainda temos e pelo olhar engajador de tudo que já virou cinza ou depósito de lixo. Para isso, temos que incentivar as crianças e os jovens a quererem sempre o melhor que vai além do cuidado com o lixo.

A primeira coisa que destacamos nessa fala foi algo que vem chamando nossa atenção por estar presente reiteradamente nos discursos que lemos ou ouvimos, - de forma geral e, principalmente em relação à Educação Ambiental – que diz respeito ao incentivo das crianças e jovens, conforme citado pela secretaria, nos processos educativos ambientais.

Esse entendimento limitado e ingênuo se tornou senso comum, com um ar romantizado de que as crianças e os jovens de hoje são o futuro de amanhã, esquecendo-se de que quem educa essas crianças e jovens também precisa ser educado ambientalmente, no sentido amplo do termo.

O incentivo à Educação precisa ser estendido aos seres humanos, sejam eles crianças, adultos ou idosos, independentemente de cor, etnia, crença religiosa, cultura, nacionalidade, classe social, como comumente vem se fragmentando.

A Educação enquanto processo de desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade pelos sujeitos, facilitando o desenvolvimento de uma postura politizada e, portanto, do comprometimento, da participação desses no mundo, precisa ser assegurado a todos os seres humanos.

Ainda nessa reportagem, destacamos a fala da secretaria dizendo que o incentivo precisa ser no sentido de se querer sempre o melhor, o que vai muito além do cuidado com o lixo. Em nosso entendimento, esse querer sempre o melhor não pode ser o melhor apenas para si, mas precisa ser desenvolvido nos seres humanos o sentido do melhor para toda a coletividade.

Isso pode soar como utópico nessa sociedade, mas a partir da compreensão de mundo que vimos desenvolvendo, entendemos que os seres humanos ao usar de inteligência para produzir conhecimento, produz cultura, o que o particulariza enquanto espécie que luta para ser mais, e nessa luta se torna mais humano e, portanto, mais livre e nisso consiste a felicidade que só pode ser completa a partir da felicidade dos outros também.

A secretaria fala que buscar o melhor vai muito além do cuidado com o lixo. Sobre isso reiteramos nossa posição em afirmar que as iniciativas de Educação Ambiental se restringem muito ao tema dos Resíduos Sólidos, especialmente no que se refere à reciclagem. Entendemos que a problemática ambiental referente à questão dos resíduos sólidos é de suma importância, pois é algo que afeta o ambiente como um todo e por isso também o social, precisando, portanto, transcender na forma como tal temática vem sendo trabalhada, principalmente na Escola.

O tema resíduos sólidos – em especial os domésticos – implicam em poluição visual, do ar, da água, contaminação do solo, dos alimentos, prolifera o aparecimento de pragas e afeta a saúde não só dos animais e também dos seres humanos. Representa um risco à saúde pública e por isso precisa ser tratado.

Em relação especificamente a reciclagem entendemos que mais do que simplesmente sensibilizações vazias como a confecção de brinquedos com lixo reciclável - que está longe de ser a solução -, precisamos ser educados ambientalmente de modo a ter na separação dos resíduos uma prática normal de nosso dia-a-dia.

Precisamos estar cientes de que a disposição correta dos resíduos implica, por exemplo, no maior tempo de vida útil do aterro sanitário e a possibilidade de organização dos recicladores em cooperativas (o que precisa ser incentivado por meio de políticas públicas, pois o número de catadores autônomos ainda é muito grande).

Essa Educação se estende até mesmo a possibilidade de conhecermos os serviços prestados pela Prefeitura que embora com muitas falhas, o que existe precisa ser utilizado, como a coleta seletiva que ocorre uma vez por semana.

Assim, os projetos de Educação Ambiental tanto formais como não formais poderiam trabalhar a questão do condicionamento desses resíduos, quando, como e onde depositá-lo, o porquê é importante separá-lo. Também entendemos ser necessário se trabalhar uma Educação Ambiental quanto ao recolhimento dos resíduos sólidos, sejam eles recicláveis ou não, por parte dos funcionários da Prefeitura ou os catadores de forma geral, pois todos esses serviços têm causado diversos transtornos tanto a quem separa o lixo como para quem ainda não desenvolveu tal consciência.

A questão que envolve a problemática dos resíduos sólidos domésticos seja no Balneário Cassino ou em qualquer outro lugar, precisa ser encarada como uma questão social e, portanto, política, que está ligada às práticas que desenvolvemos na sua produção, trato e destino, bem como a exigência que podemos fazer em relação ao cumprimento da legislação e das políticas públicas existentes.

A má disposição dos resíduos sólidos domésticos afeta direta e indiretamente a vida dos seres humanos, sendo imprescindível trabalharmos essa temática dentro de uma perspectiva econômica, política, social e ambiental tendo em

vista que envolve o conhecimento que temos da importância do cuidado com o ambiente, envolve a saúde pública como um todo e também o trabalho daqueles que tiram seu sustento a partir do que se consegue aproveitar dos resíduos.

No mesmo sentido, recordamos a fala do Professor Dr. Loureiro²⁴ em que ele diz que não dá para compreender a sociedade de consumo sem entender a produção, pois é ela que determina o consumo. Assim, ele diz que a nossa responsabilidade não começa e termina naquilo que consumimos, citando para isto um exemplo de uma iniciativa de Educação Ambiental de uma Prefeitura em premiar com computadores a Escola que mais conseguisse arrecadar mais latinhas de alumínio.

Assim, se estimulou não o destino adequado do resíduo sólido doméstico, mas o consumo. Logo, o resultado não poderia ser outro, a Escola vencedora foi uma Escola privada, onde o poder aquisitivo é maior e, portanto, consome mais.

As práticas no que se refere ao trato, coleta e destino dos resíduos perpassam os processos educativos de se saber porque separar o lixo, como fazer a separação e, não somente, frases vazias como a de que reciclar ajuda o meio ambiente como a mídia e o marketing tem feito maçadamente.

Isso além de desvirtuar o sentido principal da relação de que a produção é igual, mas o consumo é desigual porque a distribuição de riquezas não é justa, oculta a responsabilidade das empresas na produção, responsabilizando-nos individualmente pela “degradação ambiental” como é frequentemente colocado.

O modo como dispomos dos resíduos sólidos domésticos por nós produzidos reflete-se nas nossas relações nessa sociedade. Reflete a ideologia da classe dominante e o condicionamento ao qual estamos submetidos no que se refere ao que podemos conhecer. Assim, a verdade fica oculta, havendo uma inversão. Eagleton (1997) a respeito da Ideologia em Marx e Engels assim enfatiza:

²⁴ Essa fala do Professor Loureiro ocorreu na Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, no dia 31/03/2009, no qual ele proferiu a palestra *Mundialização do Capital, Sustentabilidade Democrática e Políticas Públicas*.

Em certas condições sociais, argumenta Marx, os poderes, produtos e processos humanos escapam ao controle dos sujeitos humanos e passam a assumir uma existência aparentemente autônoma. Apartados dessa forma de seus agentes, tais fenômenos começam então a exercer sobre eles um poder imperioso, de modo que homens e mulheres se submetem ao que, na verdade, são os produtos de sua própria atividade, como se estes fossem uma força estranha (EAGLETON, 1997, p. 71).

Não é, pois, a consciência que determina a vida, mas o contrário. Logo, a consciência pode se tornar erroneamente apreendida como entidade autônoma, dissociada dessas práticas, mediante o processo de inversão, que ajuda a torná-la natural e a-histórica, de modo que passamos a naturalizar as relações insustentáveis estabelecidas nessa sociedade (CORAZZA, 2008).

A ideologia aparece como consciência invertida²⁵, pois as ideias são resultados das condições materiais de produção da sobrevivência. As condições materiais, isto é, a realidade social é histórica, ao contrário das ideias que não são históricas, pois estão invertidas na realidade.

Rejeitamos a possibilidade de transformação da sociedade simplesmente combatendo-se as falsas ideias com ideias verdadeiras, já que as ilusões sociais estão ancoradas em contradições reais, de modo que somente pela atividade prática de transformar as contradições concretas é que se podem abolir as ilusões. Portanto, uma análise materialista dialética da ideologia é inseparável de uma política revolucionária, o que associamos a questão da Educação Ambiental e a práticas existentes no Balneário Cassino.

É preciso partir das relações sociais para entender como e porque os seres humanos agem e pensam de determinadas maneiras, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las. Precisamos compreender as relações sociais como processos históricos, ou seja, como os seres humanos determinados, em condições determinadas, criam os meios e as formas de

²⁵ A compreensão que temos da realidade aparece como consciência invertida porque a compreensão não é da realidade, mas da ideia que se faz da realidade. Logo, a realidade não se apresenta como ela é e, assim, só vejo forma e não o conteúdo, somente a aparência e não a essência. Por isso, é que dizemos que a compreensão da realidade aparece ideologicamente como consciência invertida.

sua existência social, econômica, política e cultural, e como reproduzem ou transformam essa existência.

Por isso afirmamos que a história é práxis, é o real, isto é, o movimento pelo qual os moradores do Balneário Cassino, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles legitimam um modo social por meio de instituições determinadas, como a Escola. Ao fazer isso, produzem ideias, representações sociais, pelas quais procuram explicar e compreender suas vidas individuais, sociais e espirituais. A prática social dos moradores do Balneário Cassino, sua relação com o trato dos resíduos sólidos refletem as condições de sua existência, sendo ratificada pelas políticas públicas desenvolvidas pelo Município.

O problema está em que essas ideias e representações tendem a esconder o modo real como nossas relações sociais estão sendo produzidas; reflexo das formas sociais de exploração econômica e da dominação política existente. Assim, é por meio dessa forma de consciência que os moradores do Balneário Cassino legitimam as condições sociais de existência, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Para Marx, essa limitação do intelecto político é a expressão teórica da perspectiva de uma classe, ou seja, a burguesa, já que a transformação na Educação implica na descoberta por parte da classe trabalhadora de que a classe proprietária é a responsável fundamental pelos males sociais. Sendo assim, para a manutenção do *status quo* é que os remédios aos problemas ambientais são quase sempre relacionados a medidas reformistas e não revolucionárias.

Por esse motivo é que temos a convicção de que a sociedade só se transforma pela luta de classes. Limitar o processo de transformação da Educação à lógica capitalista significa abrir mão de uma transformação em nível qualitativo da mesma por melhores que sejam as intenções daqueles que a empreenderam.

Portanto, para o desenvolvimento de um processo significativamente diferente é preciso romper com a lógica do capital por ser ela irreformável do ponto de vista das necessidades humanas, já que a Educação no atual modelo societário

tem servido como instrumento da internalização da lógica de mercado nos indivíduos.

Mészáros (2006) em *A Teoria da Alienação em Marx* nos diz que a complexidade educacional nessa sociedade é “*responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos*” (p. 265-266).

Assim, é que estando ou não ligado às Instituições formais de Educação, os seres humanos vêm sendo induzidos a uma aceitação dos princípios que mantêm a estrutura política-econômica-social dominante. Mészáros em *Educação Para Além do Capital* escreve:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz; a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2005, p. 45).

Diante disso, vemos mais uma vez que o Estado serve para manter a aparência de que tudo está em ordem, mantendo assim os interesses da classe dominante organizando as condições materiais para que possam ter o conhecimento permitido, já que como diz Marx, as ideias dominantes em uma determinada época são as da classe dominante.

Não sendo possível escaparmos da resignação provocada pelo modelo educacional da sociedade capitalista apenas com reformas é que ratificamos nosso pensamento de que somente com o rompimento com a lógica do capital poderemos pôr fim ao processo de internalização de valores e sentimentos permitidos pela classe dos proprietários. É preciso, pois buscarmos romper com esse modo de produção trabalhando a partir de suas próprias contradições²⁶.

²⁶ No *Ciclo de Discussões sobre o Capítulo VI Inédito de “O Capital” de Karl Marx*, organizado pelo Grupo de Estudos Pão, Manteiga e Marx – Café de Sábado entre os dias 28/11/2009 e 26/12/2009, Minasi apresentou suas análises acerca de sua compreensão a respeito do processo de digressão sobre o papel histórico do capital para melhor compreendermos o processo pelo qual o capitalismo vem passando, processo esse necessário para a organização do que podemos chamar no futuro de sociedade pós-capitalista. Para Minasi (2009), a partir de seus estudos das obras de Marx, assim como é também o nosso entendimento, o capital tende pela sua própria natureza a um

Trazemos aqui as concepções de classe trabalhadora e proprietária, como também em outros momentos nos referimos ou nos referiremos à classe dominante/dominada, opressora/oprimida, pois o que queremos é dar ênfase de que nossa luta precisa ser no sentido de buscarmos uma sociedade sem classes, tendo em vista que nosso objetivo é que as necessidades humanas sejam atendidas e não simplesmente os interesses do capital como preponderantemente acontece nessa sociedade.

Toda e qualquer possibilidade de nossa produção existencial como indivíduos sociais são desenvolvidas pelas condições como produzimos nossa própria vida e nesse processo de conhecimento da realidade que nos condiciona, é fundamental o rompimento com essa internalização alienante.

Esse processo de internalização causa uma inversão do princípio da Educação, uma vez que o conhecimento - que é um elemento essencial para a emancipação humana - é internalizado por nós de forma a apenas favorecer os objetivos reificados pelo capital. É preciso, pois, tornar consciente esse processo de conhecimento, seja nos espaços formais ou não de educação, para que as relações sociais não sejam reificadas.

Ao falarmos em tornar esse processo de conhecimento consciente, justamente porque do modo como a educação encontra-se, os potenciais de emancipação dos seres humanos de serem protagonistas da história estão sendo desenvolvidos de maneira oposta, por estarem sendo considerados como objeto em nome da supremacia da maioria próspera que compõe a classe proprietária.

desenvolvimento universal das forças produtivas o que nos leva a pensar em um novo modo de produção. Para Minasi, o desenvolvimento universal das forças produtivas do trabalho social é tarefa histórica do capital, o que o legitima. Assim, o capitalismo ao exercer essa função está criando as condições materiais de uma forma superior de produção. O desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, a um só tempo, a base material para o nascimento da nova sociedade e a condição para a dissolução do modo de produção capitalista. Nesse sentido, Mészáros em *A Teoria da Alienação em Marx* (2009), diz que pela primeira vez na história do capitalismo, esse vem sendo globalmente confrontado por seus próprios problemas que não podem ser adiados por muito mais tempo, nem transferidos para o plano militar, sendo, portanto, suas instituições e ideologias estruturalmente incapazes de resolver suas contradições. E acrescenta: “*A intensidade e a gravidade da crise educacional – ideológica do capitalismo de hoje inseparável desse grande desafio histórico*” (2009, p. 282) que consiste no desenvolvimento de outro mundo possível.

Parafraseando o título da obra de Noam Chomsky (1997), a classe trabalhadora precisa se tornar inquieta à estrutura social dominante pela luta de classes.

Gramsci em uma passagem de sua obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, assim como também se posiciona em *Os Intelectuais Orgânicos e a Organização da Cultura* nos diz que todo ser humano contribui de alguma forma para a formação de uma concepção de mundo predominante que se revela na manutenção ou na transformação da estrutura social vigente:

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo Faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um ‘filósofo’, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e, portanto **contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento** (p. 11, 1989 - grifo nosso).

Transpomos essa compreensão de Gramsci para a questão da Educação, afirmando que ela não pode ser reduzida a questões escolares. Ela precisa apresentar como propriedade principal as condições necessárias para assegurar teoricamente o direito aos seres humanos a aprendizagens imprescindíveis para o desenvolvimento de suas capacidades, já que as relações sociais, ambientais, políticas e econômicas que caracterizam o mundo moderno requerem respostas inovadoras e diferenciadas.

Como afirma Minasi (2008) em sua Tese de Doutorado, a atual Constituição Federal de 1988 demonstra ter assimilado essas necessidades e apresenta dispositivo que se cumpridos podem traçar um caminho seguro nessa direção. Porém, é sabido que qualquer política a ser implantada nacionalmente exige não só vontade, mas determinação política do poder executivo de realizar.

Exige também sensibilidade (no sentido do maior aguçamento possível dos nossos sentidos) ante as demandas sociais/educacionais. É preciso compreendermos que não é a pura e simples existência de leis e políticas públicas que garantem a nossa cidadania, mas a unidade da teoria dessas na prática social.

Nesse processo a Educação tem um papel fundamental para a elaboração de estratégias adequadas para transformar as condições objetivas de reprodução social como também para a mudança radical no que diz respeito à consciência dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social diversa da existente. Para isso, é fundamental a unidade da universalização da educação e do trabalho como atividades humanas auto-realizadoras.

É preciso, desenvolvermos a capacidade de reinventar as aprendizagens inovadoras e emancipadoras dos sentidos humanos e criarmos mecanismos em que se reconheça no outro um sujeito de potencialidades. Essas são exigências da realidade que se tornam especialmente significativas na nossa formação - enquanto educadores - se realmente queremos a transformação da sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação a que chegamos nesse momento com base em tudo que observamos, ouvimos, lemos e estudamos na busca por compreendermos, por meio da delimitação de um fenômeno material social, as representações sociais dos moradores do Balneário Cassino em relação ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos domésticos produzidos no âmbito de suas residências, nos dá alguma certeza de podermos, nesse momento confirmar as hipóteses levantadas em nosso Projeto de pesquisa, o qual se constituiu também como problemática de nossa investigação.

Confirmamos, pois, não só pelo movimento da matéria, mas pela forma do desenvolvimento do fenômeno estudado que existem contradições nas representações dos moradores do Balneário Cassino em relação aos resíduos sólidos domésticos produzidos por eles, e que os impede de desenvolver práticas adequadas no seu trato e destino.

Essas contradições estão exatamente na compreensão que os moradores possuem do cuidado com o ambiente onde vivem, estando isso relacionado, em nosso entendimento, aos limites dos saberes condicionados pelo modo de viver da sociedade cassinense, ao qual tem impedido esses moradores de conhecer outras práticas, opacizando sua compreensão, não permitindo sentirem a realidade que está além daquela que se apresenta como aparente.

Dessa forma, o conhecimento limitado desse processo é reflexo, também, das condições acríticas da Educação a que estamos sendo submetidos, quer na Escola, enquanto espaço formal quer na sociedade como espaço de extensão dos saberes produzidos na Escola. A Educação vigente, na forma bancária como tem se desenvolvido torna o ser humano mercadoria social – força de trabalho para o mercado - e não um ser crítico, autônomo, capaz de compreender o desenvolvimento dos processos sociais que estão intimamente ligados ao modo como estamos existindo.

Falar em conhecimento limitado e falar que estamos submetidos a uma Educação acrítica significa dizer que vivemos sob a ideologia da classe dominante. Contudo, entendemos que embora esse conhecimento esteja sendo limitado por interesses antagônicos para manter a sociedade dividida em classes, ele promove o desenvolvimento de uma Educação acrítica, que nos determina a viver sob o anestesiamiento que nos mantém apáticos aos acontecimentos da realidade vigente.

Portanto, torna-se fundamental o rompimento com os formatos tradicionais predominantes de Educação, sobretudo de Educação Ambiental existentes, e aqui especialmente em relação aos projetos educativos relativos aos resíduos sólidos desenvolvidos no Balneário Cassino, onde o prioritário não tem se constituído no desenvolvimento dos seres sociais, pois os seres humanos, educandos desses projetos não estão tendo seus sentidos aguçados, já que a Educação que predomina aí desconsidera o universo de formação material concreta da sociedade.

O reflexo da realidade objetiva que se apresenta como mediadora entre o possível e o existente na nossa formação crítica é também uma produção humana (cultura, trabalho, prática social) – considerado em seu conjunto. Assim, a crítica a essa formação do como vimos produzindo essa existência se dá com base no possível diante do real vigente.

Descobrir como superar as contradições que se apresentam nesse processo de formação consistiu em reconhecer que o conhecimento é um meio espiritual humano de compreensão do mundo que possui caráter histórico e, portanto, também social. Desse modo, uma Educação como prática de liberdade implica necessariamente um conhecimento mais aprofundado possível do mundo em que vivemos, uma vez que o conhecimento nos torna responsáveis.

Cuidamos daquilo que amamos e para amar o ambiente em que vivemos é preciso conhecê-lo. Esse amor, cuidado e responsabilidade está longe de ser um sentimento amoroso romantizado, mas implica num compromisso sério e responsável pelo equilíbrio harmônico do ambiente e das relações sociais nele desenvolvidas.

Aprendemos com Minasi que uma Educação Revolucionária necessita compreender como a sociedade é efetivamente produzida pelos seres humanos em suas relações e experimentada também de modo contraditório, numa experiência dialética, aberta simultaneamente à adequação e a transformação. Adequação, no sentido de aproveitar o que há de bom no “velho”, para com isso transformar o que não serve mais em algo novo.

A realidade do Balneário Cassino está a nos exigir práticas desafiadoras frente às formas dominantes de representação social em relação aos resíduos sólidos domésticos, fortemente consolidados a favor do capital pelos processos educativos e pelas políticas públicas conservadoras aí desenvolvidas.

Torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de práticas que possibilitem a sistematização e organização de outras compreensões e representações – coerentes com o contexto social e que não se esgotem na mera negação da realidade existente. Precisamos de práticas que definam por si objetivos fundamentais para a transformação, tais como a criação de alternativas concretamente sustentáveis ao que já existe.

A partir de nossos referenciais teóricos, estamos certos de que a mais ampla das concepções de Educação pode nos ajudar a perseguir o objetivo de uma transformação verdadeiramente radical, criando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital, o que contrasta com as práticas vigentes no Balneário Cassino em relação aos resíduos sólidos domésticos onde os dirigentes se ocupam em remediar os problemas quando esses se tornam absolutamente insustentáveis, o que cria assim, um círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido pela lógica auto centrada do capital.

Ao perseguir nossas hipóteses analisamos e interpretamos as dificuldades que o processo ambiental enfrenta que impedem a Administração do Município de desenvolver políticas públicas comprometidas com práticas coerentes com os anseios da população, especialmente em relação à gestão do resíduo sólido doméstico.

Observamos por parte da Administração Pública do Município que não existe uma fiscalização eficaz, garantindo o exposto nas leis e nas políticas públicas quanto ao trato, recolhimento e destino dos resíduos sólidos domésticos no Município/Cassino.

O modo por meio do qual os seres humanos organizam seu cotidiano, depende em primeira mão, da própria constituição material encontrada na forma de administração da sociedade – do Balneário Cassino no seu específico. Isso está diretamente relacionado às representações que essa Administração tem quanto ao atendimento das necessidades da população que a elegeu, tendo em vista que a reclamação quanto aos resíduos no Balneário é uma constante há anos.

Sabemos que esse modo de administrar e efetivar os serviços públicos essenciais à saúde coletiva não pode ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência social dos indivíduos. O modo como a Administração Municipal se relaciona com seus Munícipes, é antes uma forma determinada de expressar como compreende a Saúde, Educação, Saneamento Básico, Higiene, Ser Humano, Natureza, Meio Ambiente etc. Assim, nessa relação com o Meio socioambiental, o modo como os administradores e os moradores do Balneário Cassino expressam sua vida, o são na verdade expressão do que eles próprios são.

Na generalidade desse estudo, o que os moradores do Balneário Cassino e seus administradores são, acaba por coincidir com a produção de seus resíduos sólidos, o que se identifica não só com sua produção, como também o que produzem, quanto ou como produzem economicamente.

As representações sociais da Administração Pública do Rio Grande no Balneário Cassino e a prática dos moradores no geral e o trato e destino dos resíduos sólidos domésticos no específico desse estudo são, portanto, dependentes das condições materiais de suas relações e práticas com o meio socioambiental em que vivem. Essas práticas e relações também estão condicionadas ao modo como cada setor da sociedade se produz, como a Escola por exemplo.

Do mesmo modo, compreendemos que a precariedade do cuidado com o ambiente promovido pela Prefeitura, embora hajam leis e políticas públicas quanto à temática, é por sua vez reflexo das representações sociais que os riograndinos – cassinenses tem do lugar que habitam, pois a Administração da qual se reclama outra qualidade na prestação dos serviços é a mesma há quase duas décadas e foi eleita por essa população. O que nos permite ratificar que nos diferentes momentos de tempo tais relações refletem em cada uma delas o desenvolvimento intelectual enquanto força de produção de novas práticas e concepção de estruturas que permite desenvolver uma administração tanto pública – no caso da Prefeitura, como no privado da micro situação do lar desses moradores.

Para nós, as representações sociais são como um modo de conhecimento particular presente no senso comum, constituída em forma de imagem na consciência dos seres humanos e expressa na realidade objetiva por meio das práticas desenvolvidas por esses. A linguagem como um exemplo de materialização das representações sociais na realidade objetiva funciona como a expressão da significação que o ser humano dá aquilo que conhece e, pode acontecer da forma escrita como ocorre nos recortes do Jornal Agora, material empírico de nossa pesquisa. A prática como outro exemplo, serve com critério de validade entre o dito e o feito.

Foi com base nas informações presentes no empírico dessa pesquisa que chegamos a esses resultados, cientes de que são interpretações e não verdades definitivas, tendo em vista a subjetividade que acompanha as representações sociais e todo o contexto, ou seja, a totalidade que as permeiam.

A Educação, a Administração Pública e os hábitos dos moradores do Balneário Cassino que são ativos na produção de determinada maneira, acabam contraindo entre si algumas determinações sociais e políticas que caracterizam o *modus vivendi* de estar sendo. Com base nas observações, nas análises, interpretações e estudos do empírico de nossa pesquisa, conseguimos comprovar, sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, nesse estudo de caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a forma como a sociedade e cada um produz sua existência.

A estrutura social e o Estado, metaforicamente dizendo, “brotam” constantemente do processo de vida de determinados indivíduos e grupos sociais no poder. O momento que exige mudanças radicais não pode ficar fixo e preso ao pensar e as práticas desses grupos como tem se apresentado na imaginação de cada um deles. É preciso compreendermos como realmente as coisas e as pessoas são, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independente de nossa vontade.

É preciso que as práticas desenvolvidas, tanto pelo Estado – enquanto administrador público e a Sociedade Cível, enquanto real guardião desse Estado superem a visão deformada da realidade, as quais lhes permita apenas perceber o imediato dos fatos e conseqüentemente só o aparente e não as mediações, causas, ou seja, a essência desses problemas. É preciso considerar a realidade não apenas como espaço físico, mas econômico, histórico, social e cultural. Torna-se necessário que todos atuem.

A Educação no processo de gestão ambiental e aqui, especificamente em relação ao trato, coleta e destino dos resíduos sólidos domésticos precisa proporcionar condições para a produção de conhecimentos e habilidades, bem como o desenvolvimento de atitudes que visem à participação coletiva, principalmente no que diz respeito aos processos decisórios da sociedade.

A produção de idéias, das representações, da consciência está entrelaçada pelas mediações com as atividades concretas e com o próprio intercâmbio material dos seres humanos entre si e com o próprio Estado, enquanto administrador do bem público, das políticas públicas e do bem social – da vida.

A representação social organizada pelos moradores do Balneário Cassino mostrou nesse estudo carência em práticas renovadoras de existência social. A formação de suas idéias, de seu pensar, a própria circulação de convívio social entre os moradores e prestadores de serviço, quer do setor da Prefeitura, quer dos recolhedores de “lixo limpo” ainda se apresenta nesse estudo, como emanção direta de suas condições materiais de existência, incluída aí, o grau de escolaridade,

a compreensão crítica de mundo e realidade, a forma de escolha dos dirigentes e prioridades sociais.

Desse modo, é que entendemos que a Educação, enquanto fator fundamental nos serviços do Estado – leia-se Administração Pública Municipal e Estadual - voltada para as questões socioambientais – conforme estas se apresentam na linguagem dos moradores, da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo, de um governo, quanto às especificidades de seus currículos no trato e destino dos resíduos sólidos, no particular dos domésticos não pode se restringir tão somente a política de reciclagem principalmente, quando essas ações são trabalhadas no processo educativo de forma sensibilizadora e não problematizadora do contexto social do qual emerge.

Pensamos que um dos principais pontos a serem levantados para esse processo de transformação se refere à formação de educadores e especificamente educadores ambientais, uma vez que as práticas educativas que vem sendo desenvolvidas tem demonstrado a fragilidade da formação desses profissionais no que se refere a um enfrentamento politizado e comprometido com as mudanças das condições socioambientais.

Nosso modo de estar considerando os resultados dessa pesquisa não está isento de qualquer tipo de premissa. Estamos partindo das condições reais e procuramos não nos afastar dessa compreensão – fundamento teórico do estudo. Nossa premissa sempre foi o ser humano, não considerado isolado ou mesmo com alguma rigidez qualquer, mas sim, estivemos considerando os moradores do Balneário Cassino e os próprios dirigentes públicos participantes no processo de desenvolvimento real e porque não dizer empírico, do qual registramos, sob a ação das condições determinadas do momento.

Nessa sociedade, os processos educativos promovidos sob a lógica do modo de produção capitalista desconfirmam o ser humano de sua vocação ontológica, desconsiderando a relação que Freire faz entre homem-mundo e, uma vez, desprezada essa relação, a importância da fé nos seres humanos enquanto seres capazes de transformação perdem importância frente a “soluções” mágicas e

míticas de transformação da realidade. Isso quando não se opta pelo fatalismo de se pensar que sempre foi assim e assim sempre será.

Entendemos que o momento histórico o qual vivemos é marcado pela crise estrutural da forma de sociabilidade regida pelo capital, o que se repercute no ambiente o qual vivemos. Essa crise apresenta elementos que demonstram que as transformações na sociedade capitalista necessitam estar articuladas ao modo de produção da vida, de modo que se provoque cada vez mais o desvelamento das contradições presentes nele, para assim criarmos outras condições para a humanidade alcançar outro nível de realização.

Assim, na busca dos objetivos desse estudo, buscamos dentro de nossas próprias limitações resgatar a intenção de, ao interpretar como se dá na formação da consciência dos moradores do Cassino a concepção de sustentabilidade ambiental, a partir de suas práticas sociais cotidianas, trazer à discussão questões que se apresentem como pertinentes a uma mudança necessária. As aprendizagens produzidas, enquanto processos históricos humano podem ser transformadas e, essa certeza nos anima a conhecer a interação de causas que geram esses conhecimentos e suas práticas.

Ao propormo-nos a expor esse processo ativo da vida dos moradores e administradores do Balneário Cassino, o cotidiano, enquanto história deixa de ser desabafos nos jornais da cidade, como uma coleção de fatos mortos, como continua sendo para a Administração Pública do Município, que por falta de outra compreensão estão sujeitos a uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como é para os idealistas e empiristas abstratos.

Desse modo, entendemos que o desvelamento das contradições existentes nas representações sociais dos moradores do Cassino quanto aos resíduos produzidos no âmbito de suas residências pode ser transposto a outros problemas, a outros sujeitos e a outros espaços, existentes nessa sociedade. Entendemos que no fundamento da essência das contradições existentes nesses problemas, encontraremos como seu precedente a propriedade privada dos meios de produção.

Quiséramos nós, chegar ao final dessa Dissertação, conseguindo apontar todas as falhas, propondo soluções eficazes a todos os problemas. Mas, não há soluções mágicas e receitas prontas para a transformação social a não ser a que inicie com a busca pelo conhecimento autêntico que implique no compromisso com o mundo em sua totalidade, o que sem dúvida está atrelado ao desenvolvimento de uma Educação como prática de liberdade, de emancipação dos sentidos humanos para a promoção da justiça ambiental em todos os níveis, o que certamente implicará por sua vez no fim da sociedade de classes, nosso tão almejado mundo possível.

Todas as falas, as escritas, as denúncias e anúncios enquanto meros processos de especulação precisam dar espaço ao real da vida, enquanto ciência real, para que as representações sociais, específico desses moradores e administradores se tornem processos práticos de desenvolvimento de todos os seres humanos e da sociedade.

Nossa pesquisa buscou desvelar, denunciar e anunciar que muitas das frases de efeito no discurso das autoridades políticas acabam, enquanto o saber real passa a ocupar um espaço privilegiado no diálogo entre os homens. Os discursos vazios da Administração do Balneário, bem como as mais diferentes gincanas, mutirões e trotes cidadãos perde seu sentido com a exposição da realidade, frente ao que realmente pode existir enquanto conscientização do real.

Observamos que no lugar de realidade concreta e dos moradores do Balneário Cassino e suas verdades, os desabafos da população e as justificativas das atitudes dos administradores acabam nos arquivos do jornal, para ser contado como história, pois deixam abstrair das observações mais críticas do desenvolvimento histórico da vida no Balneário, pois separadas da história real, das relações entre o Estado e a sociedade Civil elas podem servir apenas para facilitar o ordenamento do material histórico que vem se processando pela mídia local, para indicar a sucessão de seus diferentes momentos.

Assim, as tentativas de respostas que oferecemos procuram não fechar a discussão, de modo que a teoria se constitua como possibilidade de instigação de

novas questões de pesquisa no âmbito da Educação Ambiental. Assim, nesse momento, procuramos propor como sugestão, a luz dos resultados da pesquisa, especialmente da Educação Ambiental Transformadora explicações capazes de contribuir na elaboração de legislações e políticas públicas que atendam às necessidades da população, bem como destacar a importância de não haver somente a elaboração de leis e políticas públicas, mas sim uma fiscalização eficaz das mesmas, a fim sempre de buscarmos mais e mais a emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental. In Luiz Antônio Ferraro Júnior (org.) *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: MMA, 2005.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras Providencias. Brasília, DF: Poder Executivo, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em abril de 2010.

_____. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. *Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: abril de 2010.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. [trad. por Nathanael C. Caixeiro]. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BUHR, M.; KOSING, A. Práxis. In: MAGALHÃES, VILHEDA; VASCO (Orgs.). *Práxis*. Lisboa: Livros Horizontes, 1980. Volume I e II.

CARVALHO, Jaqueline Brião de. *Os Resíduos Sólidos no Balneário Cassino: Avaliação e Proposta de um Sistema de Manejo*. Monografia de Especialização em Ecologia Aquática Costeira. Rio Grande: FURG, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CHAVES, Danúbia da Costa. *Identificação das Principais Áreas Impactadas com Resíduos Sólidos na Orla da cidade do Rio grande e Balneário Cassino: Estudo de caso no Balneário com Propostas de Ações para Aumentar a Coleta Seletiva e Reduzir a Produção de Resíduos*. Monografia de Especialização em Ecologia Aquática Costeira. Rio Grande: FURG, 2007.

CHEPTULIN, A. *A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

CHOMSKY, Noam. *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CORAZZA, V. *Categorias do Materialismo Histórico: Ideologia*. Porto Alegre: UFRGS/FACED. Trabalho não publicado, produzido como requisito parcial à avaliação da disciplina Seminário Avançado: Introdução à Pesquisa Materialista Dialética, ministrada pelo Professor Dr. Augusto Nibaldo Silva Triviños, 2008.

DAMO, VELEDA MOURA, GAUTERIO CRUZ. *Conscientização em Paulo Freire: Consciência, Transformação e Liberdade* In Contribuciones a las Ciencias Sociales, janeiro de 2011. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/11/.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Diário Popular (versão online). *Zona sul: Morre vice-prefeito de RG*. Jornal do dia 28/04/2007, Rio Grande/Pelotas. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/28_04_07/p0801.html. Acesso em: dezembro de 2010.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. [trad. por Silvana Vieira e Luís Carlos Borges]. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

_____. *Marx e a Liberdade*. [trad. por Marcos B. Oliveira]. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

ENGELS, F. *Anti Dühring*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. 1976. In www.vermelho.org.br (acesso em maio de 2009)

FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. *Educação como Prática de Liberdade*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo; Cortez-Autores Associados, 1985.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. *O Caminho se faz Caminhando: Conversas sobre Educação e Mudança Social*. [trad. por Vera Lúcia Mello Josceline]. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

GAUTÉRIO, Daiane Teixeira. *As Concepções Educativas/Ambientais e de Desenvolvimento na Cidade do Rio Grande: Reflexões Críticas sobre as Políticas Municipais*. Rio Grande: PPGEA-FURG, 2009. Dissertação de Mestrado.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. [trad. por Luiz Mario Gazzaneo]. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. [trad. por Carlos Nelson Coutinho]. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Marx, Engels, Lênin e Gramsci* [trad. por Dario Canali]. Porto Alegre: L&P Editores Ltda, 1980.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

J. SIMÕES, Jorge. *A Ideologia de Paulo Freire*. 2.ed. Edições Loyola: São Paulo, 1981.

KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAPIVINE, V. *Que é o materialismo dialético?* Moscou: Progresso, 1986.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: Uma Abordagem Política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. *Educar, participar e transformar em educação ambiental*. Revista. Brasileira de Educação Ambiental. Nº 0. Brasília, 2004.

_____. *Educação Ambiental e Conselho em Unidades de Conservação: Aspectos Teóricos e Metodológicos*. Parque Nacional da Tijuca, Ibase - Instituto Terra Azul, 2007.

_____. O que queremos com política de educação ambiental no Brasil? *In Educação Ambiental no Processo de Gestão: um enfoque no licenciamento*. Material impresso entregue no Seminário de Educação Ambiental: um enfoque no licenciamento, promovido pelo Observatório Socioambiental: Para Muito além do Mar da Universidade Federal do Rio Grande, nos dias 19 e 20/06/2009.

LOWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma Análise Marxista*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAO Tse-Tung. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo; Expressão Popular, 1999.

MARX, Karl. *O Capital. (Crítica da Economia Política)*. 9ed. São Paulo: DIFEL, 1984. Livro I Volume 1 e Volume 2.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte *In A Revolução antes da Revolução*. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Glosas Críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”: de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. *Sobre Literatura e Arte*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1983.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo; Martins Fonte, 2002.

_____. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, 2004.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEGAT, Rualdo e ALMEIDA, Gerson (org.) *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004

MINASI, L.F. *Formação de Professores em Serviço: Controvérsias, dificuldades e impasses na prática pedagógica*. Porto Alegre: UFRGS/FACED. Programa de Pós-Graduação, 2005. Projeto de Tese de Doutorado.

_____. *Formação de Professores em Serviço: Contradições na Prática Pedagógica*. Porto Alegre: UFRGS/FACED. Programa de Pós-Graduação, 2008. Tese de Doutorado.

_____. *Prática – Fundamento e Fim do Conhecimento*. Texto não publicado, produzido para a disciplina de Sociologia do Meio Ambiente, PPGEA-FURG, 2009.

_____. *Digressão sobre o Papel Histórico do Capital*. Texto não publicado, produzido para o Curso de Extensão sobre o Capítulo VI Inédito de O Capital de Karl Marx, realizado entre novembro de 2009 e janeiro de 2010.

_____. *Educação Ambiental: É ela um quefazer neutro?* In Humberto Calloni e Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva. *Contribuições à Educação Ambiental*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

MOURA, Danieli Veleda. *A Representação Social do Lixo Doméstico na Prática Cotidiana dos Moradores do Balneário Cassino: Um Estudo de Caso*. Rio Grande: PPGEA-FURG, 2010. Projeto de Dissertação de Mestrado.

O.V. Kuucien. *Fundamentos do Marxismo Leninismo*. Rio de Janeiro: Editora Itambé AS, 1962.

PESCI, Rubén. Um Novo Humanismo e o Planejamento Ambiental In: MENEGAT, Rualdo e ALMEIDA, Gerson (org.). *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

POLITZER, Georges. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. [trad. de Angelina Peralva]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Brasília: Ibama, 2005.

RIO GRANDE-RS. *Lei nº 2.606, de 22 de maio de 1972. Promulga o Código de Edificações do Município do Rio Grande*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/530887/lei-2606-72-rio-grande-rs>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei nº 3.514, de 24 de julho de 1980. Institui o novo Código de Posturas do Município e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/528647/lei-3514-80-rio-grande-rs>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei Orgânica do Município do Rio Grande, de 1990*. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei nº 5.773, de 30 de maio de 2003. Dispõe Sobre a Recepção de Resíduos Sólidos Potencialmente Perigosos à Saúde e ao Meio Ambiente*. Disponível em: blm.tce.rs.gov.br/blm/municipios_m_ate_z/.../156-LEI-05773-2003.doc. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei nº 5.876, de 14 de janeiro de 2004. Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos no Município do Rio Grande, seus princípios, objetivos e instrumentos, e estabelece diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos*. Disponível em: blm.tce.rs.gov.br/blm/municipios.../Rio_Grande/156-LEI-05876-2004.doc. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Plano Estratégico Municipal do Rio Grande (2005-2010), de 27 de outubro de 2004*. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Plano Ambiental Municipal do Rio Grande (2006)*. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei nº 6.585, de 20 de agosto de 2008. Dispões sobre o Plano Diretor Participativo do Município do Rio Grande e estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Urbano Municipal*. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

_____. *Lei nº 6.801, de 08 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município, da Concentração de Lotes de Lixo em via pública*. Disponível em: <http://www.camara.riogrande.rs.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. [trad. por Daniel Aarão Reis Filho]. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PLEKHANOV. *O Papel do Indivíduo na História*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROUSSEAU, J.J. *Do Contrato Social e Discurso sobre a Economia Política*. São Paulo: Humus, 1981.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. [trad. por Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

SATTERTHWAITE, David. Como as Cidades Podem Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável *In*: MENEGAT, Rualdo e ALMEIDA, Gerson (org.). *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil. Cultura e Educação para a Democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SORRENTINO, Marcos [et al]. Educação Ambiental como Política Pública *In Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, nº 02, p. 285-2999, maio/agosto, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf. Acesso em novembro de 2010.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 8.ed. São Paulo; Editora Malheiros, 2010.

Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande. *Prefeitura Cadastrou 49 Projetos junto ao PAC 2*. Notícia do dia 12/11/2010. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+85c73,,prefeitura-cadastrou-49-projetos-junto-ao-pac-2.html>. Acesso em: dezembro de 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1987.

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. Introdução ao livro de Karl Marx. *In* MARX, Karl. *Glosas Críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social": de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra Capitalismo – A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo; Boitempo Editorial, 2003.